



Períodos findos em
30.09.2025 e 30.09.2024

Informações Trimestrais



ENGIE Brasil Energia S.A.
CNPJ: 02.474.103/0001-19
NIRE: 42 3 0002438-4

 R. Paschoal Apóstolo Pitsica, 5064
Agrônômica - Florianópolis – SC
CEP 88025-255

Conjunto Eólico Serra do Assuruá

IBOVESPA B3

ISEB3

IEE B3



GLOSSÁRIO

ACR: Ambiente de Contratação Regulada	ICSD: Índice de Cobertura do Serviço da Dívida
ADR: <i>American Depositary Receipts</i>	IFRS: <i>International Financial Reporting Standards</i>
AGO: Assembleia Geral Ordinária	IGP-M: Índice Geral de Preços do Mercado
ANA: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico	IPCA: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
Aneel: Agência Nacional de Energia Elétrica	IR: Imposto de Renda
ANP: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	ISSQN: Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
APR: Ações Preferenciais Resgatáveis	JCP: Juros sobre Capital Próprio
AVJ: Ajuste de Valor Justo	KM: Quilômetro
AVM: Ajuste de Variação Monetária	MUFG: Mitsubishi UFJ Financial Group
B3: Brasil, Bolsa, Balcão	MW: Megawatt
BASA: Banco da Amazônia	NDF: <i>Non-Deliverable Forward</i>
BD: Benefício Definido	O&M: Operação e Manutenção
BNB: Banco do Nordeste do Brasil	OCPC: Orientação Técnica Contábil do Comitê de Pronunciamentos Contábeis
BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	ONS: Operador Nacional do Sistema
CADIN/RS: Cadastro Informativo das Pendências perante Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual do Rio Grande do Sul	PCH: Pequenas Centrais Hidrelétricas
CCEE: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	PDBI: <i>Property Damage and Business Interruptions</i>
CDI: Certificado de Depósito Interbancário	P&D: Pesquisa e Desenvolvimento
COFINS: Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	PIS: Programa de Integração Social
CPC: Comitê de Pronunciamentos Contábeis	PREVIG: Sociedade de Previdência Complementar
CSLL: Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	RAP: Receita Anual Permitida
CVM: Comissão de Valores Mobiliários	RBO: Retorno da Bonificação pela Outorga
DI: Depósitos Interfinanceiros	RTP: Revisão Tarifária Periódica
EOL: Eólica	SPA: <i>Share Purchase Agreement</i> ou Contrato de Aquisição de Ações
FGTS: Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	SPE: Sociedade de Propósito Específico
GC: Gratificação de Confidencialidade	SPO: <i>Second Party Opinion</i>
HFC: <i>Hedge</i> de Fluxo de Caixa	SUDENE: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
IAS: <i>International Accounting Standards</i>	TJLP: Taxa de Juros de Longo Prazo
IASB: <i>International Accounting Standards Board</i>	UBP: Uso de Bem Público
ICMS: Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.	UHE: Hidrelétricas
ICP: Índice de Cobertura de Pagamentos	V.M.: Variação Monetária
ICPC: Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis	

ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 02.474.103/0001-19 | NIRE Nº 42 3 0002438-4
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025 E
31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

ATIVO					
		Controladora		Consolidado	
	Nota	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.114.339	1.659.976	4.625.662	3.958.758
Contas a receber de clientes	4	649.303	577.049	1.338.373	1.174.405
Crédito de imposto de renda e contribuição social		403.791	403.482	467.307	490.704
Dividendos a receber		386.313	1.283.421	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - <i>hedge</i>	13	-	-	67	54.670
Instrumentos financeiros derivativos - <i>trading</i>	13	-	-	82.711	34.844
Depósitos vinculados	5	28.073	28.130	49.448	37.274
Ativo financeiro de concessão	6	-	-	412.567	395.040
Ativo de contrato	7	-	-	767.066	646.028
Outros ativos circulantes	8	268.048	167.441	469.734	402.090
		<u>2.849.867</u>	<u>4.119.499</u>	<u>8.212.935</u>	<u>7.193.813</u>
Ativos não circulantes mantidos para venda		4.577	4.577	4.577	4.577
		<u>2.854.444</u>	<u>4.124.076</u>	<u>8.217.512</u>	<u>7.198.390</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Instrumentos financeiros derivativos - <i>hedge</i>	13	48.011	55.305	48.011	55.305
Instrumentos financeiros derivativos - <i>trading</i>	13	-	-	22.859	7.289
Depósitos vinculados	5	7.185	13.545	510.697	360.682
Depósitos judiciais		69.662	59.469	94.818	72.591
Ativo financeiro de concessão	6	-	-	3.152.464	3.070.039
Ativo de contrato	7	-	-	8.404.043	7.028.394
Outros ativos não circulantes	8	532.587	638.351	796.659	793.486
		<u>657.445</u>	<u>766.670</u>	<u>13.029.551</u>	<u>11.387.786</u>
Investimentos	9	28.705.312	22.555.147	1.376.040	1.250.625
Imobilizado	10	2.915.288	3.084.093	28.393.492	25.186.537
Intangível	11	1.951.882	2.071.481	5.527.517	5.088.963
		<u>34.229.927</u>	<u>28.477.391</u>	<u>48.326.600</u>	<u>42.913.911</u>
TOTAL DO ATIVO		37.084.371	32.601.467	56.544.112	50.112.301

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 02.474.103/0001-19 | NIRE Nº 42 3 0002438-4
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025 E
31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		Controladora		Consolidado	
	Nota	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	12	279.355	306.783	924.589	1.099.881
Dividendos e juros sobre o capital próprio		1.463.924	1.534.579	1.464.432	1.595.587
Instrumentos de dívida	14	2.600.862	1.659.643	3.155.508	2.620.932
Concessões a pagar (Uso de Bem Público)	15	823.280	789.209	836.217	796.725
Obrigações fiscais e regulatórias		64.303	104.347	359.145	465.332
Obrigações trabalhistas		127.835	128.624	133.072	130.989
Instrumentos financeiros derivativos - <i>trading</i>	13	-	-	80.370	29.139
Provisões	17	5.531	5.531	5.835	5.819
Obrigações com benefícios de aposentadoria	16	37.113	32.284	37.113	32.284
Outros passivos circulantes	19	100.991	51.580	604.575	496.338
		5.503.194	4.612.580	7.600.856	7.273.026
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Instrumentos de dívida	14	13.333.520	10.193.871	26.316.746	21.514.004
Instrumentos financeiros derivativos - <i>trading</i>	13	-	-	21.637	6.986
Concessões a pagar (Uso de Bem Público)	15	4.334.856	4.515.743	4.437.823	4.572.379
Provisões	17	107.492	209.364	665.628	598.429
Obrigações com benefícios de aposentadoria	16	212.458	231.977	212.458	231.977
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	997.573	1.148.371	2.831.001	2.519.353
Outros passivos não circulantes	19	291.112	422.860	995.092	1.115.749
		19.277.011	16.722.186	35.480.385	30.558.877
TOTAL DO PASSIVO		24.780.205	21.334.766	43.081.241	37.831.903
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	20	4.902.648	4.902.648	4.902.648	4.902.648
Reservas de capital	20	(176.543)	(176.543)	(176.543)	(176.543)
Reservas de lucros		6.386.073	6.386.073	6.386.073	6.386.073
Dividendos adicionais propostos		-	348.033	-	348.033
Ajustes de avaliação patrimonial	20	(88.941)	(193.510)	(88.941)	(193.510)
Lucros acumulados		1.280.929	-	1.280.929	-
		12.304.166	11.266.701	12.304.166	11.266.701
Participação de acionistas não controladores		-	-	1.158.705	1.013.697
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.304.166	11.266.701	13.462.871	12.280.398
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		37.084.371	32.601.467	56.544.112	50.112.301

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 02.474.103/0001-19 | NIRE Nº 42 3 0002438-4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS FINDOS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Nota	Controladora				Consolidado			
		3º trimestre		Acumulado 9 meses		3º trimestre		Acumulado 9 meses	
		2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21	1.270.630	1.151.766	4.318.825	3.309.008	3.343.256	2.536.849	9.442.446	7.947.729
CUSTOS OPERACIONAIS	22	(812.941)	(780.889)	(2.766.082)	(1.718.675)	(1.846.243)	(1.233.285)	(4.876.510)	(3.437.101)
LUCRO BRUTO		457.689	370.877	1.552.743	1.590.333	1.497.013	1.303.564	4.565.936	4.510.628
Receitas (despesas) operacionais									
Despesas com vendas	22	(12.070)	(13.712)	(39.093)	(35.974)	(15.607)	(15.879)	(52.013)	(43.146)
Despesas gerais e administrativas	22	(118.739)	(110.468)	(314.263)	(308.794)	(124.767)	(114.484)	(327.571)	(317.594)
Reversão de provisão para redução ao valor recuperável de ativos, líquida	10	-	-	-	-	-	-	-	30.957
Alienação de subsidiária	9	10.740	-	20.309	(9.180)	10.740	-	20.309	(9.180)
Alienação de participação societária em controlada em conjunto	9	-	(597)	-	1.336.133	-	(597)	-	1.336.133
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(331)	1.999	15.855	(2.695)	(6.080)	27.937	51.572	(6.600)
		(120.400)	(122.778)	(317.192)	979.490	(135.714)	(103.023)	(307.703)	990.570
Resultado de participações societárias									
Equivalência patrimonial	9	838.275	747.660	2.303.897	2.231.669	166.073	181.620	531.884	495.583
Amortização da mais valia	9	(515)	(515)	(1.546)	(1.546)	-	-	-	-
		837.760	747.145	2.302.351	2.230.123	166.073	181.620	531.884	495.583
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		1.175.049	995.244	3.537.902	4.799.946	1.527.372	1.382.161	4.790.117	5.996.781
Resultado financeiro									
Receitas financeiras	23	92.400	75.647	245.570	292.938	220.350	132.605	576.337	488.797
Despesas financeiras	23	(507.063)	(290.417)	(1.500.943)	(853.408)	(657.672)	(445.236)	(2.092.684)	(1.481.407)
Despesas de concessões a pagar (Uso de Bem Público)	23	(126.496)	(172.595)	(472.299)	(529.410)	(129.168)	(174.576)	(480.013)	(536.267)
		(541.159)	(387.365)	(1.727.672)	(1.089.880)	(566.490)	(487.207)	(1.996.360)	(1.528.877)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		633.890	607.879	1.810.230	3.710.066	960.882	894.954	2.793.757	4.467.904

Continua na próxima página

Continuação									
	Nota	Controladora				Consolidado			
		3º trimestre		Acumulado 9 meses		3º trimestre		Acumulado 9 meses	
		2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Imposto de renda e contribuição social									
Corrente	18	13.454	16.250	4.362	(480.582)	(168.238)	(192.097)	(461.204)	(1.001.242)
Diferido	18	33.062	30.918	150.798	(19.048)	(54.539)	(45.059)	(200.643)	(253.565)
		46.516	47.168	155.160	(499.630)	(222.777)	(237.156)	(661.847)	(1.254.807)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		680.406	655.047	1.965.390	3.210.436	738.105	657.798	2.131.910	3.213.097
LUCRO ATRIBUÍDO AO(S):									
Acionistas da ENGIE Brasil Energia		680.406	655.047	1.965.390	3.210.436	680.406	655.047	1.965.390	3.210.436
Acionistas não controladores		-	-	-	-	57.699	2.751	166.520	2.661
		680.406	655.047	1.965.390	3.210.436	738.105	657.798	2.131.910	3.213.097
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - EM REAIS		0,83391	0,80283	2,40878	3,93471	0,83391	0,80283	2,40878	3,93471

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 02.474.103/0001-19 | NIRE Nº 42 3 0002438-4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS
PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora				Consolidado			
		3º trimestre		Acumulado 9 meses		3º trimestre		Acumulado 9 meses	
		2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		680.406	655.047	1.965.390	3.210.436	738.105	657.798	2.131.910	3.213.097
Outros resultados abrangentes que no futuro:									
- Serão reclassificados para o resultado									
<i>Hedges de fluxo de caixa</i>									
(Perdas) ganhos não realizados originados no período	13	-	-	-	-	(335)	21.452	(56.309)	360.796
Equivalência patrimonial dos efeitos acima		(335)	21.452	(56.309)	360.796	-	-	-	-
Ganhos (perdas) não realizados originados no período de controlada em conjunto	9	31.029	(11.547)	188.531	5.854	31.029	(11.547)	188.531	5.854
		30.694	9.905	132.222	366.650	30.694	9.905	132.222	366.650
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		711.100	664.952	2.097.612	3.577.086	768.799	667.703	2.264.132	3.579.747
RESULTADO ATRIBUÍDO AO(S):									
Acionistas da ENGIE Brasil Energia		711.100	664.952	2.097.612	3.577.086	711.100	664.952	2.097.612	3.577.086
Acionistas não controladores		-	-	-	-	57.699	2.751	166.520	2.661
		711.100	664.952	2.097.612	3.577.086	768.799	667.703	2.264.132	3.579.747

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 02.474.103/0001-19 | NIRE Nº 42 3 0002438-4
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA
OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros						Ajustes de avaliação patrimonial			Patrimônio líquido dos acionistas da Companhia	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
		Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Custo atribuído	Outros resultados abrangentes			
Saldos em 31.12.2023		4.902.648	(176.543)	980.530	282.471	2.687.407	721.661	-	251.492	(786.895)	8.862.771	953.439	9.816.210
Participação dos acionistas não controladores em subsidiárias adquiridas	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	51.531	51.531
Dividendos adicionais		-	-	-	-	-	(721.661)	-	-	-	(721.661)	(1.333)	(722.994)
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	3.210.436	-	-	3.210.436	2.661	3.213.097
Valor justo de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	13	-	-	-	-	-	-	-	-	360.796	360.796	-	360.796
Participação em controlada em conjunto	9	-	-	-	-	-	-	-	-	5.854	5.854	-	5.854
Dividendos e JCP prescritos		-	-	-	-	-	-	12.013	-	-	12.013	-	12.013
Realização do custo atribuído		-	-	-	-	-	-	28.269	(28.269)	-	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais		-	-	-	3.161	-	-	(3.161)	-	-	-	-	-
Dividendos intercalares		-	-	-	-	-	-	(932.807)	-	-	(932.807)	-	(932.807)
Saldos em 30.09.2024		4.902.648	(176.543)	980.530	285.632	2.687.407	-	2.314.750	223.223	(420.245)	10.797.402	1.006.298	11.803.700
Saldos em 31.12.2024		4.902.648	(176.543)	980.530	283.024	5.122.519	348.033	-	214.157	(407.667)	11.266.701	1.013.697	12.280.398
Participação dos acionistas não controladores em subsidiárias adquiridas	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.655)	(1.655)
Redução de capital de acionistas minoritários		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.311)	(2.311)
Dividendos adicionais		-	-	-	-	-	(348.033)	-	-	-	(348.033)	(17.038)	(365.071)
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	1.965.390	-	-	1.965.390	166.520	2.131.910
Valor justo de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	13	-	-	-	-	-	-	-	-	(56.309)	(56.309)	-	(56.309)
Participação em controlada em conjunto	9	-	-	-	-	-	-	-	-	188.531	188.531	-	188.531
Dividendos e JCP prescritos		-	-	-	-	-	-	7.701	-	-	7.701	-	7.701
Realização do custo atribuído		-	-	-	-	-	-	27.653	(27.653)	-	-	-	-
Dividendos intercalares		-	-	-	-	-	-	(719.815)	-	-	(719.815)	(508)	(720.323)
Saldos em 30.09.2025		4.902.648	(176.543)	980.530	283.024	5.122.519	-	1.280.929	186.504	(275.445)	12.304.166	1.158.705	13.462.871

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 02.474.103/0001-19 | NIRE Nº 42 3 0002438-4
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		1.810.230	3.710.066	2.793.757	4.467.904
Conciliação do lucro com o caixa gerado nas operações:					
Resultado de participações societárias	9	(2.302.351)	(2.230.123)	(531.884)	(495.583)
Depreciação e amortização	10/11	321.180	318.190	1.008.331	783.324
Reversão de provisão para redução ao valor recuperável de ativos, líquida	10	-	-	-	(30.957)
Juros e variação monetária	23	1.358.336	761.996	1.866.949	1.330.952
Despesas de concessões a pagar (Uso de Bem Público)	23	472.299	529.410	480.013	536.267
Alienação de subsidiária		(20.309)	9.180	(20.309)	9.180
Alienação de participação societária em controlada em conjunto		-	(1.336.133)	-	(1.336.133)
Repactuação do risco hidrológico	11	(9.288)	-	(9.288)	-
Ajuste a valor justo de instrumentos de dívida	13/14	105.168	43.465	105.168	43.465
Remuneração de ativo financeiro de concessão	6	-	-	(383.276)	(364.952)
Remuneração de ativo de contrato	7	-	-	(799.418)	(679.251)
Receita de construção de infraestrutura de transmissão	7	-	-	(1.196.147)	(147.962)
Perdas por ineficiência na construção	7	-	-	35.899	9.159
Perdas não realizadas em operações de <i>trading</i> , líquidas	13	-	-	2.445	9.243
Outros		45.732	(14.119)	42.073	3.275
Lucro antes dos tributos ajustado		1.780.997	1.791.932	3.394.313	4.137.931
(Aumento) redução nos ativos					
Contas a receber de clientes		(77.134)	(70.777)	(112.203)	21.194
Crédito de imposto de renda e contribuição social		1.518	(64.612)	1.810	(69.642)
Depósitos vinculados e judiciais		(1.164)	15.663	(18.251)	18.667
Ativo financeiro de concessão	6	-	-	283.324	273.186
Ativo de contrato	7	-	-	501.835	497.886
Outros ativos		(54.655)	(27.972)	(22.610)	21.648
(Redução) aumento nos passivos					
Fornecedores		(13.212)	142.098	(28.560)	(21.788)
Obrigações fiscais e regulatórias		4.570	(25.137)	14.648	(45.737)
Obrigações trabalhistas		(789)	1.337	2.083	1.837
Obrigações com benefícios de aposentadoria		(37.058)	(33.696)	(37.060)	(33.696)
Outros passivos		12.901	(9.728)	22.541	368.519
Caixa gerado pelas operações		1.615.974	1.719.108	4.001.870	5.170.005
Pagamento de juros sobre dívidas, líquido de <i>hedge</i>	13/14	(638.419)	(384.135)	(1.172.140)	(969.297)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(25.357)	(517.456)	(529.587)	(906.721)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		952.198	817.517	2.300.143	3.293.987

Continua na próxima página

Continuação

		Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Atividades de investimento					
Dividendos recebidos de controladas e controladas em conjunto		1.498.466	2.207.234	360.687	815.000
Aumento de capital em controladas	9	(2.244.555)	(6.950.430)	-	-
Redução de capital em controladas em conjunto	9	234.313	-	234.313	-
Ajuste de preço (pagamento) na aquisição de subsidiárias	9	-	-	16.320	-
Aquisição de subsidiárias	9	(2.286.053)	-	(2.286.053)	(2.361.046)
Caixa e equivalentes de caixa de subsidiária adquirida	9	-	-	242.397	271.494
Recebimento pela alienação de participação societária em controlada em conjunto	9	-	2.766.468	-	2.766.468
Recebimento pela alienação de subsidiárias, líquido dos custos de venda		20.309	27.584	20.309	27.584
Caixa e equivalentes de caixa de subsidiária alienada		-	-	-	(19.873)
Aplicação no imobilizado e no intangível	10/11	(80.038)	(110.626)	(1.411.372)	(4.899.075)
Pagamento de obrigações vinculadas à aquisição de ativos	19	-	-	(1.003)	(84.904)
Pagamento de parcelas de concessões (Uso de Bem Público)	15	(619.115)	(593.311)	(625.723)	(599.634)
Outros		(705)	(717)	(941)	(714)
Caixa líquido das atividades de investimento		(3.477.378)	(2.653.798)	(3.451.066)	(4.084.700)
Atividades de financiamento					
Ingresso de instrumentos de dívida	14	4.383.406	2.732.755	4.895.264	2.503.760
Pagamento de instrumentos de dívida, líquido de <i>hedge</i>	13/14	(1.235.803)	(1.179.806)	(1.872.732)	(1.788.706)
Pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio bruto de imposto de renda		(1.175.767)	(1.132.521)	(1.204.842)	(1.134.002)
Depósitos vinculados ao serviço da dívida		7.707	483	137	3.065
Caixa líquido das atividades de financiamento		1.979.543	420.911	1.817.827	(415.883)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(545.637)	(1.415.370)	666.904	(1.206.596)
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa					
Saldo inicial	3	1.659.976	3.250.488	3.958.758	5.255.767
Saldo final	3	1.114.339	1.835.118	4.625.662	4.049.171
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(545.637)	(1.415.370)	666.904	(1.206.596)

As informações adicionais sobre as transações que não afetam o caixa e equivalentes de caixa estão apresentadas na Nota 28 – Informações complementares ao fluxo de caixa.

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 02.474.103/0001-19 | NIRE Nº 42 3 0002438-4
DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS
PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Receita operacional bruta	4.792.391	3.672.493	7.791.175	7.414.423
Remuneração de ativo de contrato	-	-	799.418	679.251
Remuneração de ativo financeiro de concessão	-	-	383.276	364.952
Receita de construção de geração	-	-	1.020.465	4.918.113
Receita de construção de infraestrutura de transmissão	-	-	1.196.147	147.962
Alienação de subsidiária	20.309	(9.180)	20.309	(9.180)
Alienação de participação societária em controlada em conjunto	-	1.336.133	-	1.336.133
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	15.855	(2.695)	51.572	(6.600)
	4.828.555	4.996.751	11.262.362	14.845.054
(-) Insumos				
Compras de energia	(1.634.852)	(657.953)	(909.414)	(1.117.158)
Encargos de uso de rede elétrica e de conexão	(319.149)	(332.624)	(591.554)	(524.575)
Materiais e serviços de terceiros	(208.847)	(197.466)	(541.820)	(455.332)
Transações no mercado de energia de curto prazo	(122.297)	(17.123)	(303.080)	(53.808)
Seguros	(42.392)	(34.385)	(117.431)	(86.883)
Custos com construção de infraestrutura de transmissão	-	-	(1.131.334)	(145.906)
Custos com construção de usinas	-	-	(621.301)	(4.623.041)
Reversão de provisão para redução ao valor recuperável de ativos	-	-	-	30.957
Repactuação do risco hidrológico	9.288	-	9.288	-
Outros	(53.567)	(47.890)	(111.694)	(70.392)
	(2.371.816)	(1.287.441)	(4.318.340)	(7.046.138)
VALOR ADICIONADO BRUTO	2.456.739	3.709.310	6.944.022	7.798.916
Depreciação e amortização	(321.180)	(318.190)	(1.008.331)	(783.324)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	2.135.559	3.391.120	5.935.691	7.015.592
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas financeiras	245.570	292.938	576.337	488.797
Resultado de participações societárias	2.302.351	2.230.123	531.884	495.583
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	4.683.480	5.914.181	7.043.912	7.999.972

Continua na próxima página

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Controladora				Consolidado			
	2025	%	2024	%	2025	%	2024	%
Remuneração:								
Do trabalho								
Remuneração e encargos	186.902	4,0	174.513	2,9	225.502	3,2	197.911	2,6
Benefícios	47.105	1,0	46.152	0,8	55.909	0,8	52.491	0,7
Participação nos resultados	24.628	0,5	26.780	0,5	30.402	0,4	30.563	0,4
FGTS	10.759	0,2	11.787	0,2	14.531	0,2	13.281	0,2
	269.394	5,7	259.232	4,4	326.344	4,6	294.246	3,9
Do governo								
Impostos federais	317.317	6,8	865.951	14,5	1.395.509	19,8	1.919.464	24,0
Impostos estaduais	17.522	0,4	15.518	0,3	19.626	0,3	16.538	0,2
Impostos municipais	3.205	0,1	3.117	0,1	3.335	-	3.155	-
Encargos setoriais	137.105	2,9	177.548	3,0	191.406	2,7	232.372	2,9
Despesas de concessões a pagar (Uso de Bem Público)	472.299	10,1	529.410	9,0	480.013	6,8	536.267	6,7
	947.448	20,3	1.591.544	26,9	2.089.889	29,6	2.707.796	33,8
Do capital de terceiros								
Juros e variações monetárias	1.492.735	31,9	832.117	14,1	2.008.989	28,5	1.395.602	17,4
Juros, V.M. e deprec. capitalizados	-	-	-	-	399.164	5,7	295.072	3,7
Aluguéis	616	-	1.981	-	11.086	0,2	16.129	0,2
Outras despesas financeiras	7.897	0,2	18.871	0,3	76.530	1,1	78.030	1,0
	1.501.248	32,1	852.969	14,4	2.495.769	35,5	1.784.833	22,3
Do capital próprio								
Reserva de incentivos fiscais	-	-	3.161	0,1	-	-	3.161	-
Dividendos	719.815	15,4	932.807	15,8	719.815	10,2	932.807	11,7
Realização do custo atribuído	(27.653)	(0,6)	(28.269)	(0,5)	(27.653)	(0,4)	(28.269)	(0,4)
Dividendos e JCP prescritos	(7.701)	(0,2)	(12.013)	(0,2)	(7.701)	(0,1)	(12.013)	(0,2)
Acionista não controladores	-	-	-	-	166.520	2,4	2.661	-
Lucro líquido do período	1.280.929	27,3	2.314.750	39,1	1.280.929	18,2	2.314.750	28,9
	1.965.390	41,9	3.210.436	54,3	2.131.910	30,3	3.213.097	40,0
	4.683.480	100,0	5.914.181	100,0	7.043.912	100,0	7.999.972	100,0

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Desempenho Econômico-Financeiro

Resultado por segmento – 3T25 X 3T24 | R\$ milhões

	Energia elétrica				
	Geração¹	Transmissão	Trading		
3T25					
Receita operacional líquida	2.549	643	151	-	3.343
Custos operacionais	(1.319)	(378)	(149)	-	(1.846)
Lucro bruto	1.230	265	2	-	1.497
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(133)	(5)	(3)	-	(141)
Outras receitas operacionais, líquidas	(6)	-	-	-	(6)
Alienação de subsidiária	11	-	-	-	11
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	166	166
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro	1.102	260	(1)	166	1.527
3T24					
Receita operacional líquida	2.168	291	78	-	2.537
Custos operacionais	(1.063)	(92)	(79)	-	(1.234)
Lucro (prejuízo) bruto	1.105	199	(1)	-	1.303
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(122)	(7)	(1)	-	(130)
Outras receitas operacionais, líquidas	3	25	-	-	28
Alienação de participação societária em controlada em conjunto	-	-	-	(1)	(1)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	182	182
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro	986	217	(2)	181	1.382
Variação					
Receita operacional líquida	381	352	73	-	806
Custos operacionais	(256)	(286)	(70)	-	(612)
Lucro bruto	125	66	3	-	194
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(11)	2	(2)	-	(11)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(9)	(25)	-	-	(34)
Alienação de subsidiária	11	-	-	-	11
Alienação de participação societária em controlada em conjunto	-	-	-	1	1
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	(16)	(16)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro	116	43	1	(15)	145

¹ Geração e venda de energia elétrica do portfólio da Companhia ("Geração").

O resultado financeiro da Companhia não é alocado por segmento, pois a Administração realiza a gestão do fluxo de caixa de forma consolidada e corporativa.

Receita Operacional Líquida

| Receita por segmento – 3T25 X 3T24 | R\$ milhões

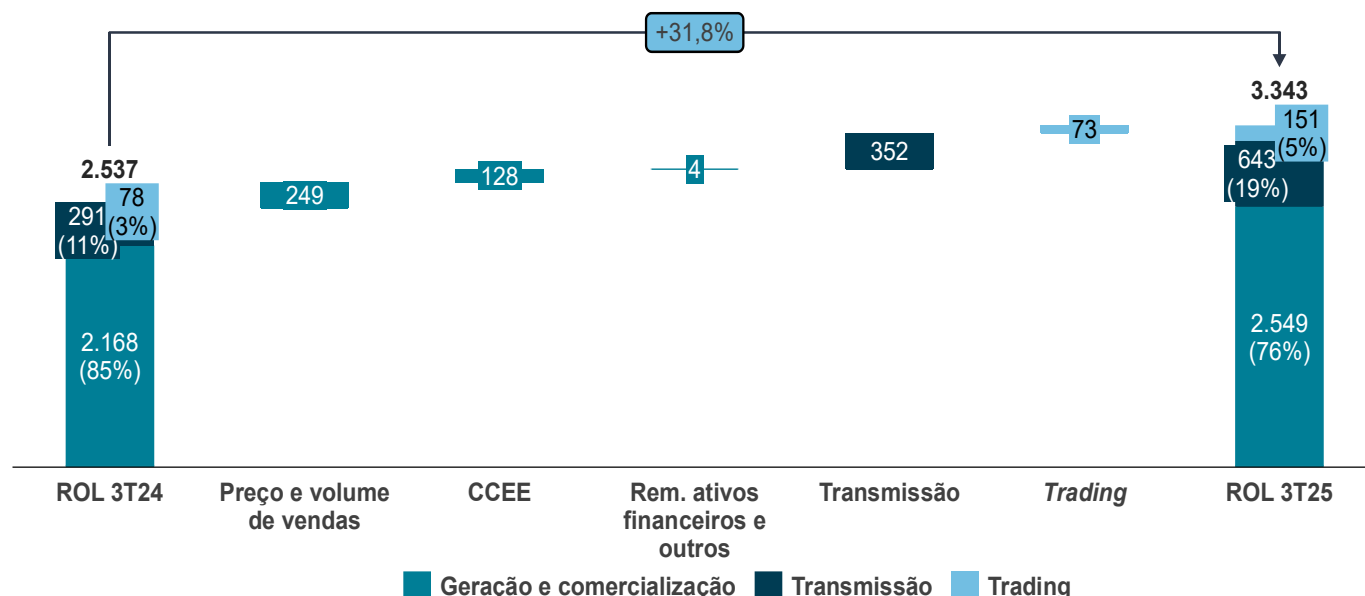
	Energia elétrica			
	Geração	Transmissão	Trading	Consolidado
3T25				
Ambiente de contratação livre ¹	1.132	-	-	1.132
Ambiente de contratação regulado ²	1.049	-	-	1.049
Receita de construção	-	386	-	386
Remuneração dos ativos de concessão	114	235	-	349
Transações de energia no mercado de curto prazo	203	-	-	203
Operações de <i>trading</i> de energia	-	-	151	151
Receita de serviços prestados	42	22	-	64
Indenizações	3	-	-	3
Outras receitas	6	-	-	6
Receita operacional líquida	2.549	643	151	3.343
3T24				
Ambiente de Contratação Livre	958	-	-	958
Ambiente de Contratação Regulado	974	-	-	974
Receita de construção	-	66	-	66
Remuneração dos ativos de concessão	109	204	-	313
Transações de energia no mercado de curto prazo	75	-	1	76
Operações de <i>trading</i> de energia	-	-	77	77
Receita de serviços prestados	39	21	-	60
Outras receitas	13	-	-	13
Receita operacional líquida	2.168	291	78	2.537
Variação				
Ambiente de Contratação Livre	174	-	-	174
Ambiente de Contratação Regulado	75	-	-	75
Receita de construção	-	320	-	320
Remuneração dos ativos de concessão	5	31	-	36
Transações de energia no mercado de curto prazo	128	-	(1)	127
Operações de <i>trading</i> de energia	-	-	74	74
Receita de serviços prestados	3	1	-	4
Indenizações	3	-	-	3
Outras receitas	(7)	-	-	(7)
Receita operacional líquida	381	352	73	806

¹ Consumidores livres e comercializadoras de energia elétrica.

² Distribuidoras de energia elétrica.

No 3T25, a receita operacional líquida aumentou 31,8% (R\$ 806 milhões) quando comparada ao 3T24, passando de R\$ 2.537 milhões para **R\$ 3.343 milhões**. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes efeitos: (i) acréscimo de R\$ 381 milhões (17,6%) na receita operacional líquida de geração e venda de energia do portfólio; (ii) elevação de R\$ 352 milhões (121,0%), ocasionada, substancialmente, pela evolução da construção do Sistema de Transmissão Asa Branca, a qual impactou no crescimento da receita operacional líquida do segmento de transmissão; e (iii) elevação de R\$ 73 milhões (93,6%) no segmento de trading. Mais detalhes dos segmentos de transmissão e trading estão descritos a seguir em itens específicos.

Receita Operacional Líquida por Segmento | R\$ milhões



Comentários sobre as Variações da Receita Operacional Líquida

Geração e Venda de Energia do Portfólio

Preço Médio Líquido de Venda e Volume de Vendas

O **preço médio de venda de energia**, líquido dos encargos sobre a receita e operações de *trading*, foi de **R\$ 211,61/MWh no 3T25**. Esse valor foi **2,0% inferior** ao do 3T24, que foi de R\$ 215,96/MWh.

Durante os anos de 2024 e 2025 ocorreram ressarcimentos causados pela entrega de energia eólica e solar em quantidades inferiores às firmadas nos contratos no ambiente regulado com as distribuidoras. Desconsiderando o impacto dos ressarcimentos nos trimestres, o preço médio líquido de venda de energia passou de R\$ 226,92/MWh no 3T24, para **R\$ 219,73/MWh no 3T25, redução de 3,2%**.

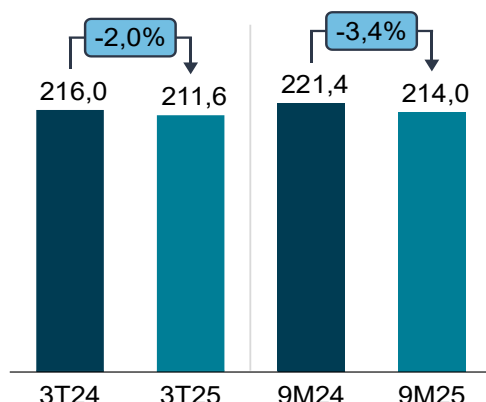
A redução do preço entre os períodos em análise foi motivada, substancialmente, (i) pela melhoria contínua nas condições hidrológicas registradas nos últimos anos, aliada ao aumento na oferta de energias renováveis e ao crescimento da geração distribuída, fatores que contribuíram para a queda dos preços de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL); (ii) em decorrência do ingresso dos contratos vinculados à aquisição das usinas hidrelétricas Santo Antônio do Jari e Cachoeira Caldeirão; e parcialmente atenuada pela (iii) atualização monetária dos contratos de longo prazo vigentes. Adicionalmente, o agravamento do cenário hidrológico em 2024, que impulsionou uma elevação nos preços de energia no mercado, não gerou impactos relevantes no 3T25, devido ao baixo nível de descontratação do nosso portfólio.

A **quantidade de energia vendida** em contratos, líquida de operações de *trading*, passou de 8.942 GWh (4.050 MW médios) no 3T24, para **10.308 GWh (4.668 MW médios) no 3T25**, um acréscimo de 1.366 GWh (618 MW médios), ou 15,3%, entre os períodos comparados.

O aumento na quantidade de energia vendida observado no trimestre, foi motivado, substancialmente, pelo adicional do volume de venda às distribuidoras, em decorrência da aquisição das usinas hidrelétricas Santo Antônio do Jari e Cachoeira Caldeirão e pelo aumento de venda no ambiente de contratação livre, ocasionado pelo acréscimo da capacidade instalada própria entre os períodos analisados, oriundo da finalização da entrada em operação comercial do Conjunto Eólico Santo Agostinho, ocorrida no segundo semestre de 2024, e das entradas em operação comercial parcial do Conjunto Eólico Serra do Assuruá e do Conjunto Fotovoltaico Assú Sol, ocorridos durante 2024 e 2025.

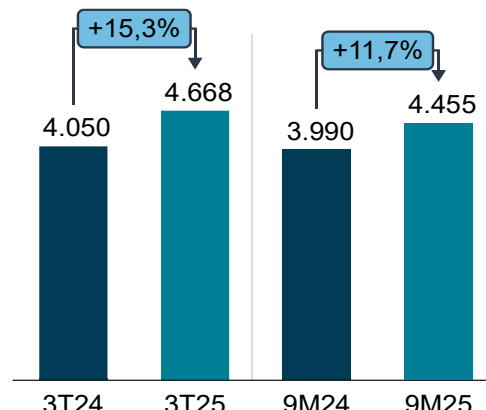
As **variações nos volumes de vendas e nos preços médios de venda**, ocasionaram, em conjunto, aumento de **R\$ 249 milhões** no trimestre, na receita operacional líquida da Companhia.

Preço Médio Líquido de Vendas¹



¹ Líquido de impostos sobre a venda e operações de trading.

Volume de Vendas²



² Líquido de operações de trading.

Transações de Energia

Ambiente de Contratação Livre:

A receita de venda a consumidores livres e comercializadoras aumentou **R\$ 174 milhões (18,2%)** entre os trimestres em análise, passando de R\$ 958 milhões no 3T24 para **R\$ 1.132 milhões no 3T25**. A variação resulta do aumento de 1.145 GWh (518 MW médios) no volume de energia vendida (R\$ 197 milhões), atenuada pelo decréscimo de 2,4% no preço médio líquido de vendas (R\$ 23 milhões).

A variação na quantidade de energia vendida, deve-se, principalmente, pelas entradas em operação do Conjunto Eólico Serra do Assuruá e do Conjunto Fotovoltaico Assú Sol, ocasionando maior quantidade de energia disponível no portfólio da Companhia. Já a redução no preço médio líquido de vendas, foi motivada principalmente, pelo decréscimo dos preços de energia do mercado livre, ocasionado pela melhora no cenário hidrológico, conforme explicado anteriormente, combinada com o aumento de oferta de energias renováveis ocorrido nos últimos anos, fatores atenuados pela atualização monetária dos contratos vigentes.

Ambiente de Contratação Regulado:

A receita de venda a distribuidoras alcançou **R\$ 1.049 milhões no 3T25, R\$ 75 milhões (7,7%) superior** aos R\$ 974 milhões auferidos no 3T24. A variação positiva foi ocasionada pelos seguintes efeitos somados: (i) R\$ 62 milhões em função do acréscimo de 221 GWh (100 MW médios) na quantidade vendida; e (ii) R\$ 13 milhões com o acréscimo de 1,4% no preço médio líquido de vendas.

O aumento no volume de vendas entre os trimestres comparados decorre, principalmente, da energia comercializadas pelas hidrelétricas adquiridas no 3T25, Santo Antônio do Jari e Cachoeira Caldeirão. O aumento do preço médio líquido de vendas, entre os trimestres em análise, foi motivado, principalmente, (i) pela atualização monetária dos preços de venda nos períodos em comparação; e atenuado pelo (ii) ingresso dos contratos vinculados à aquisição das usinas hidrelétricas Santo Antônio do Jari e Cachoeira Caldeirão.

Desconsiderando o impacto dos ressarcimentos anteriormente citados, o preço médio líquido de vendas das distribuidoras aumentou 2,0% entre os trimestres.

Transações no Mercado de Energia de Curto Prazo

No 3T25, a receita auferida no mercado de curto prazo foi de **R\$ 203 milhões**, enquanto no 3T24 foi de R\$ 75 milhões, o que representa um **acrécimo de R\$ 128 milhões (170,7%)** entre os trimestres comparados. Mais explicações sobre tais operações e acerca da variação podem ser obtidas em "Detalhamento das operações de curto prazo".

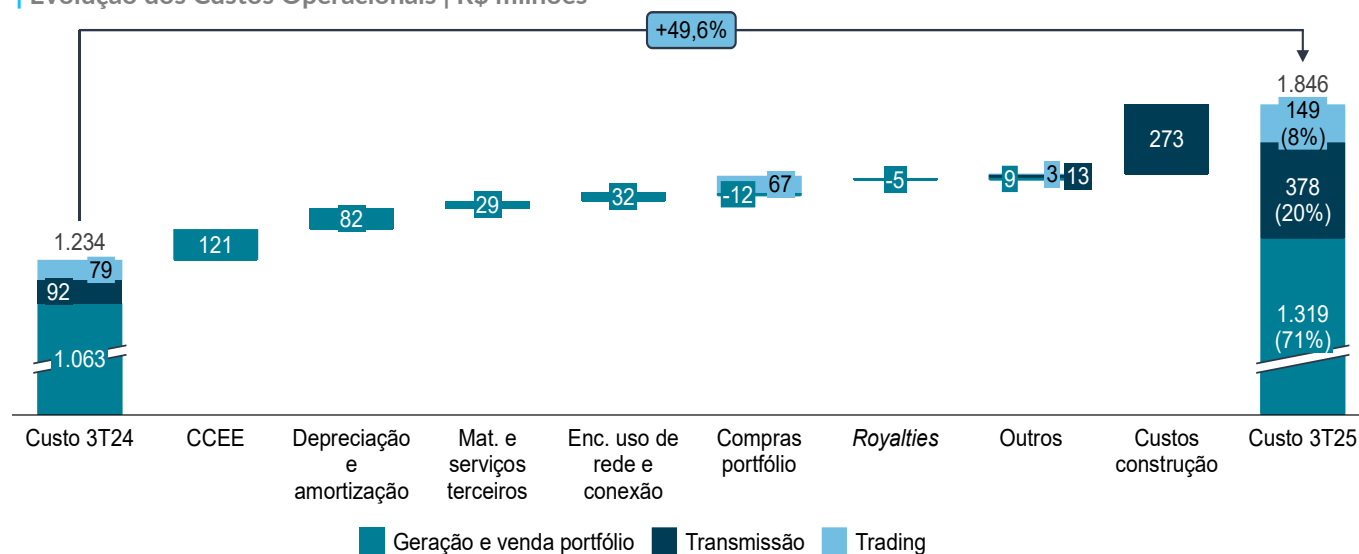
Custos Operacionais

| Custos por segmento – 3T25 x 3T24 | R\$ milhões

	Energia elétrica			Consolidado
	Geração	Transmissão	Trading	
3T25				
Compras de energia	303	-	150	453
Depreciação e amortização	342	3	-	345
Custos de construção	-	344	-	344
Encargos de uso da rede elétrica e conexão	208	-	-	208
Materiais e serviços de terceiros	138	12	-	150
Transações de energia no mercado de curto prazo	137	-	-	137
Pessoal	70	4	-	74
Royalties	53	-	-	53
Seguros	43	1	-	44
Perdas não realizadas em operações de trading	-	-	(1)	(1)
Repactuação do risco hidrológico	(9)	-	-	(9)
Outros custos operacionais, líquidos	34	14	-	48
Custos operacionais	1.319	378	149	1.846
3T24				
Compras de energia	315	-	83	398
Depreciação e amortização	260	3	-	263
Custos de construção	-	71	-	71
Encargos de uso da rede elétrica e conexão	176	-	-	176
Materiais e serviços de terceiros	109	12	-	121
Transações no mercado de curto prazo	16	-	-	16
Pessoal	62	3	-	65
Royalties	58	-	-	58
Seguros	30	1	-	31
Perdas não realizadas em operações de trading	-	-	(4)	(4)
Outros custos operacionais, líquidos	37	2	-	39
Custos operacionais	1.063	92	79	1.234
Variação				
Compras de energia	(12)	-	67	55
Depreciação e amortização	82	-	-	82
Custos de construção	-	273	-	273
Encargos de uso da rede elétrica e conexão	32	-	-	32
Materiais e serviços de terceiros	29	-	-	29
Transações no mercado de curto prazo	121	-	-	121
Pessoal	8	1	-	9
Royalties	(5)	-	-	(5)
Seguros	13	-	-	13
Perdas não realizadas em operações de trading	-	-	3	3
Repactuação do risco hidrológico	(9)	-	-	(9)
Outros custos operacionais, líquidos	(3)	12	-	9
Custos operacionais	256	286	70	612

Os custos operacionais aumentaram em R\$ 612 milhões (49,6%) entre os trimestres comparados, passando de R\$ 1.234 milhões no 3T24 para R\$ 1.846 milhões no 3T25. Esta variação foi reflexo, principalmente, da combinação dos seguintes fatores: (i) acréscimo de R\$ 286 milhões (310,9%) nos custos do segmento de transmissão, principalmente pelo aumento dos custos de construção do Sistema de Transmissão Asa Branca; (ii) elevação de R\$ 256 milhões (24,1%) nos custos do segmento de geração e venda de energia do portfólio da Companhia; e (iii) aumento de R\$ 70 milhões (88,6%) nos custos de operações de trading de energia.

Evolução dos Custos Operacionais | R\$ milhões



As variações do segmento de geração e venda de energia do portfólio decorreram, essencialmente, do comportamento dos principais componentes a seguir:

Comentários sobre as Variações dos Custos Operacionais

Geração e Venda de Energia do Portfólio

- Compras de energia:** entre o 3T24 e o 3T25 houve redução de R\$ 12 milhões (3,8%) nas compras de energia, substancialmente motivada pela combinação da diminuição de 7,3% no preço médio líquido de compras de energia (R\$ 23 milhões) e do acréscimo de 76 GWh (35 MW médios) na quantidade de energia comprada (R\$ 11 milhões). O acréscimo do volume deve-se ao aumento das compras para gestão de portfólio da Companhia. Já a variação do preço médio de compras reflete a melhoria no cenário hidrológico nos momentos de contratação, conforme anteriormente mencionado, combinado com o aumento de oferta de energias renováveis ocorrido nos últimos anos, fatores que pressionaram negativamente os preços de energia do mercado livre.
- Depreciação e amortização:** aumento de R\$ 82 milhões (31,5%), entre os trimestres em análise. A variação decorre, principalmente, (i) pelas entradas em operação comercial do Conjunto Eólico Serra do Assuruá e do Conjunto Fotovoltaico Assú Sol, a partir de agosto de 2024 e janeiro de 2025, respectivamente; (ii) da finalização da entrada em operação comercial dos parques do Conjunto Eólico Santo Agostinho, ao longo de 2024; (iii) do início da amortização do direito de uso dos ativos – intangíveis oriundo da aquisição dos Conjuntos Fotovoltaicos Juazeiro, São Pedro, Sol do Futuro, Sertão Solar e Lar do Sol (“Conjuntos Fotovoltaicos”); e (iv) do acréscimo de depreciação das subsidiárias adquiridas Santo Antônio do Jari e Cachoeira Caldeirão.
- Encargos de uso da rede elétrica e conexão:** acréscimo de R\$ 32 milhões (18,2%) entre os trimestres analisados, resultante, substancialmente (i) da entrada em operação comercial parcial do Conjunto Eólico Serra do Assuruá e do Conjunto Fotovoltaico Assú Sol; (ii) da aquisição das subsidiárias Santo Antônio do Jari e Cachoeira Caldeirão; e (iii) do reajuste anual das tarifas de transmissão e distribuição.
- Materiais e serviços de terceiros:** aumento de R\$ 29 milhões (26,6%) entre os trimestres analisados. Os principais motivadores resultam, substancialmente, dos seguintes fatores: (i) entrada em operação comercial dos Conjuntos Eólicos Serra do Assuruá e Santo Agostinho e do Conjunto Fotovoltaico Assú Sol; (ii) aquisição dos Conjuntos Fotovoltaicos; e (iii) prestação de serviços de consultoria e assessoria.
- Transações no mercado de energia de curto prazo:** os custos com essas transações foram superiores em R\$ 121 milhões (756,3%) entre os trimestres em análise. Mais explicações sobre tais operações e acerca da variação podem ser obtidas em “Detalhamento das operações de curto prazo”.

- **Repactuação do risco hidrológico:** em setembro de 2021, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) publicou a Resolução Homologatória nº 2.932/2021, que homologou os prazos de extensão de outorga para usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), como forma de compensação pelos prejuízos acumulados até 31 de dezembro de 2020. Essa medida decorre do novo tratamento aplicado ao período anterior à vigência da repactuação do risco hidrológico, conforme previsto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, em complemento à Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015. Em 1º de abril de 2025, a Aneel publicou a Resolução Homologatória nº 3.439/2025, a qual, ampliou o período de cobertura dos impactos no MRE até 30 de junho de 2023, reconhecendo que os prejuízos das usinas hidrelétricas continuaram se acumulando mesmo após 2020. Diante disto, a Companhia obteve a extensão do prazo de concessão de suas usinas de 1 a 3 dias, e o efeito no resultado foi um ganho de R\$ 9 milhões em 2025.

Os demais custos deste segmento não apresentaram variações relevantes entre os trimestres em análise.

Resultado Operacional do Segmento de Transmissão de Energia

A Companhia é a responsável primária pela construção e instalação de infraestrutura relacionada à concessão dos Sistemas de Transmissão Gralha Azul, Novo Estado, Gavião Real, Asa Branca e Graúna, e está exposta aos riscos e benefícios dessas construções. Desta forma, com base nas práticas contábeis vigentes, a Companhia reconhece receita de implementação de infraestrutura de transmissão, ao longo da implantação, em montante correspondente aos custos de construção adicionados de uma margem bruta na prestação de serviços de construção. Os gastos incorridos na construção estão reconhecidos no custo da infraestrutura de transmissão. A Receita Anual Permitida (RAP) é recebida a partir da entrada em operação comercial do Sistema de Transmissão. Dessa forma, só há entrada de recursos advindos da atividade operacional a partir deste momento. Os Sistemas de Transmissão Gralha Azul e Novo Estado entraram em operação comercial integral em 19 e 27 de fevereiro de 2023, respectivamente. Em 8 de julho de 2024, a Companhia finalizou a implantação do projeto Gavião Real Transmissora de Energia com sua energização completa, conforme consta nos Termos de Liberação (TLD) emitidos pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) em 12 de julho de 2024. Adicionalmente, em 18 de julho de 2025, a Companhia assumiu a operação do trecho *brownfield* do Sistema de Transmissão Graúna, correspondente a aproximadamente 5% da RAP total do projeto.

O resultado bruto do segmento de transmissão de energia atingiu R\$ 265 milhões positivos no 3T25, aumento de R\$ 66 milhões (33,2%), em relação ao mesmo trimestre de 2024, cujo valor foi de R\$ 199 milhões. As variações decorrem, substancialmente, (i) do efeito positivo de R\$ 47 milhões (940,0%) na variação do resultado líquido das receitas e custos de construção (aumentos de R\$ 320 milhões e R\$ 273 milhões, respectivamente), oriundo, principalmente, do avanço das obras do Sistema de Transmissão Asa Branca; e (ii) do acréscimo R\$ 31 milhões (15,2%) na remuneração dos ativos de concessão, ocasionado, especialmente, pelo aumento do saldo nominal devido ao avanço na construção do Sistema de Transmissão Asa Branca, atenuado pela redução dos índices inflacionários entre os trimestres comparados.

O valor de RAP, líquida de PIS e Cofins, recebida no 3T25 foi de R\$ 203 milhões, (R\$ 189 milhões no 3T24), sendo R\$ 181 milhões (R\$ 168 milhões no 3T24) correspondentes à amortização do ativo de contrato, registrada em contrapartida do ativo de contrato, e R\$ 22 milhões (R\$ 21 milhões no 3T24) relativos à receita de serviços prestados de O&M.

Abaixo a composição do Ebitda regulatório de transmissão:

(em R\$ milhões)	3T25	3T24	Variação
RAP, líquida de PIS e Cofins	203	189	14
Custos operacionais	(31)	(18)	(13)
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(5)	(7)	2
Ebitda regulatório de transmissão	167	164	3

Resultado Operacional do Segmento de Trading de Energia

A Companhia atua no mercado de *trading* de energia, a fim de auferir resultados por meio da variação de preços de energia, dentro de limites de risco pré-estabelecidos. As operações de *trading* de energia são transacionadas em mercado ativo e, para fins de mensuração contábil, atendem à definição de instrumentos financeiros por valor justo, devido principalmente ao fato de que não há compromisso de realizar o fechamento das operações de compra e de venda, havendo flexibilidade para gerenciar os contratos para obtenção de resultados por variações de preços no mercado.

O resultado bruto entre os trimestres em análise variou positivamente em R\$ 3 milhões, motivado pelo impacto positivo de R\$ 7 milhões nas transações de curto prazo, atenuado pela queda de R\$ 3 milhões oriundo da marcação a mercado das transações de fornecimento futuro, na comparação entre os períodos — diferença entre os preços contratados e os de mercado.

Detalhamento das Operações de Curto Prazo

Operações de curto prazo são definidas como compra e venda de energia cujo objetivo principal é a gestão da exposição da Companhia na CCEE. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). O presente item engloba também as transações na CCEE, dado o caráter volátil e sazonal, portanto, de curto prazo, dos resultados advindos da contabilização na CCEE. Adicionalmente, as exposições positivas ou negativas são liquidadas ao PLD, à semelhança das operações de curto prazo descritas acima.

Sobre as transações na CCEE, os diversos lançamentos credores ou devedores realizados mensalmente na conta de um agente da CCEE são sintetizados numa fatura única (a receber ou a pagar), exigindo, portanto, seu registro na rubrica de receita ou de despesa. Cumpre ressaltar que, em razão de ajustes na estratégia de gerenciamento de portfólio da Companhia, vem se verificando mudança no perfil das faturas mencionadas. Tal alternância dificulta a comparação direta dos elementos que compõem cada fatura dos períodos em análise, sendo esse o motivo para a criação deste tópico. Assim, permite analisar oscilações dos principais elementos, apesar de terem sido alocados ora na receita, ora na despesa, conforme a natureza credora ou devedora da fatura à qual estão vinculados.

Genericamente, esses elementos são receitas ou despesas provenientes, por exemplo, (i) da aplicação do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE); (ii) do Fator de Ajuste da Energia Assegurada (GSF – *Generation Scaling Factor*), que ocorre quando a geração das usinas que integram o MRE, em relação à energia alocada, é menor ou maior (Energia Secundária); (iii) do chamado “risco de submercado”; (iv) do despacho motivado pela Curva de Aversão ao Risco (CAR); (v) da aplicação dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), que resultam do despacho fora da ordem de mérito de usinas termelétricas; e (vi) naturalmente, da exposição (posição vendida ou comprada de energia na contabilização mensal), que será liquidada ao valor do PLD.

| Resultado Líquido das Operações de Curto Prazo | R\$ milhões

	Geração	Trading	Consolidado
3T25			
Receita operacional líquida	203	-	203
Custos operacionais	(137)	-	(137)
Resultado líquido	66	-	66
3T24			
Receita operacional líquida	75	1	76
Custos operacionais	(16)	-	(16)
Resultado líquido	59	1	60
Variação			
Receita operacional líquida	128	(1)	127
Custos operacionais	(121)	-	(121)
Resultado líquido	7	(1)	6

No **3T25** e no **3T24**, os **resultados líquidos** (diferença entre receitas e custos – deduzidos dos tributos) decorrentes de transações de curto prazo – em especial as realizadas no âmbito da CCEE – **foram positivos em R\$ 66 milhões** e positivos R\$ 60 milhões, respectivamente. O montante representa **aumento de R\$ 6 milhões entre os períodos comparados**, sendo proveniente do resultado das transações no segmento de geração e venda de energia do portfólio.

Essas variações foram consequência, fundamentalmente, da combinação dos seguintes fatores: (i) pelo aumento da energia livre devido à estratégia de alocação de energia sazonalizada no decorrer dos períodos, combinado com o aumento do PLD; atenuado (ii) pelo impacto negativo em virtude da redução do Fator de Ajuste do MRE (GSF), tendo em vista a alocação de garantia física e a geração das usinas participantes (a média do GSF passou de 79,2% no 3T24 para 64,9% no 3T25); e (iii) pelo efeito negativo no MRE, em virtude de geração hidrelétrica inferior ao registrado no ano anterior e a consequente redução do valor a ser reembolsado pelos demais agentes do MRE. Em conjunto, houve a contribuição da variação positiva nas operações de fechamento de mês, recontabilizações e modulações entre os trimestres analisados.

Em dezembro de 2024, a Aneel estabeleceu os limites máximo e mínimo do PLD para o ano de 2025 em R\$ 751,73/MWh e R\$ 58,60/MWh, respectivamente. A tabela a seguir apresenta os valores médios do PLD para os submercados nos quais a Companhia atua, por MWh.

PLD médio em R\$/MWh	3T25	3T24	Var. (%)
Sul	253,06	171,21	47,8%
Sudeste/Centro-Oeste	252,51	171,15	47,5%
Nordeste	240,03	143,80	66,9%

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

A Companhia apresentou acréscimo nas despesas com vendas, gerais e administrativas, no montante de R\$ 11 milhões (8,5%) entre o 3T25 e o 3T24. As variações entre os trimestres analisados decorrem, principalmente, do acréscimo no segmento de geração, no mesmo montante, o qual foi impactado, substancialmente, pelo aumento nas despesas com serviços de TI e digitalização.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas

A Companhia reconheceu no 3T25, no segmento de geração, o montante de R\$ 6 milhões, referente a baixa de ativos no Conjunto Fotovoltaico Paracatu devido a atualização de tecnologia dos seguidores solares. No segmento de transmissão, no 3T24 houve o reconhecimento do montante de R\$ 25 milhões com efeito positivo no resultado, tendo como base, principalmente, a expectativa de revisão da estrutura de investimentos realizados e a taxa de remuneração de capital, resultando em modificações nos valores das RAP futuras.

Alienação de Subsidiária

A Companhia registrou no 3T25, R\$ 11 milhões, referente a recebimentos previstos no acordo de venda da subsidiária Pampa Sul, concluído em 2023.

Resultado de Equivalência Patrimonial – Transporte de Gás

A Companhia possui 17,5% de participação societária direta na TAG. O resultado de equivalência patrimonial da TAG dos trimestres em análise é composto pelos seguintes itens:

Demonstração dos resultados (em R\$ milhões)	3T25		3T24	
	100%	Participação da Companhia ¹	100%	Participação da Companhia ¹
Receita operacional líquida	2.305	403	2.209	387
Custos dos serviços prestados	(590)	(103)	(425)	(74)
Lucro bruto	1.715	300	1.784	313
Despesas gerais e administrativas	(41)	(7)	(46)	(8)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos	1.674	293	1.738	305
Resultado financeiro	(532)	(93)	(475)	(83)
Lucro antes dos impostos	1.142	200	1.263	222
Imposto de renda e contribuição social	(194)	(34)	(225)	(40)
Lucro líquido da TAG	948	166	1.038	182

¹ Até 9 de janeiro de 2024 a ENGIE Brasil Energia detinha 32,5% das ações de TAG e a partir do dia 10 de janeiro de 2024 passou a deter 17,5% das ações.

Com a finalidade de possibilitar a reconciliação do Ebitda da TAG, apresentamos a tabela abaixo:

Ebitda (em R\$ milhões)	3T25		3T24	
	100%	Participação da Companhia	100%	Participação da Companhia
Lucro antes do resultado financeiro e impostos	1.674	293	1.738	305
Depreciação e amortização	180	32	167	29
Amortização da mais valia	150	26	(10)	(2)
Ebitda¹	2.004	351	1.895	332
Margem Ebitda	86,9%		85,8%	

¹ Conforme as orientações estabelecidas na Resolução CVM nº 156 (RCVM 156) e Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2023, de 23 de junho de 2022 e 13 de fevereiro de 2022, respectivamente.

Entre o 3T24 e o 3T25, o resultado de equivalência patrimonial reduziu R\$ 16 milhões (8,8%), passando de R\$ 182 milhões para R\$ 166 milhões, respectivamente. A variação foi consequência do decréscimo do lucro líquido da TAG. Em relação à redução do resultado da TAG, a variação foi consequência, substancialmente, (i) da revisão da vida útil da mais valia realizada em 2024 - considerando que inicialmente era limitada ao prazo de concessão dos contratos legados e, após a Nova lei do Gás, foi revisada para o mesmo tempo de vida útil de seus ativos; (ii) do aumento da despesa financeira líquida, (iii.i) devido a variação cambial e atualização monetária sobre a dívida e (iii.ii) pela redução dos juros de aplicações financeiras e derivativos; atenuado (iii) pela atualização, em 2024, dos contratos vinculados ao IGPM; (iv) pela redução da variação cambial da receita do contrato de transporte do Sistema GASENE; e (v) pelo aumento da depreciação dos novos ativos imobilizados.

Balanço Patrimonial

Os principais grupos do ativo e passivo da TAG em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 eram estes:

Balanço Patrimonial	30/09/2025	31/12/2024
ATIVO		
Ativo circulante	3.774	4.443
Caixa e equivalentes de caixa	1.852	2.325
Contas a receber de clientes	1.701	1.830
Outros ativos circulantes	221	288
Ativo não circulante	29.123	28.955
Depósitos vinculados	1.058	326
Outros ativos não circulantes	164	155
Imobilizado	25.147	25.727
Intangível	2.754	2.747
Total	32.897	33.398

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Passivo circulante	3.564	4.377
Instrumentos de dívida	2.602	3.432
Instrumentos financeiros derivativos - <i>hedge</i>	26	7
Outros passivos circulantes	936	938
Passivo não circulante	22.004	22.409
Instrumentos de dívida	15.063	16.419
Instrumentos financeiros derivativos - <i>hedge</i>	262	77
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.010	5.204
Outros passivos não circulantes	669	709
Patrimônio líquido	7.329	6.612
Total	32.897	33.398

Ebitda e Margem Ebitda

| Ebitda por segmento – 3T25 x 3T24 | R\$ milhões

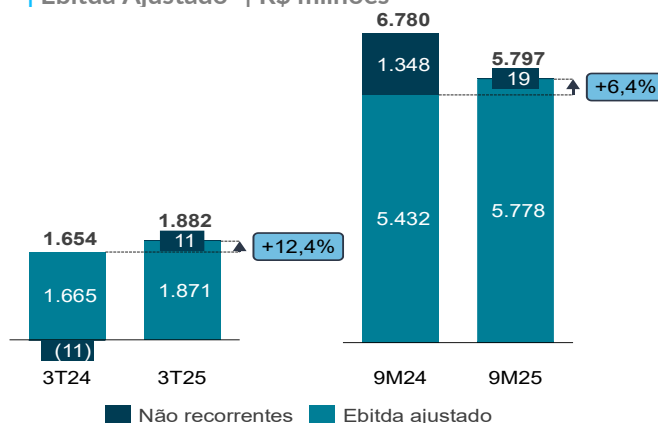
	Energia elétrica				
	Geração	Transmissão	Trading	Transporte de gás	Consolidado
3T25					
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro	1.102	260	(1)	166	1.527
Depreciação e amortização	352	3	-	-	355
Ebitda¹	1.454	263	(1)	166	1.882
Alienação de subsidiária	(11)	-	-	-	(11)
Ebitda ajustado	1.443	263	(1)	166	1.871
Margem Ebitda ajustada	56,6%	40,9%	(0,7%)	-	56,0%
3T24					
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro	986	217	(2)	181	1.382
Depreciação e amortização	269	3	-	-	272
Ebitda	1.255	220	(2)	181	1.654
Custos de aquisição de subsidiária	10	-	-	-	10
Alienação de participação societária em controlada em conjunto	-	-	-	1	1
Ebitda ajustado	1.265	220	(2)	182	1.665
Margem Ebitda ajustada	58,3%	75,6%	(2,6%)	-	65,6%
Variação					
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro	116	43	1	(15)	145
Depreciação e amortização	83	-	-	-	83
Ebitda	199	43	1	(15)	228
Alienação de subsidiária	(11)	-	-	-	(11)
Custos de aquisição de subsidiária	(10)	-	-	-	(10)
Alienação de participação societária em controlada em conjunto	-	-	-	(1)	(1)
Ebitda ajustado	178	43	1	(16)	206
Margem Ebitda ajustada	(1,7 p.p.)	(34,7 p.p.)	1,9 p.p.	-	(9,6 p.p.)

¹ Conforme as orientações estabelecidas na Resolução CVM nº 156 (RCVM 156) e Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2023, de 23 de junho de 2022 e 13 de fevereiro de 2022, respectivamente.

Entre o 3T25 e o 3T24, o Ebitda ajustado aumentou R\$ 206 milhões (12,4%), passando de R\$ 1.665 milhões no 3T24 para R\$ 1.871 milhões no 3T25. A variação foi consequência dos efeitos positivos de (i) R\$ 178 milhões (14,1%) no segmento de geração e venda de energia elétrica do portfólio da Companhia; (ii) R\$ 43 milhões (19,5%) oriundos do segmento de transmissão de energia; e (iii) R\$ 1 milhão (50,0%) oriundo do segmento de trading de energia. Esses efeitos foram atenuados pelo efeito negativo de R\$ 16 milhões (8,8%) decorrentes de menor resultado de participação societária em controlada em conjunto – TAG.

As principais variações no Ebitda ajustado estão no segmento de geração e venda de energia elétrica, indicada no item (i) acima, cujos efeitos positivos, foram: (i) R\$ 249 milhões da combinação das variações de quantidade de energia vendida e preço médio líquido de venda; (ii) redução de R\$ 12 milhões nas compras de energia; (iii) R\$ 9 milhões do reconhecimento adicional da repactuação do risco hidrológico; e (iv) R\$ 7 milhões de impacto positivo nas transações realizadas no mercado de curto prazo. Esses efeitos foram atenuados pelas seguintes variações com efeitos negativos: (i) aumento de R\$ 32 milhões com encargos de uso da rede elétrica e conexão; (ii) aumento de R\$ 29 milhões nos custos de materiais e serviços de terceiros; e (iii) R\$ 38 milhões relativos aos demais custos operacionais e despesas administrativas.

| Ebitda Ajustado¹ | R\$ milhões



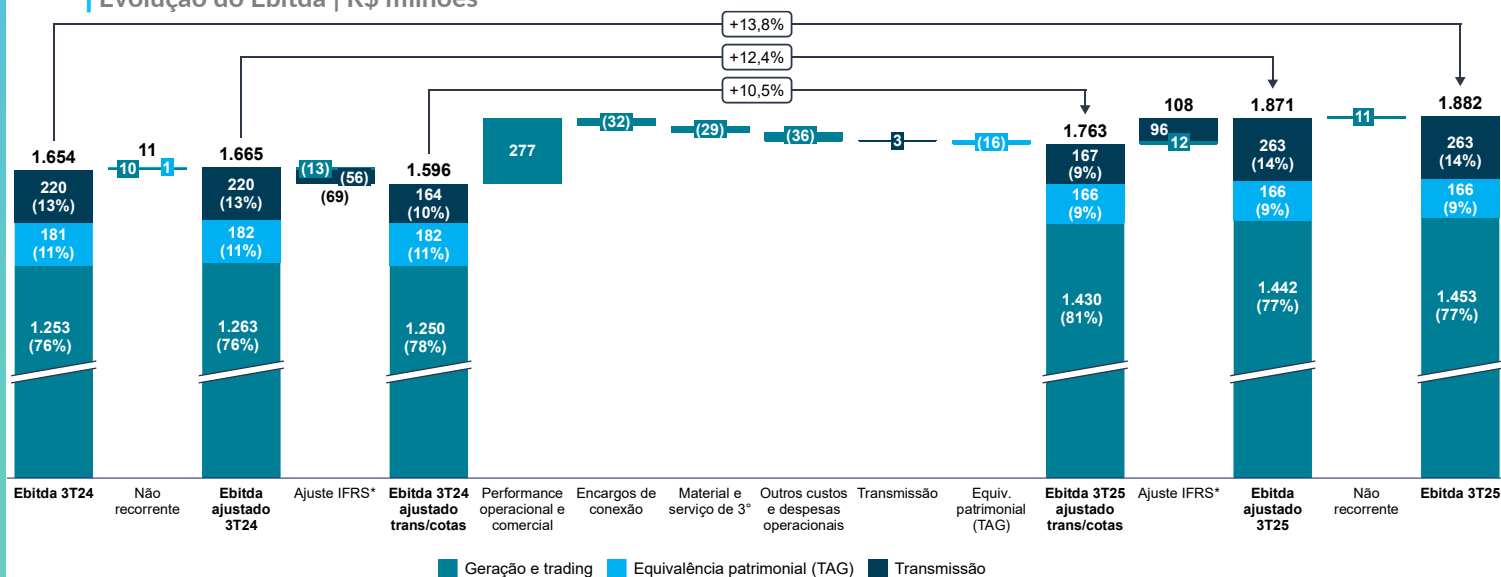
¹ Ebitda ajustado: lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + resultado financeiro + depreciação e amortização + impairment +

Adicionalmente, no 3T25, o Ebitda ajustado foi impactado positivamente pelo segmento de transmissão, cujos efeitos foram, substancialmente, a combinação dos seguintes fatores: (i) R\$ 47 milhões de acréscimo na variação do resultado líquido das receitas e custos de construção; (ii) R\$ 31 milhões de aumento na remuneração dos ativos de concessão; (iii) efeito negativo de R\$ 25 milhões, no comparativo entre os trimestres, decorrente do reconhecimento da revisão do ativo de contrato no 3T24; (iv) queda de R\$ 12 milhões na margem de O&M (RAP de O&M, líquida dos custos); e (v) redução de R\$ 2 milhões nas despesas com vendas, gerais e administrativas.

Com a finalidade de possibilitar a reconciliação do lucro líquido com o Ebitda, bem como com os impactos de ajustes regulatórios de transmissoras e cotistas, apresentamos a tabela abaixo:

(em R\$ milhões)	3T25	3T24	Var. (%)	9M25	9M24	Var. (%)
Lucro líquido recorrente	738	658	12,2	2.132	3.213	(33,6)
(+) Imposto de renda e contribuição social	223	237	(5,9)	662	1.255	(47,3)
(+) Resultado financeiro	566	487	16,2	1.995	1.529	30,5
(+) Depreciação e amortização	355	272	30,5	1.008	783	28,7
Ebitda	1.882	1.654	13,8	5.797	6.780	(14,5)
Efeitos não recorrentes						
(+) Custos de aquisição de subsidiárias	-	10	100,0	-	10	(100,0)
(+) (Reversão) de <i>Impairment</i>	-	-	-	-	(31)	(100,0)
(+) Alienação de subsidiária	(11)	-	(100,0)	(19)	9	(311,1)
(+) Alienação de participação societária em controlada em conjunto	-	1	100,0	-	(1.336)	(100,0)
Ebitda ajustado	1.871	1.665	12,4	5.778	5.432	6,4
Ebitda societário transmissão (IFRS)	(263)	(220)	19,5	(907)	(699)	29,8
Ebitda regulatório transmissão (RAP)	167	164	1,8	506	491	3,1
Ebitda societário cotistas (IFRS)	(192)	(182)	5,5	(613)	(577)	6,2
Ebitda regulatório cotistas	180	169	6,5	520	494	5,3
Ebitda ajustado por efeitos de transmissão e cotas	1.763	1.596	10,5	5.284	5.141	2,8

Evolução do Ebitda | R\$ milhões



* IFRS: International Financial Reporting Standards (Normas Internacionais de Contabilidade).

¹ Contempla o resultado dos segmentos de geração e trading.

Resultado Financeiro

(em R\$ milhões)	3T25	3T24	Var. (R\$)	9M25	9M24	Var. (R\$)
Renda de aplicações financeiras	196	117	79	493	427	66
Outras receitas financeiras	25	16	9	83	62	21
Total receitas financeiras	221	133	88	576	489	87
Dívida:						
Juros	(500)	(260)	(240)	(1.171)	(1.276)	105
Atualização monetária	(119)	(137)	18	(694)	(562)	(132)
Outras receitas (despesas) financeiras, líquidas	(38)	(48)	10	(226)	356	(582)
Total despesas financeiras	(657)	(445)	(212)	(2.091)	(1.482)	(609)
Concessões a pagar (Uso de Bem Público):						
Atualização monetária	(8)	(51)	43	(115)	(166)	51
Atualização a valor presente	(122)	(124)	2	(365)	(370)	5
Total despesas de concessões a pagar (Uso de Bem Público)	(130)	(175)	45	(480)	(536)	56
Resultado financeiro	(566)	(487)	(79)	(1.995)	(1.529)	(466)

Receitas financeiras: no 3T25, as receitas financeiras atingiram R\$ 221 milhões, R\$ 88 milhões ou 66,2% acima dos R\$ 133 milhões auferidos no 3T24, substancialmente, pelo aumento de R\$ 79 milhões na receita com aplicações financeiras. O acréscimo foi motivado, principalmente, pelo aumento da média dos saldos de aplicações financeiras nos períodos em questão e pelo crescimento do CDI.

Despesas financeiras: as despesas financeiras no 3T25 foram de R\$ 657 milhões, isto é, R\$ 212 milhões ou 47,6% acima das registradas no 3T24, que foram de R\$ 445 milhões. As principais variações observadas foram decorrentes do aumento de R\$ 222 milhões sobre a dívida, entre os trimestres analisados, em virtude do (i) acréscimo de R\$ 240 milhões de juros sobre a dívida, em virtude das emissões das 12ª, 13ª, 14ª e 15ª emissões de debêntures da Companhia, ocorridas em julho de 2024, outubro de 2024, março de 2025 e julho de 2025, respectivamente e do crescimento do CDI e da TJLP entre os períodos; atenuado pela (ii) redução de R\$ 18 milhões relativos à atualização monetária pela redução do IPCA entre os períodos.

Ressalta-se que, além do aumento de juros de dívida registrados no resultado, houve uma redução de R\$ 16 milhões (67,1%) na capitalização no ativo imobilizado, decorrente da entrada em operação do Conjunto Eólico Serra do Assuruá e o avanço das obras do Conjunto Fotovoltaico Assú Sol.

Despesas de concessões a pagar (Uso de Bem Público): as despesas de concessões a pagar reduziram em R\$ 45 milhões (25,7%), atingindo R\$ 130 milhões no 3T25 em contrapartida aos R\$ 175 milhões no 3T24, em virtude, principalmente, do decréscimo de R\$ 43 milhões de atualização monetária, em decorrência, principalmente, da redução do IPCA e do IGPM.

Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

O valor apurado de **IR e CSLL no 3T25 foi R\$ 223 milhões**, variação de R\$ 14 milhões (5,9%) quando comparado ao mesmo trimestre de 2024, o qual foi R\$ 237 milhões. A variação foi motivada, principalmente, pela apuração de prejuízo fiscal em determinadas empresas consolidadas. Desconsiderando os efeitos não recorrentes, decorrentes da alienação e aquisição de subsidiária, as despesas com IR e CSLL, reduziram R\$ 21 milhões (8,8%), entre os trimestres analisados.

Lucro Líquido Ajustado

O lucro líquido ajustado do 3T25 foi de R\$ 731 milhões, R\$ 65 milhões ou 9,8% maior do que os R\$ 666 milhões apresentados no mesmo trimestre do ano anterior. A variação é consequência dos seguintes fatores: (i) aumento de R\$ 206 milhões no Ebitda ajustado; (ii) redução de R\$ 21 milhões do imposto de renda e da contribuição social, considerando as transações recorrentes; parcialmente atenuado pelo (iii) aumento de R\$ 83 milhões da depreciação e amortização; e (iv) efeito negativo de R\$ 79 milhões do resultado financeiro líquido.

Considerando os efeitos não recorrentes da alienação de subsidiária, o lucro líquido do 3T25 foi de R\$ 738 milhões, R\$ 80 milhões ou 12,2% maior do que os R\$ 658 milhões apresentados no mesmo trimestre do ano anterior (considerando os efeitos não recorrentes de custos de aquisição de subsidiárias e alienação de participação societária em controlada em conjunto).

ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 02.474.103/0001-19 | NIRE Nº 42 3 0002438-4
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 30.09.2025
(Em milhares de reais ou outras moedas, exceto quando indicado de forma diferente)

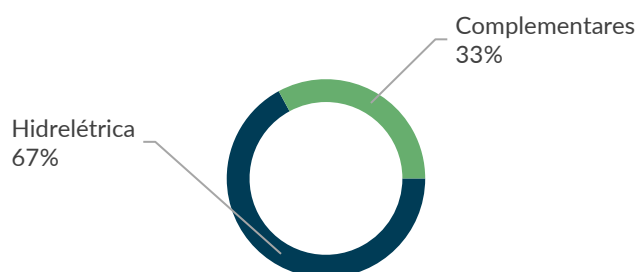
NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ENGIE Brasil Energia S.A. (“Companhia” ou “ENGIE Brasil Energia” ou “ENGIE”) é uma concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, e sociedade anônima de capital aberto, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina, Brasil. A ENGIE é uma plataforma de investimentos em infraestrutura, atuante nas atividades de geração centralizada, comercialização, *trading* e transmissão de energia elétrica. Estas atividades são regulamentadas pela Aneel. A Companhia atua ainda no segmento de transporte de gás, regulado pela ANP. Mais informações vide Nota 25 – Informações por segmento.

As ações da Companhia, sob o código EGIE3, estão listadas no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3). Ademais, a ENGIE Brasil Energia negocia ADR Nível I no mercado de balcão norte-americano, sob o código EGIEY, pela relação de um ADR para cada ação ordinária.

O controle acionário da Companhia é detido pela ENGIE Brasil Participações Ltda. (“ENGIE Participações”), empresa constituída no Brasil, controlada pela International Power S.A., cuja sede está na Bélgica. Essa, por sua vez, é controlada pela International Power Ltd., empresa sediada no Reino Unido, a qual integra o grupo econômico ENGIE, sediado na França.

A ENGIE Brasil Energia é responsável por aproximadamente 5,6%¹ da capacidade instalada do país. Em 30.09.2025, a capacidade instalada da Companhia, incluindo as participações em consórcios de geração de energia, era de 10.581,3 MW própria. A garantia física para fins de comercialização era de 5.156,0 MW médios, dos quais 358,6 MW médios são relativos à parcela de 70% da garantia física das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda, que foram destinadas ao ACR, no Sistema de Cotas de Garantia Física. A capacidade instalada da Companhia é distribuída conforme a seguir.



Em 30.09.2025, o parque gerador em operação da Companhia era composto por **130 usinas**, sendo:



13

hidrelétricas
("UHE")



85

parques
eólicos



1

à biomassa²



29

solares
fotovoltaicas



2

pequenas centrais
hidrelétricas
("PCH")

¹ As informações não financeiras contidas nessas informações trimestrais como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são revisadas pelos auditores independentes.

² Em 01.10.2025, foi encerrada a operação de transferência de 95% das ações da usina de cogeração da biomassa Ibitiúva Bioenergética, para a Tereos, não fazendo mais parte do portfólio da Companhia a partir desta data.

a) Concessões e autorizações

Em 30.09.2025, a Companhia possuía as seguintes concessões e autorizações:

a.1) Concessões de geração

Concessões	Detentor (a) da concessão	Modelo de acordo contratual	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médios)	Início da concessão - EBE	Vencimento da concessão ²	Indexador do reajuste anual	Obrigações de encerramento do contrato	Referência notas
UHE Salto Santiago	ENGIE	Privatização	1.420	702	09.1998	11.2030	Quitado	Devolução da concessão ou renovação onerosa	10 e 11
UHE Salto Osório	ENGIE	Privatização	1.104	487	09.1998	04.2031	Quitado	Devolução da concessão ou renovação onerosa	10 e 11
UHE Passo Fundo	ENGIE	Privatização	226	108	09.1998	04.2031	Quitado	Devolução da concessão ou renovação onerosa	10 e 11
UHE Itá	ENGIE / Itasa	Privatização	1.450 ¹	705 ¹	10.1995	12.2032	Quitado	Devolução da concessão ou renovação onerosa	10 e 11
UHE Machadinho	ENGIE	Privatização	1.140 ¹	520 ¹	07.1997	10.2035	Quitado	Devolução da concessão ou renovação onerosa	10 e 11
UHE Cana Brava	ENGIE	UBP para Geração de Energia Elétrica	450	248	08.1998	12.2035	IGP-M até set/2021 e IPCA a partir de out/2021	Devolução da concessão ou renovação onerosa	10, 11 e 15
UHE Ponte de Pedra	ENGIE	UBP para Geração de Energia Elétrica	176	128	10.1999	03.2037	IGP-M	Devolução da concessão ou renovação onerosa	10, 11 e 15
UHE São Salvador	ENGIE	UBP para Geração de Energia Elétrica	243	141	04.2002	06.2040	IGP-M até jun/2007 e IPCA a partir de jul/2007	Devolução da concessão ou renovação onerosa	10, 11 e 15
UHE Estreito	CEE	UBP para Geração de Energia Elétrica	1.087 ¹	610 ¹	12.2002	02.2047	IGP-M até out/2011 e IPCA a partir de nov/2011	Devolução da concessão ou renovação onerosa	10, 11 e 15
UHE Cachoeira Caldeirão	Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A.	UBP para Geração de Energia Elétrica	219	123	08.2025	08.2048	IPCA	Devolução da concessão e relicitação posteriormente	6, 10 e 11
UHE Santo Antônio do Jari	Companhia Energética do Jari S.A.	UBP para Geração de Energia Elétrica	393	211	08.2025	10.2045	IGP-M	Devolução da concessão e relicitação posteriormente	6, 10 e 11
UHE Jaguará	Jaguará	Regime de Cotas	424	324	12.2017	06.2048	IPCA	Devolução da concessão e relicitação posteriormente	6, 10 e 11
UHE Miranda	Miranda	Regime de Cotas	408	188	12.2017	06.2048	IPCA	Devolução da concessão e relicitação posteriormente	6, 10 e 11

(1) Valores totais, incluindo montante referente às demais empresas nos consórcios.

(2) Considera os períodos de extensão previstos nas Leis nº 13.360/2016, nº 14.052/2020 e nº 14.182/2021 e resolução homologatória nº 3.439/2025.

a.2) Concessões de transmissão

Concessões	Detentor (a) da concessão	Modelo de acordo contratual	Extensão	Subestações	Início da concessão	Vencimento da concessão	Indexador do reajuste anual	Obrigações de encerramento do contrato	Referência notas
Graúna	ETP ¹	Deságio da RAP	943 km	4	12.2024	12.2054	IPCA	Devolução da concessão e relicitação posteriormente	7
Asa Branca	ETP ¹	Deságio da RAP	1.006 km	-	09.2023	09.2053	IPCA	Devolução da concessão e relicitação posteriormente	7
Gralha Azul	ETP ¹	Deságio da RAP	1.000 km	5	03.2018	03.2048	IPCA	Devolução da concessão e relicitação posteriormente	7
Novo Estado	ETP ¹	Deságio da RAP	1.800 km	1	03.2018	03.2048	IPCA	Devolução da concessão e relicitação posteriormente	7 e 11
Gavião Real	ETP ¹	Deságio da RAP	1 km	Ampliação em subestação de terceiros	09.2022	09.2052	IPCA	Devolução da concessão e relicitação posteriormente	7

(1) ENGIE Transmissão de Energia Participações S.A. ("ETP") é a nova denominação de ENGIE Transmissão de Energia Participações II S.A. ("ETP II").

a.3) Participação da ENGIE e controladas nos consórcios

Consórcios	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médios)	Referência nota
UHE Itá	1.127	529	9
UHE Machadinho	415	143	9
UHE Estreito	436	244	9

Para o Consócio Machadinho, no período de extensão da concessão decorrente da repactuação do risco hidrológico, explicado na Nota 11 - Intangível, a Companhia possui 91,19% da garantia física da usina.

a.4) Autorizações

Autorizações	Detentor (a) da autorização	Extensão (km)	Estações de compressão	Início da autorização	Vencimento da autorização	Referência nota
Gasodutos						
Transportadora Associada de Gás (TAG)	Transportadora Associada de Gás (TAG)	4.600	11 ¹	06.2019	Prazo indeterminado	9

(1) A TAG possui 11 estações próprias de compressão.

A TAG opera seus atuais gasodutos sob o regime de autorização, cujo prazo de vencimento de 2039 a 2041, foi ratificado pela Lei 14.134/2021 ("Nova Lei do Gás"). A Nova Lei do Gás deixou de estipular prazo específico de vigência das autorizações, sendo aplicáveis as hipóteses de revogação previstas na referida lei. Além disso, os bens e instalações destinados à atividade de transporte de gás deixaram de estar vinculados à respectiva autorização, não havendo mais a obrigatoriedade de devolução para a União ou desmobilização dos mesmos após o término da autorização, revogação ou extinção.

Autorizações	Detentor (a) da autorização	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médios)	Início da autorização	Vencimento da autorização	Obrigações de encerramento do contrato	Referência notas
Usinas de Cogeração							
Ferrari	Ferrari Termoelétrica	72	26	07.2007	06.2042 ²	Transferência parceiro ²	10 e 11
Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH)							
PCH Rondonópolis	Tupan	27	14	12.2002	12.2037	Devolução do ativo	10 e 11
PCH Engenheiro José Gelazio da Rocha	Hidropower	24	12	12.2002	12.2037	Devolução do ativo	10 e 11
Usinas eólicas (EOL)							
Conjunto Eólico Trairí	SPEs do Conjunto	213	97	09.2011 e 01.2015 ¹	09.2041 e 01.2045 ¹	Desmobilização	10 e 11
EOL Campo Largo III, IV, VI e VII	CLWP Eólicas	119	60	07.2015	07.2050	Desmobilização	10 e 11
EOL Campo Largo V e XXI	CLWP Eólicas	59	29	08.2015	08.2050	Desmobilização	10 e 11
EOL Campo Largo I, II, XV, XVI e XVIII	CLWP Eólicas	148	77	05.2017	05.2052	Desmobilização	10 e 11
EOL Campo Largo VIII-XIV, XVII, XIX, XX, XXII	CLWP Eólicas	361	192	12.2019	12.2054	Desmobilização	10 e 11
EOL Tubarão P&D	ENGIE Brasil Energia	2	0,3	05.2015	Não operacional	Não operacional	10 e 11
EOL Tubarão 2 P&D	ENGIE Brasil Energia	4	-	02.2021	Não operacional	Não operacional	10 e 11
EOL Umburanas 1-3,5-6,9-11, 13, 15-16,18	Umburanas Eólicas	233	141	08.2014	08.2049	Desmobilização	10 e 11
EOL Umburanas 8	Umburanas Eólicas	25	15	10.2014	10.2049	Desmobilização	10 e 11
EOL Umburanas 17	Umburanas Eólicas	22	13	07.2015	07.2050	Desmobilização	10 e 11
EOL Umburanas 19, 21, 23 e 25	Umburanas Eólicas	80	44	08.2015	08.2050	Desmobilização	10 e 11
EOL Santo Agostinho 1-6,13,14,17,18,21 e 25-27	SPEs do Conjunto	434	224	05.2021	05.2056	Desmobilização	10 e 11
EOL Serra do Assuruá 1-4,6-9,11,13-24	SPEs do Conjunto	743	366	11.2021	11.2056	Desmobilização	10 e 11
Usinas eólicas (EOL) - Em construção							
EOL Serra do Assuruá 5,10 e 12	SPEs do Conjunto	104	44	11.2021	11.2056	Em desenvolvimento	10 e 11

(1) O Conjunto Eólico Trairí é constituído por duas *holdings* concentrando SPEs com diferentes datas de início e encerramento de operação.

(2) O ativos será transferido para o parceiro ao término do consórcio juntamente com a autorização, por meio de cessão não onerosa e o consórcio será encerrado. O prazo de transferência dos ativos, incluindo a autorização, para o parceiro é 02.2033, sem a possibilidade de extensão.

Autorizações	Detentor (a) da autorização	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médios)	Início da autorização	Vencimento da autorização	Obrigações de encerramento do contrato	Referência notas
Usinas fotovoltaicas							
Central Fotovoltaica Assú V	Assú V	34	9	06.2016	06.2051	Desmobilização	10 e 11
Nova Aurora	ENGIE Brasil Energia	3	0,2	04.2014	Não operacional	Não operacional	10 e 11
Conjunto Fotovoltaico Paracatu	SPEs do Conjunto	132	34	04.2016, 05.2016 e 06.2016	04.2051, 05.2051 e 06.2056 ¹	Desmobilização	10 e 11
Conjunto Fotovoltaico Floresta	SPEs do Conjunto	86	25	06.2016	06.2051	Desmobilização	10 e 11
Conjunto Lar do Sol	SPEs do Conjunto	198	53 ²	04.2019	04.2054	Desmobilização	10 e 11
Conjunto Juazeiro	SPEs do Conjunto	120	35	06.2016	06.2051	Desmobilização	10 e 11
Conjunto Sertão Solar (Barreiras)	SPEs do Conjunto	95	26	07.2018	07.2053	Desmobilização	10 e 11
Conjunto Sol do Futuro	SPEs do Conjunto	81	16	06.2016	06.2051	Desmobilização	10 e 11
Conjunto São Pedro	SPEs do Conjunto	54	16	03.2016	03.2051	Desmobilização	10 e 11
Conjunto Fotovoltaico Assu Sol 1,4,5, e 8	SPEs do Conjunto	172	53	02.2022	02.2057	Desmobilização	10 e 11
Usinas fotovoltaicas - Em construção							
Conjunto Fotovoltaico Assu Sol 1-3,6,7,9-16	SPEs do Conjunto	580	176	02.2022	02.2057	Em desenvolvimento	10 e 11

(1) O Conjunto Fotovoltaico Paracatu é constituído por 4 SPEs com diferentes datas de início e encerramento de operação.

(2) As usinas pertencentes ao Conjunto Lar do Sol não possuem garantia física declarada, portanto suas capacidades comerciais são baseadas na geração prevista.

a.5) Obrigações contratuais condicionantes das concessões

A Companhia como concessionária, possui obrigações com o Poder Concedente e a Aneel. Exceto pelas particularidades de cada usina, as obrigações gerais para todas as concessões, englobam a responsabilidade pelas eventuais consequências danosas da exploração das usinas, bem como por ações de empresas subcontratadas para um ou mais serviços de construção, montagem, operação e manutenção, especialmente os decorrentes de ampliações e melhorias.

A concessionária deve manter de forma permanente, por meio de adequada estrutura de operação e conservação, os equipamentos e instalações das concessões em perfeitas condições de funcionamento, bem como seu estoque de material de reposição, manter equipe técnica, própria ou terceira, legalmente habilitada e treinada e em número compatível com o desempenho operacional, de modo a assegurar a continuidade, regularidade, eficiência e segurança da exploração das concessões. Ela deverá atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária e aos encargos oriundos da legislação e normas regulamentares estabelecidas pelo Poder Concedente e pela Aneel.

Cabe à concessionária realizar investimentos necessários para garantir a qualidade, atualidade da produção e transmissão de energia elétrica, compreendendo a modernidade das técnicas, dos equipamentos, das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão. Elaborar, manter e executar programas periódicos de inspeção, monitoramento, ações de emergência e avaliação da segurança das estruturas das concessões, são obrigações, assim como manter atualizada a análise e interpretação desses dados, os quais devem ficar à disposição da fiscalização da Aneel.

Ademais, a gestão documental, a proteção especial de documentos e arquivos, organizar e manter atualizado os registros e os inventários dos bens vinculados à concessão e publicar anualmente as demonstrações financeiras e regulatórias, são obrigações relacionadas às concessões. Contratar e manter durante o prazo de vigência da concessão, apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos imprescindíveis à continuidade da prestação do serviço, cabendo à concessionária a definição dos bens e instalações a serem segurados.

Cumprir a legislação ambiental e de recursos hídricos, instalar, operar e manter, em conformidade com a Resolução Conjunta da Aneel e ANA, as instalações e observações hidrométricas. Respeitar os limites das vazões de restrição, máxima e mínima, taxas de variação das vazões defluentes, níveis máximos e mínimos operativos e taxas de variação de níveis operativos, observando as condições de operação de reservatório definidas pela ANA, em articulação com o ONS. A concessionária fica responsável por realizar a gestão dos reservatórios das usinas hidrelétricas e suas respectivas áreas de proteção.

Quanto aos contratos, fica encarregada a concessionária de celebrar os contratos de uso e conexão aos sistemas de transmissão e de distribuição e efetuar os pagamentos dos respectivos encargos, prestar contas à Aneel, anualmente, da gestão da concessão de geração, mediante relatório compreendendo o desempenho técnico operacional das instalações sob sua responsabilidade, bem como manter comunicação constante com a Aneel sobre alterações societárias e transações com partes relacionadas.

a.6) Indisponibilidade dos bens

Os bens e instalações utilizados na geração, transmissão e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e a expressa autorização do Órgão Regulador. A Aneel regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

b) Principais eventos societários e operacionais

Os principais eventos societários e operacionais ocorridos no período de nove meses findo em 30.09.2025 foram estes:



b.1) Ratings da Companhia

Abaixo seguem avaliações de *ratings* efetuadas por agências de classificação de risco no decorrer de 2025:

Empresa	Agência	Rating	Classificação	Data
ENGIE Brasil Energia	Fitch Ratings	rating nacional de longo prazo	'AAA(bra)' com perspectiva estável	04.02.2025
ENGIE Brasil Energia	Fitch Ratings	rating nacional de longo prazo - 6ª, 7ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª e 13ª emissões de debêntures	'AAA(bra)' com perspectiva estável	04.02.2025
ENGIE Brasil Energia	Fitch Ratings	rating internacional de longo prazo em moeda estrangeira	'BB+' com perspectiva estável	04.02.2025
ENGIE Brasil Energia	Fitch Ratings	rating internacional de longo prazo em moeda local	'BBB-', com perspectiva estável	04.02.2025
ENGIE Brasil Energia	Fitch Ratings	14ª emissão de debêntures	'AAA(bra)' com perspectiva estável	24.02.2025
ENGIE Brasil Energia	Fitch Ratings	15ª emissão de debêntures	'AAA(bra)' com perspectiva estável	18.06.2025

b.2) Início da entrada em operação do Conjunto Fotovoltaico Assú Sol

Em 08.01.2025 a Companhia recebeu autorização na Aneel para iniciar a operação comercial do primeiro parque do Conjunto Fotovoltaico Assú Sol, com 40,5 MW. Em 30.09.2025 a Companhia tem o total de 171,6 MW de capacidade instalada em operação o qual faz parte do Conjunto Fotovoltaico Assú Sol, que está localizado em Assú (RN) e será composto por 16 parques fotovoltaicos, com capacidade instalada total de 752,7 MW.

b.3) Emissão de debêntures

A Companhia emitiu debêntures com o objetivo de formação de capital de giro para financiar a implementação do plano de negócios da Companhia. Em 14.03.2025, ocorreu a liquidação financeira da 14ª emissão de debêntures simples pela Controladora, no valor total de R\$ 2.000 milhões, em 2 séries. E, concomitantemente, foram contratadas operações de proteção (*swap*), com o intuito de proteger a totalidade dos fluxos de caixa futuros de ambas as séries.

Em 20.06.2025, a Companhia realizou, de forma inédita, a emissão de debêntures verdes, alinhada ao seu *Green Finance Framework* e validada por parecer independente especializado (SPO). A 15ª emissão totalizou R\$ 2.200 milhões em debêntures simples, não conversíveis em ações, distribuídas em duas séries. Os recursos provenientes dessa emissão de debêntures serão destinados à execução do plano de investimentos da Companhia e à formação de capital de giro. A liquidação financeira ocorreu em 14.07.2025. Concomitantemente, com o intuito de proteger a totalidade dos fluxos de caixa futuros de ambas as séries, foram contratadas operações de proteção (*swap*). Mais informações vide Nota 14 – Instrumentos de dívida.

b.4) Aquisição de ativos hidrelétricos

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 21.03.2025, aprovou a assinatura do contrato de aquisição pela Companhia de dois ativos hidrelétricos. No mesmo dia, a Companhia, a EDP Energia do Brasil S.A. e a China Three Gorges Energia S.A. celebraram contrato de compra e venda de ações que regula a aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia Energética do Jari e da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A., que englobam a Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão e a Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari.

Em 13.08.2025 após a confirmação do cumprimento das condições precedentes a que estava sujeita, foi concluída a operação da aquisição. O preço de aquisição total foi de R\$ 2.316.139, sendo (i) 1.406.837 – relativo ao valor contábil dos ativos líquidos adquiridos; e (ii) R\$ 909.302 – decorrente da diferença entre a contraprestação transferida e o valor contábil dos ativos registrados. Mais informações vide Nota 9 – Investimentos.

Os ativos adquiridos compreendem, participações integrais em empreendimentos de geração hidrelétricas localizados no Estado do Amapá. A Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari, localizada no Rio Jari, entre os municípios de Laranjal do Jari (Amapá) e Almeirim (Pará), conta com 393 MW de capacidade instalada e 211 MW médios de capacidade comercial. A usina iniciou sua operação comercial em 2014 e a concessão vence em outubro de 2045. Sua energia está totalmente contratada no ACR em dois contratos: 190,0 MW médios no 11º leilão de Energia Nova em 2010 e 20,9 MW médios no 15º leilão de Energia Nova em 2012.

Complementarmente, a Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão, localizada no Rio Araguari, no município de Ferreira Gomes (Amapá), possui capacidade instalada de 219 MW e capacidade comercial de 123 MW médios. O início da operação comercial ocorreu em 2016 com outorga até agosto de 2048. A contratação de 130,0 MW médios ocorreu no 15º leilão de Energia Nova em 2012.

b.5) Impactos das tarifas aplicadas pelos Estados Unidos

Em julho de 2025, o presidente dos Estados Unidos anunciou a aplicação de uma tarifa de 50% sobre todos os produtos brasileiros, com exceção de itens que serão isentos da taxa e que foram listados na ordem executiva assinada pelo presente norte americano. A medida entrou em vigor em 06.08.2025, após um período de adaptação. Em outubro, o governo norte-americano manteve a tarifa, mas divulgou isenções para 694 produtos brasileiros, incluindo aeronaves civis, suco de laranja, fertilizantes e polpa de madeira, o que reduziu parcialmente os impactos iniciais. Apesar dessas exceções, a sobretaxa continua afetando setores estratégicos, especialmente aqueles com produtos de maior valor agregado e manufaturas.

No período de nove meses findo em 30.09.2025, a Companhia não apurou impactos decorrentes desses efeitos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Adicionalmente, em 30.09.2025, a Companhia não mantinha nenhum compromisso financeiro relevante em moeda estrangeira cuja variação cambial não estivesse integralmente protegida por operação de *hedge*, vide Nota 13 – Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros.

b.6) Incorporação de controlada

Em 22.09.2025, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a incorporação da CEE, sociedade de capital fechado e controlada diretamente pela ENGIE Brasil Energia, conforme Protocolo e Justificação aprovado pela Diretoria Executiva em 07.05.2025. Mais informações vide Nota 29 – Eventos subsequentes.

b.7) Início da entrada de operação do trecho *brownfield* Graúna Transmissora de energia

Em 18.07.2025 a Companhia assumiu, a operação do trecho *brownfield* do projeto Graúna, referente ao Lote 1 do Leilão de Transmissão Aneel 02/2024. O trecho inclui quatro linhas de transmissão, totalizando 162 km, e duas subestações próprias, localizadas em MG e ES. A RAP deste trecho é de R\$ 14 milhões, correspondente a aproximadamente 5% da RAP total do projeto.

b.8) Programa de demissão voluntária (PDV)

Em 05.06.2025, a ENGIE Brasil Energia apresentou aos coletivos sindicais a proposta de acordo para o Plano de Demissão Voluntária (PDV), voltado prioritariamente aos empregados aposentados ou que venham a se aposentar nos próximos anos. Após deliberação em assembleia entre sindicatos e colaboradores, a aprovação da proposta foi formalmente comunicada à Companhia em 09.07.2025. As adesões ao programa tiveram início em julho de 2025 e seguirão até dezembro de 2028, com data limite de desligamento em 31.12.2028. A Companhia aguarda a manifestação de interesse dos empregados para que seja possível registrar uma provisão confiável relacionada ao programa.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As Informações Trimestrais (ITR) da controladora foram elaboradas em conformidade com o Pronunciamento Contábil CPC 21 – Demonstração Intermediária e as ITR do consolidado estão apresentadas, simultaneamente, de acordo com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting* e o CPC 21.

As normas contábeis brasileiras estão convergentes com as normas internacionais – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), exceto pelos registros no balanço da controladora (i) das operações controladas em conjunto que, pelas normas brasileiras, são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que de acordo com as IFRS, pelas regras aplicáveis às operações controladas em conjunto, é previsto que os ativos, os passivos e os resultados sejam reconhecidos de forma proporcional à sua participação no investimento; e (ii) das capitalizações de juros sobre capitais de terceiros captados na controladora cujo ativo qualificável está em uma controlada, as quais nas demonstrações financeiras da controladora impactam o investimento pelas normas contábeis brasileiras, enquanto não há previsão desta contabilização nas demonstrações financeiras individuais de acordo com as IFRS.

As ITR também foram preparadas de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), utilizando o custo histórico amortizado como base de valor, exceto pela avaliação a valor justo de certos instrumentos financeiros, quando requerida nas normas. Não há diferenças entre o patrimônio líquido e os resultados da controladora e do consolidado constantes, respectivamente, das ITR individuais e consolidadas. Também não há diferenças entre o lucro líquido por ação básico e diluído em virtude de não ter ocorrido emissão de ações com efeitos diluidores nos períodos apresentados.

Na elaboração das ITR é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas. O conteúdo e os valores de determinadas notas explicativas apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2024, que não necessitaram de atualizações significativas, não foram repetidos nas notas selecionadas para as ITR de 30.09.2025. Essas ITR, portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31.12.2024.

As práticas contábeis e os métodos de cálculo adotados na elaboração das ITR de 30.09.2025, bem como os principais julgamentos e incertezas nas estimativas utilizadas na aplicação das práticas contábeis, foram os mesmos praticados na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2024.

a) Normas e alterações aplicáveis à Companhia a partir de 01.01.2025

A partir de 01.01.2025, estão vigentes os seguintes pronunciamentos:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27 Contempla as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	IAS 21	05.07.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
Orientação Técnica OCPC nº 10 A OCPC 10 trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidência de créditos de carbono (tCO ₂ e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na origem e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	n/a ¹	18.10.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
Pronunciamento Técnico CPC nº 18 (R3) e Interpretação Técnica ICPC nº 09 (R3) As alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), tiveram como objetivo o alinhamento das normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.	IAS 28	02.08.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.

(1) Sem correspondente direto nas normas internacionais.

A adoção dessas alterações de normas não resultou em impactos significativos nas ITR individuais e consolidadas do período findo em 30.09.2025.

b) Aprovação das informações trimestrais

As ITR ora apresentadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 05.11.2025

NOTA 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024
Caixa e depósitos bancários à vista	17.859	19.575	189.017	231.682
Aplicações financeiras				
Fundo de Investimento Exclusivo				
Operações compromissadas lastreadas exclusivamente em títulos públicos federais	848.071	1.255.795	2.984.736	3.053.381
Operações compromissadas lastreadas em títulos privados e públicos federais	-	-	552.204	-
	848.071	1.255.795	3.536.940	3.053.381
Outras aplicações financeiras	248.409	384.606	899.705	673.695
	1.096.480	1.640.401	4.436.645	3.727.076
	1.114.339	1.659.976	4.625.662	3.958.758

NOTA 4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

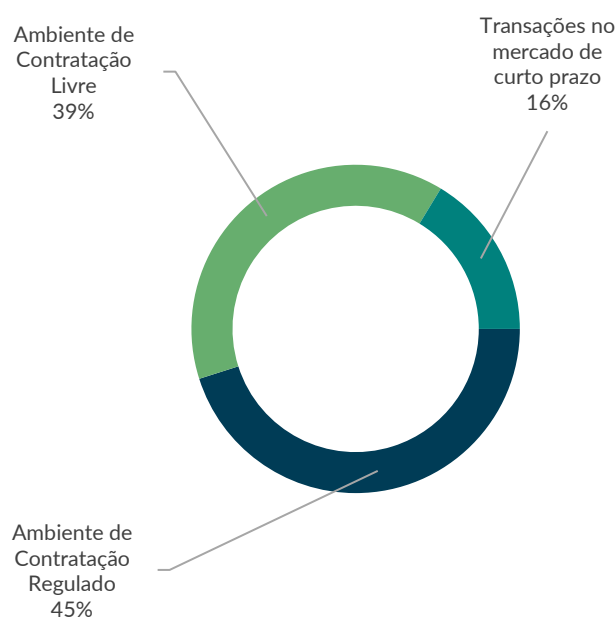
	Controladora		Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024
Ambiente de Contratação Regulado ¹	295.121	326.464	569.199	532.420
Ambiente de Contratação Livre ²	253.257	150.893	467.126	413.202
Transações no mercado de curto prazo	107.105	105.872	150.274	116.097
Encargos de uso da rede elétrica - Transmissoras	-	-	110.192	94.518
Operações de <i>trading</i>	-	-	40.045	17.903
Outros	-	-	24.364	22.661
Provisão para perdas de crédito esperadas	(6.180)	(6.180)	(22.827)	(22.396)
Ativo circulante	649.303	577.049	1.338.373	1.174.405
Ambiente de Contratação Livre ²	-	-	5.260	5.338
Ambiente de Contratação Regulado ¹	748	748	2.597	2.597
Ativo não circulante³	748	748	7.857	7.935
	650.051	577.797	1.346.230	1.182.340

(1) Distribuidoras de energia elétrica.

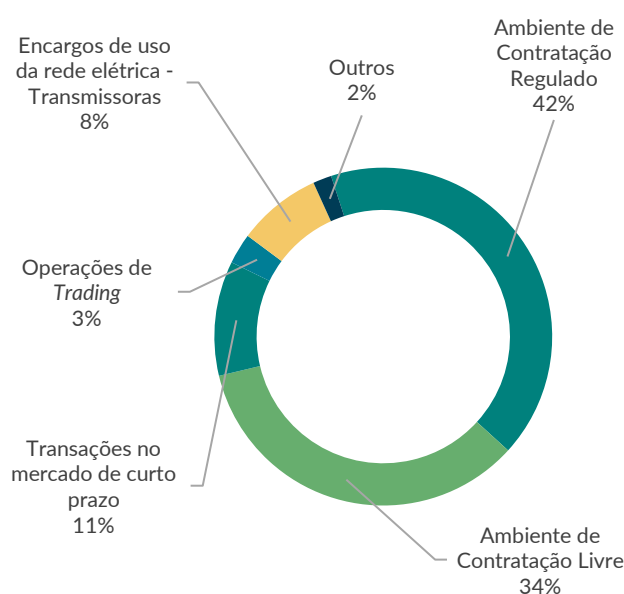
(2) Consumidores livres e comercializadoras de energia elétrica.

(3) Os valores referentes às contas a receber de clientes no longo prazo estão apresentados como parte da rubrica "Outros ativos não circulantes", vide Nota 8 - Outros ativos.

Controladora¹



Consolidado¹



(1) Os valores referentes à provisão para perda de crédito esperado representam 1% do valor total da controladora e 2% do consolidado.

A composição dos valores a receber vencidos apresentados no ativo circulante é esta:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024
Vencidos até 30 dias	-	365	-	3.203
Vencidos há mais de 30 dias				
Com perdas estimadas reconhecidas	6.180	6.180	22.827	22.396
Outros	-	1	34.336	27.857
	6.180	6.546	57.163	53.456

A Companhia reconheceu R\$ 431 de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa no período findo em 30.09.2025. A mutação dos saldos, referente às perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31.12.2024	(6.180)	(22.396)
Provisão	-	(431)
Saldos em 30.09.2025	(6.180)	(22.827)

NOTA 5. DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024
Garantias de posição devedora na CCEE	25.194	23.050	27.044	24.957
Depósitos para reinvestimento	2.879	5.080	16.014	7.391
Garantias de financiamento	-	-	6.390	4.926
Ativo circulante	28.073	28.130	49.448	37.274
Garantias de financiamento ¹	7.185	13.545	501.776	352.443
Outros	-	-	8.921	8.239
Ativo não circulante	7.185	13.545	510.697	360.682
	35.258	41.675	560.145	397.956

(1) A variação decorre, principalmente, dos ingressos das UHEs Santo Antônio do Jari e Cachoeira Caldeirão. Mais informações vide Nota 9 – Investimentos.

NOTA 6. ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÃO

a) Composição

	Consolidado					
	30.09.2025			31.12.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Transmissoras¹						
Novo Estado	-	2.083	2.083	-	-	-
Usinas cotistas²						
UHE Jaguará	255.957	1.954.518	2.210.475	245.084	1.904.673	2.149.757
UHE Miranda	156.610	1.195.863	1.352.473	149.956	1.165.366	1.315.322
	412.567	3.150.381	3.562.948	395.040	3.070.039	3.465.079
	412.567	3.152.464	3.565.031	395.040	3.070.039	3.465.079

(1) O montante refere-se à RAP adicional estimada à remuneração de reforços e melhorias de pequeno porte aprovados pelo poder concedente, os quais estão sendo reconhecidos à medida que as obrigações de performance são atendidas (construir, operar e manter). Ressalta-se que esses projetos ainda não passaram pela RTP, cujo processo está previsto para ocorrer em 2028.

(2) Para maiores informações vide item "b" e item "c" abaixo.

b) Mutação do ativo financeiro de concessão de usinas cotistas

	Consolidado		
	UHE Jaguará	UHE Miranda	Total
Saldos em 31.12.2024	2.149.757	1.315.322	3.465.079
Recebimentos	(177.065)	(108.342)	(285.407)
Juros	109.250	66.843	176.093
Variação monetária	128.533	78.650	207.183
Saldos em 30.09.2025	2.210.475	1.352.473	3.562.948

c) Perfil de realização do ativo financeiro de concessão de usinas cotistas apresentado no ativo não circulante

	Consolidado		
	UHE Jaguará	UHE Miranda	Total
Outubro a dezembro de 2026	55.010	33.657	88.667
2027	206.795	126.525	333.320
2028	187.029	114.432	301.461
2029	169.191	103.518	272.709
2030	153.058	93.647	246.705
2031 a 2035	572.168	350.079	922.247
2036 a 2047	611.267	374.005	985.272
	1.954.518	1.195.863	3.150.381

NOTA 7. ATIVO DE CONTRATO

a) Composição

	Consolidado					
	30.09.2025			31.12.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Novo Estado	387.459	4.099.146	4.486.605	356.719	3.988.803	4.345.522
Gralha Azul	291.234	2.524.083	2.815.317	265.198	2.435.749	2.700.947
Asa Branca	69.156	1.570.258	1.639.414	12.304	478.824	491.128
Graúna	11.972	123.814	135.786	4.929	42.884	47.813
Gavião Real	7.245	86.742	93.987	6.878	82.134	89.012
	767.066	8.404.043	9.171.109	646.028	7.028.394	7.674.422

b) Mutação do ativo de contrato

	Consolidado					
	Novo Estado	Gralha Azul	Asa Branca	Graúna	Gavião Real	Total
Saldos em 31.12.2024	4.345.522	2.700.947	491.128	47.813	89.012	7.674.422
Receita de construção de infraestrutura de transmissão ¹	(13.193)	14.663	1.109.087	85.712	(122)	1.196.147
Ganhos (perdas) por eficiência (ineficiência) na construção	8.771	-	(44.780)	-	110	(35.899)
Juros	167.428	138.623	39.515	2.708	3.941	352.215
Variação monetária	246.871	167.508	26.746	1.742	4.336	447.203
Atualização do fluxo por estimativa de alterações futuras à RAP	11.981	7.011	17.718	-	2.146	38.856
Recebimentos RAP construção	(280.775)	(213.435)	-	(2.189)	(5.436)	(501.835)
Saldos em 30.09.2025	4.486.605	2.815.317	1.639.414	135.786	93.987	9.171.109

(1) Os valores negativos nos projetos Novo Estado e Gavião Real referem-se: (i) baixas de depósitos judiciais devido a êxito em ação tributária, ocasionando uma redução do custo total de construção do projeto; e (ii) baixas de valores provisionados e não realizados durante a construção dos ativos.

A atualização do fluxo por estimativa de alterações futuras à RAP tem como base, principalmente, a expectativa de revisão da estrutura de investimentos realizados e a taxa de remuneração de capital, resultando em modificações nos valores das RAP futuras. Em função da revisão, o saldo do ativo contratual foi ajustado para considerar a nova estimativa do fluxo financeiro. Como resultado foi apurado um ganho de R\$ 38.856 no consolidado da Companhia.

c) Ganhos (perdas) por eficiência (ineficiência) na implementação de infraestrutura de transmissão

No período corrente, a Companhia reconheceu perda, líquida, por ineficiência na implementação de infraestrutura de transmissão de R\$ 35.899 (no mesmo período em 2024 houve o reconhecimento de perda, líquida, no montante de R\$ 9.159). A perda reconhecida foi motivada, substancialmente, pela postergação da entrada em operação comercial de Asa Branca, e atenuada pelo reconhecimento de ganho por eficiência em Novo Estado, devido a redução do custo total de construção, conforme explicação apresentada no item b).

d) Perfil de realização do ativo de contrato apresentado no ativo não circulante

	Consolidado					Total
	Novo Estado	Gralha Azul	Asa Branca	Graúna	Gavião Real	
Outubro a dezembro de 2026	46.555	28.733	4.880	60	2.412	82.640
2027	186.218	114.931	42.221	813	3.216	347.399
2028	189.387	116.755	59.147	4.645	3.335	373.269
2029	192.555	118.580	59.581	4.685	3.375	378.776
2030	192.555	118.580	60.015	4.713	3.375	379.238
2031 a 2035	956.757	589.432	298.400	23.309	16.690	1.884.588
2036 a 2054	2.335.119	1.437.072	1.046.014	85.589	54.339	4.958.133
	4.099.146	2.524.083	1.570.258	123.814	86.742	8.404.043

NOTA 8. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024
Alienação de subsidiária	456.190	441.019	456.190	441.019
Despesas pagas antecipadamente	94.854	58.800	163.027	105.319
Imposto de renda e contribuição social diferidos ¹	-	-	105.632	20.150
Estoques	25.265	23.556	79.883	68.957
Alienações e serviços em curso	52.492	42.807	66.006	52.047
Crédito de Imposto de renda e contribuição social	17.382	19.209	61.419	39.832
Prêmio de riscos a apropriar - repactuação do risco hidrológico	34.152	41.219	56.965	58.323
Indenizações	-	-	45.727	45.727
Créditos fiscais a recuperar	301	323	35.446	50.446
Adiantamento a empregados	19.855	12.818	20.423	13.142
Indenização de seguros	-	-	17.143	66.271
Adiantamento a fornecedores	11.972	8.342	11.972	13.665
Contas a receber de clientes	748	748	7.857	7.935
Direito de reembolso de ICMS sobre venda de energia elétrica ²	6.317	120.382	6.317	120.382
Outros valores a receber	81.107	36.569	132.386	92.361
	800.635	805.792	1.266.393	1.195.576
Classificação no balanço patrimonial				
Ativo circulante	268.048	167.441	469.734	402.090
Ativo não circulante	532.587	638.351	796.659	793.486
	800.635	805.792	1.266.393	1.195.576

(1) Mais informações vide Nota 18 – Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos.

(2) Mais informações vide Nota 17 – Provisões.

a) Alienação de subsidiária

O aumento é decorrente de juros e variação monetária oriundos da alienação da subsidiária Pampa Sul, cuja expectativa de recebimento do montante apresentado no ativo não circulante é em 2027, data limite estabelecida no SPA.

NOTA 9. INVESTIMENTOS

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024
Participações societárias permanentes				
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial				
Valor patrimonial do investimento	27.658.507	22.416.098	1.282.535	1.157.120
	27.658.507	22.416.098	1.282.535	1.157.120
Mais valia na aquisição de investimentos	953.300	45.544	-	-
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	93.505	93.505	93.505	93.505
	28.705.312	22.555.147	1.376.040	1.250.625

b) Mutação dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

	Controladora								
	Saldos em 31.12.2024	Aumento de capital	Redução de capital	Aquisição de subsidiárias	Equivalência patrimonial	Dividendos	ORA ¹	Transferência de controle ²	Saldos em 30.09.2025
Controladas									
ECP ³	14.025.819	1.192.002	-	-	651.424	-	(56.309)	-	15.812.936
ETP ⁴	2.323.416	1.026.093	-	-	329.410	-	-	60.613	3.739.532
Jaguara ⁵	1.842.370	7.195	-	-	216.017	(91.472)	-	-	1.974.110
CEE ⁶	1.562.352	-	-	-	286.111	(156.880)	-	-	1.691.583
Miranda ⁷	1.135.232	7.565	-	-	136.259	-	-	-	1.279.056
Jari ⁸	-	-	-	1.029.697	34.147	-	-	-	1.063.844
Cachoeira Caldeirão ⁹	-	-	-	377.140	(7.029)	-	-	-	370.111
EBC ¹⁰	80.038	-	-	-	56.887	-	-	-	136.925
Outros	112.401	11.700	-	-	58.401	-	-	(60.613)	121.889
Operação em conjunto									
Itasa ¹¹	177.350	-	-	-	10.386	(1.750)	-	-	185.986
Empreendimento controlado em conjunto									
TAG ¹²	1.157.120	-	(234.313)	-	531.884	(360.687)	188.531	-	1.282.535
	22.416.098	2.244.555	(234.313)	1.406.837	2.303.897	(610.789)	132.222	-	27.658.507

(1) Equivalência patrimonial de outros resultados abrangentes.

(2) Mais informações vide item "b.1" desta nota.

(3) ENGIE Brasil Energias Complementares Participações.

(4) Nova denominação da ENGIE Transmissão de Energia Participações II.

(5) Companhia Energética Jaguará.

(6) Companhia Energética Estreito.

(7) Companhia Energética Miranda.

(8) Companhia Energética do Jari. Mais informações vide item "d.2" desta nota.

(9) Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão. Mais informações vide item "d.2" desta nota.

(10) ENGIE Brasil Energia Comercializadora.

(11) Itá Energética.

(12) Transportadora Associada de Gás, é uma controlada em conjunto e, portanto, não consolidada pela Companhia.

b.1) Transferência de controle

Em 01.05.2025, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital social da ENGIE Transmissão de Energia Participações S.A. em R\$ 60.613. O aumento foi efetuado pelo acionista controlador, ENGIE Brasil Energia, por meio da transferência da titularidade das suas ações na investida Gavião Real Transmissora de Energia S.A.. Com isso, o controle societário direto da Gavião Real Transmissora de Energia S.A. passou a ser exercido pela ENGIE Transmissão de Energia Participações S.A..

b.2) Informações das principais controladas

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas a seguir:

	Participação (%)	30.09.2025				3º trimestre de 2025		9 meses de 2025	
		Ativo	Passivo	Patrimônio líquido ajustado	Capital Social	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo) ajustado	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo) ajustado
ECP	99,99	25.124.664	8.985.480	16.971.641	14.648.106	828.371	299.431	2.412.015	817.944
ETP	99,99	9.969.983	6.240.286	3.739.532	3.150.314	642.836	96.693	2.069.155	329.410
Jaguara	99,99	3.008.924	1.034.814	1.974.110	882.644	149.142	71.161	441.192	216.017
CEE	99,99	1.978.955	287.372	1.691.583	990.676	165.557	104.674	499.079	286.111
Miranda	99,99	1.825.571	546.515	1.279.056	598.278	95.555	43.628	285.354	136.259
Jari ^{1 e 2}	100	1.646.226	582.382	1.063.844	650.824	282.737	34.147	282.737	34.147
Cachoeira Caldeirão ^{1 e 2}	100	1.147.574	777.463	370.111	728.600	150.840	(7.029)	150.840	(7.029)
EBC	99,99	746.652	609.727	136.925	80.038	1.004.629	61.932	2.768.906	56.887
Operação em conjunto									
Itasa	48,75	405.664	24.155	381.509	350.136	54.309	5.953	155.076	21.304
Empreendimento controlado em conjunto									
TAG	17,50	32.897.402	25.568.628	7.328.774	234.308	2.365.056	948.989	7.070.455	3.039.338

(1) Os montantes apresentados nas colunas de receita líquida e resultado líquido, compreendem o período de 13.08.2025 (data de aquisição) a 30.09.2025.

(2) Para fins demonstrativos, a Companhia apresenta os valores proforma da receita líquida e do resultado líquido do período de 9 meses, considerando que as aquisições tivessem ocorrido em 01.01.2025. Nessa hipótese, a receita líquida das UHEs Jari e Cachoeira Caldeirão teria totalizado R\$ 271.056 e R\$ 143.491, respectivamente. O prejuízo líquido do período teria alcançado R\$ 118.544 para Jari e R\$ 7.769 para Cachoeira Caldeirão. Ressalta-se que tais informações não devem ser consideradas como indicativas dos resultados operacionais futuros da Companhia, e que as informações não foram revisadas pelos auditores independentes.

b.2.1) Acionistas não controladores

Abaixo segue conciliação da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e resultado do período da ECP:

	% não controlador	Acionistas não controladores					
		Patrimônio líquido		Lucro líquido (prejuízo)			
		30.09.2025	31.12.2024	3º trimestre de 2025	3º trimestre de 2024	9 meses de 2025	9 meses de 2024
Maracanã	12,34%	1.120.968	967.271	58.710	2.835	169.209	2.725
Lar do Sol	10,00%	37.737	42.589	(1.165)	(619)	(3.197)	(1.446)
Ibitiúva	5,00%	-	3.837	154	535	508	1.382
Total		1.158.705	1.013.697	57.699	2.751	166.520	2.661

b.2.2) Valores capitalizados

No quadro de “Informações das principais controladas”, os montantes de “Patrimônio líquido ajustado” e de “Lucro líquido (prejuízo) ajustado” contemplam os itens descritos abaixo.

b.2.2.1) Empréstimos, financiamentos e debêntures

A ENGIE Brasil Energia captou recursos por meio de empréstimos e debêntures para a construção dos Conjuntos Eólicos Campo Largo, Umburanas – Fase I, Campo Largo II, Serra do Assuruá, Santo Agostinho – Fase I, Conjunto Fotovoltaico Assú Sol e da Usina Fotovoltaica Assú V, investimentos que são parte da ECP. Os juros sobre essas dívidas são capitalizados durante o período de construção das Usinas nas demonstrações financeiras consolidadas e reconhecidos no resultado de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora. Após a entrada em operação comercial os valores capitalizados são amortizados no período correspondente a amortização dos ativos imobilizados.

Os efeitos destes itens na controladora estão apresentados no quadro abaixo:

	Custo da dívida capitalizado, líquido de amortização					
	Patrimônio líquido		Lucro líquido			
	30.09.2025	31.12.2024	3º trimestre de 2025	3º trimestre de 2024	9 meses de 2025	9 meses de 2024
ECP	832.457	588.991	74.099	68.026	243.466	178.751

b.2.2.2) Ações preferenciais resgatáveis

No ano de 2020, a ETP emitiu ações preferenciais resgatáveis e o custo dessa emissão foi pago pela sua controladora ENGIE Brasil Energia, no valor de R\$ 15.250. Esse custo foi capitalizado nas demonstrações financeiras consolidadas e reconhecido no resultado de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora e será amortizado linearmente até o resgate das ações. Em 30.09.2025, o total do montante capitalizado era de R\$ 9.835 (R\$ 10.647 em 31.12.2024). O montante de amortização reconhecido no 3º trimestre de 2025 e 2024 foi de R\$ 271.

c) Informações sobre as subsidiárias

c.1) ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. ("ECP")

O aumento de capital na controlada ECP destinou-se, principalmente, aos investimentos no Conjunto Eólico Santo Agostinho, no Conjunto Eólico Serra do Assuruá e no Conjunto Fotovoltaico Assú Sol, bem como a aquisição das ENGIE Energia Solar I e da ENGIE Energia Solar II, mais informações vide abaixo. Adicionalmente, em 2025, a Companhia reconheceu R\$ 56.309 em "Outros resultados abrangentes", mais informações vide Nota 13 - Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros.

Adicionalmente, a Companhia mantém, por meio de sua controlada ECP, uma opção de compra da totalidade das ações preferenciais da Maracanã Geração de Energia e Participações S.A. ("Maracanã"), adquiridas pelo acionista minoritário em 2024, a qual pode ser exercida entre o terceiro e décimo segundo ano contado da assinatura do acordo. Esta opção tem sua mensuração baseada em dados não observáveis, visto que o preço de compra é calculado pelo valor do investimento atualizado pela variação da taxa DI + 0.30% a.a. e descontado dos rendimentos recebidos pelo acionista minoritário. O valor estimado da opção não possuía vantagem financeira direta em 30.09.2025 e, por este motivo, não foi contabilizada o valor desta opção.

d) Aquisições de subsidiárias

d.1) ENGIE Energia Solar I e ENGIE Energia Solar II

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião no dia 27.10.2023, aprovou a assinatura do contrato de compra e venda das *holdings* ENGIE Energia Solar I e da ENGIE Energia Solar II. Em 06.03.2024, tendo em vista a confirmação do cumprimento das condições precedentes a que estava sujeita, foi concluída a operação de aquisição pela ECP, da totalidade das ações de emissão das *holdings* apresentadas acima, e por consequência, das ações ou quotas de emissão dos Conjuntos Fotovoltaicos Juazeiro, São Pedro, Sol do Futuro, Sertão Solar e Lar do Sol ("Conjuntos Fotovoltaicos").

d.1.1) Preço de aquisição

Com base no laudo do avaliador, a Administração efetuou ajustes nos ativos e passivos consolidados, em relação aos seus saldos contábeis, sendo: (a) R\$ 1.025.764 na rubrica de direito de uso de ativos – intangível; (b) R\$ 184.174 na conta de máquinas e equipamentos - imobilizado; e (c) R\$ 8.360 na rubrica de outros passivos, totalizando ajuste de R\$ 1.201.578 no ativo líquido.

A Companhia concluiu o processo de avaliação do valor justo dos ativos e dos passivos adquiridos e realizou as devidas alocações.

d.1.1.2) Preço de compra base ajustado

Na data de fechamento da operação, efetuou-se o pagamento ao vendedor no valor de R\$ 2.361.046. Após a finalização do PSA (*Purchase and Sale Agreement*) em 28.02.2025 realizou-se um ajuste de preço no montante de R\$ 16.320, resultando no valor final de aquisição de R\$ 2.344.726.

d.1.2) Ativos adquiridos

Com base no exposto anteriormente, o balanço de abertura da data de conclusão da aquisição está apresentado a seguir:

Balanço Patrimonial	Valor justo dos ativos adquiridos - 06.03.2024		
	ENGIE Energia Solar I	ENGIE Energia Solar II	Total
ATIVO			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	204.686	66.808	271.494
Contas a receber de clientes	2.058	512	2.570
Outros ativos circulantes	76.006	24.720	100.726
	282.750	92.040	374.790
Ativo não circulante			
Depósitos vinculados	34.147	13.466	47.613
Outros ativos não circulantes	2.889	1.970	4.859
Imobilizado	1.441.517	833.817	2.275.334
Intangível	1.099.238	-	1.099.238
	2.577.791	849.253	3.427.044
Total	2.860.541	941.293	3.801.834
PASSIVO			
Passivo circulante			
Fornecedores	27.620	16.987	44.607
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	1.704	1.704
Instrumentos de dívida	46.631	21.598	68.229
Outros passivos circulantes	66.469	4.197	70.666
	140.720	44.486	185.206
Passivo não circulante			
Instrumentos de dívida	731.244	409.978	1.141.222
Outros passivos não circulantes	57.195	31.730	88.925
	788.439	441.708	1.230.147
Total	929.159	486.194	1.415.353
Capital social de minoritários	-	41.755	41.755
Ativos líquidos / Contraprestação transferida	1.931.382	413.344	2.344.726

d.2) Companhia Energética do Jari e Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão

Em 21.03.2025 celebrou-se o contrato de compra e venda entre ENGIE Brasil Energia S.A., na qualidade de compradora, e EDP Energias do Brasil S.A. e China Three Gorges Energia S.A., na qualidade de vendedoras, para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia Energética do Jari e da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão. A conclusão da operação ocorreu em 13.08.2025, após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas contratualmente.

d.2.1) Preço de aquisição

O preço de aquisição das UHEs Santo Antônio do Jari e Cachoeira Caldeirão, foi de R\$ 2.316.139, sendo: (i) 1.406.837 – relativo ao valor contábil dos ativos líquidos adquiridos; e (ii) R\$ 909.302 – decorrente da diferença entre a contraprestação transferida e o valor contábil dos ativos registrados. Esse montante de R\$ 909.302, foi alocado com base no laudo preliminar do avaliador, realizando ajustes nos ativos e passivos consolidados, em relação aos seus saldos contábeis, sendo: (a) R\$ 668.244 em imobilizado; (b) 277.758 na rubrica de direito de uso de ativo – intangível; (c) R\$ 50.199 em passivo de contingências; e (d) R\$ 13.499 ativo indenizatório.

A Companhia continua no processo de avaliação do valor justo dos ativos e dos passivos adquiridos conforme as regras de combinação de negócios e o saldos iniciais podem mudar caso novas informações venham a surgir.

d.2.1.1) Preço de compra base ajustado

Na data de fechamento da operação foi pago ao vendedor o valor de R\$ 2.286.053, sendo: R\$ 1.986.155 relativos ao preço de compra base e R\$ 299.898, correspondentes ao resultado dos ajustes de fechamento previstos no contrato.

d.2.2) Parcela contingente

O contrato de compra e venda prevê o pagamento de parcela contingente adicional ao preço de aquisição, condicionada à revisão da garantia física das UHEs Santo Antônio do Jari e Cachoeira Caldeirão. Embora ambas estejam contempladas contratualmente, a expectativa atual é de que apenas a UHE Santo Antônio do Jari atinja os critérios para geração de *earn-out*. O valor atribuído à UHE é de R\$ 30.086, apurado com base na variação da garantia física atual de 211,3 MW médios, após a primeira revisão ordinária prevista para 2027.

d.2.3) Ativos adquiridos

Com base no exposto anteriormente, o balanço de abertura na data de conclusão da aquisição está apresentado a seguir:

Balanco Patrimonial	Valor justo dos ativos adquiridos - 13.08.2025		
	Jari	Cachoeira Caldeirão	Total
ATIVO			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	151.352	91.045	242.397
Concessionárias	33.900	22.635	56.535
Outros ativos circulantes	21.592	12.729	34.321
	206.844	126.409	333.253
Ativo não circulante			
Depósitos vinculados	21.317	89.027	110.344
Outros ativos não circulantes	6.224	88.649	94.873
Imobilizado	984.284	821.785	1.806.069
Intangível	404.701	16.207	420.908
	1.416.526	1.015.668	2.432.194
Total	1.623.370	1.142.077	2.765.447
PASSIVO			
Passivo circulante			
Fornecedores	102.994	4.413	107.407
Instrumentos de dívida	47.920	46.255	94.175
Outros passivos circulantes	23.188	14.401	37.589
	174.102	65.069	239.171
Passivo não circulante			
Instrumentos de dívida	269.967	642.077	912.044
Outros passivos não circulantes	149.604	57.791	207.395
	419.571	699.868	1.119.439
Total	593.673	764.937	1.358.610
Ativos líquidos	1.029.697	377.140	1.406.837
Preço base de aquisição	1.908.913	377.140	2.286.053
Parcela contingente	30.086	-	30.086
Contraprestação transferida	1.938.999	377.140	2.316.139

NOTA 10. IMOBILIZADO

IMOBILIZADO

	Taxa média de depreciação			Taxa média de depreciação	
	Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado
 Máquinas e equipamentos	3,7%	3,8%	 Móveis e utensílios	6,3%	6,3%
 Reservatórios, barragens e adutoras	2,7%	2,6%	 Veículos	14,3%	14,3%
 Edificações e benfeitorias	3,0%	3,2%	 Obrigações especiais	4,6%	4,6%
 Direito de uso de arrendamento	6,7%	3,5%			

a) Composição

	Controladora					
	30.09.2025			31.12.2024		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço						
Máquinas e equipamentos	4.384.758	(2.936.132)	1.448.626	4.287.746	(2.852.429)	1.435.317
Reservatórios, barragens e adutoras	5.127.768	(4.008.047)	1.119.721	5.125.773	(3.920.375)	1.205.398
Edificações e benfeitorias	1.281.724	(1.005.484)	276.240	1.286.988	(988.889)	298.099
Direito de uso de arrendamentos	92.100	(39.323)	52.777	92.100	(33.526)	58.574
Móveis e utensílios	9.785	(6.049)	3.736	9.553	(5.870)	3.683
Veículos	1.590	(1.332)	258	1.523	(1.270)	253
Obrigações especiais	(42.470)	16.799	(25.671)	(42.470)	15.435	(27.035)
	10.855.255	(7.979.568)	2.875.687	10.761.213	(7.786.924)	2.974.289
Em curso						
Máquinas e equipamentos	32.858	-	32.858	56.705	-	56.705
Edificações e benfeitorias	1.629	-	1.629	8.200	-	8.200
Reservatórios, barragens e adutoras	2.524	-	2.524	1.751	-	1.751
Adiantamentos a fornecedores	152	-	152	30.453	-	30.453
Aquisições a ratear	2.438	-	2.438	12.695	-	12.695
	39.601	-	39.601	109.804	-	109.804
	10.894.856	(7.979.568)	2.915.288	10.871.017	(7.786.924)	3.084.093

	Consolidado					
	30.09.2025			31.12.2024		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço						
Máquinas e equipamentos	26.226.264	(6.933.137)	19.293.127	20.971.684	(5.961.219)	15.010.465
Reservatórios, barragens e adutoras	7.848.176	(5.198.017)	2.650.159	7.106.643	(4.890.709)	2.215.934
Edificações e benfeitorias	2.554.545	(1.430.284)	1.124.261	1.917.354	(1.215.177)	702.177
Direito de uso de arrendamentos	434.136	(78.931)	355.205	394.364	(65.054)	329.310
Móveis e utensílios	15.058	(7.693)	7.365	13.096	(6.787)	6.309
Veículos	8.309	(5.771)	2.538	4.556	(2.173)	2.383
Obrigações especiais	(42.470)	16.799	(25.671)	(42.470)	15.435	(27.035)
	37.044.018	(13.637.034)	23.406.984	30.365.227	(12.125.684)	18.239.543
Em curso						
Máquinas e equipamentos	3.274.840	-	3.274.840	3.945.527	-	3.945.527
Edificações e benfeitorias	330.497	-	330.497	290.889	-	290.889
Reservatórios, barragens e adutoras	8.132	-	8.132	5.402	-	5.402
Adiantamentos a fornecedores	12.086	-	12.086	1.354.331	-	1.354.331
Aquisições a ratear	1.360.953	-	1.360.953	1.350.845	-	1.350.845
	4.986.508	-	4.986.508	6.946.994	-	6.946.994
	42.030.526	(13.637.034)	28.393.492	37.312.221	(12.125.684)	25.186.537

b) Mutação do ativo imobilizado

	Controladora							Total
	Máquinas e equipamentos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações e benfeitorias	Direito de uso de arrendamentos	Outros	Imobilizado em curso	Obrigações especiais	
Saldos em 31.12.2024	1.435.317	1.205.398	298.099	58.574	3.936	109.804	(27.035)	3.084.093
Ingressos ¹	-	-	-	-	-	34.970	-	34.970
Transferências	104.489	(132)	321	-	495	(105.173)	-	-
Baixas	(1.707)	-	(27)	-	(37)	-	-	(1.771)
Depreciação	(89.473)	(85.545)	(22.153)	(5.797)	(400)	-	1.364	(202.004)
Saldos em 30.09.2025	1.448.626	1.119.721	276.240	52.777	3.994	39.601	(25.671)	2.915.288

(1) Os ingressos referem-se, principalmente, a modernização da UHE Salto Osório, no montante de R\$ 29.805.

	Consolidado							Total
	Máquinas e equipamentos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações e benfeitorias	Direito de uso de arrendamentos	Outros	Imobilizado em curso	Obrigações especiais	
Saldos em 31.12.2024	15.010.465	2.215.934	702.177	329.310	8.692	6.946.994	(27.035)	25.186.537
Ingressos ¹	-	-	-	24.246	-	1.093.717	-	1.117.963
Ingresso - Provisão de desmobilização	-	-	-	-	-	30.676	-	30.676
Remensuração	-	-	-	15.903	-	-	-	15.903
Aquisição de subsidiárias ²	1.266.267	604.575	452.516	-	958	133.445	-	2.457.761
Juros, V.M. e deprec. capitalizados	-	-	-	-	-	399.164	-	399.164
Transferências	3.645.432	(43.079)	11.822	-	3.313	(3.617.488)	-	-
Baixas	(11.787)	-	(28)	-	(66)	-	-	(11.881)
Depreciação	(617.250)	(127.271)	(42.226)	(14.254)	(2.994)	-	1.364	(802.631)
Saldos em 30.09.2025	19.293.127	2.650.159	1.124.261	355.205	9.903	4.986.508	(25.671)	28.393.492

(1) Os ingressos referem-se, principalmente: (i) R\$ 412.396 à construção da Maracanã; (ii) R\$ 411.505 à construção do Conjunto Fotovoltaico Assú Sol; (iii) R\$ 147.843 à expansão do Conjunto Fotovoltaico Paracatu; (iv) R\$ 29.805 referente à modernização da UHE Salto Osório; e (v) R\$ 33.573 à modernização da UHE Jaguará.

(2) Aquisição de subsidiárias referentes às UHEs Santo Antônio do Jari e Cachoeira Caldeirão no valor de R\$ 2.474.313 e processo de avaliação do valor justo dos ativos e passivos adquiridos referente aos Conjuntos Fotovoltaicos Juazeiro, São Pedro, Sol do Futuro, Sertão Solar e Lar do Sol no valor de R\$ 16.552. Para maiores detalhes, vide Nota 9 – Investimentos.

NOTA 11. INTANGÍVEL

INTANGÍVEL CONTROLADORA



Direito de extensão
de concessão

até 2040



Direito de uso de
ativos

até 2036

INTANGÍVEL CONSOLIDADO



Direito de extensão
de concessão

até 2048



Direitos de projetos -
Solar em operação

até 2051



Bonificação pela outorga
Usinas cotistas

até 2048



Direito de projetos -
Novo Estado

até 2048



Direitos de projetos -
Eólicos em operação

até 2056



Direito de uso
de ativos

até 2047



Direito de projetos -
ENGIE Brasil Solar I

até 2053

c) Composição

	Controladora					
	30.09.2025			31.12.2024		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Direito de extensão de concessão ¹	2.364.533	(579.502)	1.785.031	2.397.705	(484.761)	1.912.944
Direito de uso de ativos	341.758	(174.907)	166.851	311.114	(152.577)	158.537
	2.706.291	(754.409)	1.951.882	2.708.819	(637.338)	2.071.481

(1) Os direitos de extensão de concessão provenientes de consórcios serão amortizados no período de extensão de forma a refletir o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros.

	Consolidado					
	30.09.2025			31.12.2024		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Direito de extensão de concessão ¹	2.650.909	(610.290)	2.040.619	2.666.677	(503.881)	2.162.796
Bonificação pela outorga - Usinas cotistas						
Jaguara	620.327	(163.310)	457.017	620.327	(147.838)	472.489
Miranda	411.223	(108.260)	302.963	411.223	(98.004)	313.219
	1.031.550	(271.570)	759.980	1.031.550	(245.842)	785.708
Direitos de projetos - em operação						
Eólicos em operação	392.658	(28.374)	364.284	179.751	(23.547)	156.204
Solar em operação	35.829	(5.645)	30.184	29.506	(4.853)	24.653
Sistema de transmissão Novo Estado	236.021	(24.328)	211.693	236.021	(17.265)	218.756
	664.508	(58.347)	606.161	445.278	(45.665)	399.613
Direitos de projetos - em desenvolvimento						
Eólicos em construção / desenvolvimento	78.030	-	78.030	286.592	-	286.592
Solar em construção / desenvolvimento	39.787	-	39.787	46.110	-	46.110
	117.817	-	117.817	332.702	-	332.702
	782.325	(58.347)	723.978	777.980	(45.665)	732.315
Direito de uso de ativos	2.596.568	(593.628)	2.002.940	1.693.489	(285.345)	1.408.144
	7.061.352	(1.533.835)	5.527.517	6.169.696	(1.080.733)	5.088.963

(1) Os direitos de extensão de concessão provenientes de consórcios serão amortizados no período de extensão de forma a refletir o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros.

d) Mutação do ativo intangível

	Controladora		
	Direito de extensão de concessão	Direito de uso de ativos	Total
Saldos em 31.12.2024	1.912.944	158.537	2.071.481
Ingressos ¹	-	32.749	32.749
Direito de extensão de concessão ²	9.288	-	9.288
Baixas ³	(42.460)	-	(42.460)
Amortização	(94.741)	(24.435)	(119.176)
Saldos em 30.09.2025	1.785.031	166.851	1.951.882

(1) Os ingressos referem-se às aquisições e desenvolvimento de *software* e pelo direito de exploração de projetos eólicos.

(2) Reconhecimento da extensão do prazo de concessão das UHE Passo Fundo, UHE Salto Osório, UHE Salto Santiago, UHE Itá e UHE Machadinho.

(3) Alienação de ativo regulatório associado ao período de extensão compensatória do Consórcio UHE Machadinho, com uma das consorciadas.

	Consolidado				
	Direito de extensão de concessão	Bonificação pela outorga	Direito de projetos	Direito de uso de ativos	Total
Saldos em 31.12.2024	2.162.796	785.708	732.315	1.408.144	5.088.963
Ingressos ¹	-	-	-	39.447	39.447
Direito de extensão de concessão ²	9.288	-	-	-	9.288
Baixas ³	(42.460)	-	(32)	(9.032)	(51.524)
Aquisição de subsidiárias ⁴	14.381	-	-	632.662	647.043
Transferência	-	-	4.377	(4.377)	-
Amortização	(103.386)	(25.728)	(12.682)	(63.904)	(205.700)
Saldos em 30.09.2025	2.040.619	759.980	723.978	2.002.940	5.527.517

(1) Os ingressos referem-se às aquisições e desenvolvimento de *software* e pelo direito de exploração de projetos eólicos.

(2) Reconhecimento da extensão do prazo de concessão das UHE Passo Fundo, UHE Salto Osório, UHE Salto Santiago, UHE Itá e UHE Machadinho.

(3) Alienação de ativo regulatório associado ao período de extensão compensatória do Consórcio UHE Machadinho, com uma das consorciadas.

(4) Aquisição de subsidiárias referente às UHEs Santo Antônio do Jari e Cachoeira Caldeirão no valor de R\$ 698.666 e processo de avaliação do valor justo dos ativos e passivos adquiridos referente aos Conjuntos Fotovoltaicos Juazeiro, São Pedro, Sol do Futuro, Sertão Solar e Lar do Sol no valor de R\$ 51.623. Para maiores detalhes, vide Nota 9 – Investimentos.

NOTA 12. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024
Fornecedores de imobilizado e intangível	11.480	23.799	365.353	627.245
Fornecedores de materiais e serviços	51.350	77.331	166.076	208.201
Energia elétrica comprada para revenda	169.019	158.524	110.032	112.771
Transações no mercado de curto prazo	-	-	92.804	114
Encargos de uso da rede elétrica	39.432	40.407	92.138	76.748
Operações de <i>trading</i>	-	-	54.643	36.343
Arrendamentos a pagar	8.074	6.722	43.543	38.459
Passivo circulante	279.355	306.783	924.589	1.099.881
Arrendamentos a pagar	60.903	54.541	354.995	315.538
Fornecedores de imobilizado e intangível	6.650	6.650	12.091	8.349
Fornecedores de materiais e serviços	-	-	8.920	8.239
Passivo não circulante¹	67.553	61.191	376.006	332.126
	346.908	367.974	1.300.595	1.432.007

(1) Os valores referentes aos fornecedores a pagar no longo prazo estão apresentados como parte da rubrica "Outros passivos não circulantes", mais detalhes vide Nota 19 - Outros passivos.

O prazo médio de pagamento da Companhia é de, aproximadamente, 28 dias e sobre os saldos não há incidência de juros, exceto por estimativas de desembolsos futuros de imobilizado, apresentadas nas rubricas de "Fornecedores de imobilizado e intangível", cuja expectativa de pagamento reflete na segregação entre circulante e não circulante.

NOTA 13. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação e monitoramento de riscos dos seus negócios, mantém o Fórum de Gerenciamento de Riscos, a quem cabe: (i) analisar e propor contribuições à minuta da Matriz de Riscos e Oportunidades; (ii) contribuir com a identificação de outros riscos e oportunidades empresariais; e (iii) aprovar proposta de Matriz de Riscos e Oportunidades a ser encaminhada para aprovação da Diretoria Executiva.

No período de nove meses findo em 30.09.2025, não houve qualquer mudança nos riscos aos quais a Companhia e suas controladas estejam expostas ou na sua administração e mensuração, quando comparados aos apresentados na Nota 13 – Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros das demonstrações financeiras de 31.12.2024.

a) Operações de *hedge*

Os instrumentos financeiros derivativos de operações de *hedge* são estes:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024
Instrumentos financeiros derivativos - <i>hedge</i>				
Ativo circulante				
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa - obrigações	-	-	67	54.670
	-	-	67	54.670
Ativo não circulante				
<i>Hedge</i> de valor justo - empréstimos e debêntures	48.011	55.305	48.011	55.305
	48.011	55.305	48.011	55.305
Posições ativas	48.011	55.305	48.078	109.975
Passivo circulante				
<i>Hedge</i> de valor justo - empréstimos e debêntures	(54.432)	(5.435)	(54.432)	(5.435)
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa - obrigações	-	-	(466)	-
	(54.432)	(5.435)	(54.898)	(5.435)
Passivo não circulante				
<i>Hedge</i> de valor justo - empréstimos e debêntures	(189.332)	(357.296)	(189.332)	(357.296)
	(189.332)	(357.296)	(189.332)	(357.296)
Posições passivas	(243.764)	(362.731)	(244.230)	(362.731)
Posições líquidas	(195.753)	(307.426)	(196.152)	(252.756)
<i>Hedge</i> de valor justo - empréstimos e debêntures	(195.753)	(307.426)	(195.753)	(307.426)
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa - obrigações	-	-	(399)	54.670
Posições líquidas	(195.753)	(307.426)	(196.152)	(252.756)

a.1) Operações de hedge sobre empréstimos e debêntures

Em 30.09.2025, a Companhia não mantinha nenhum compromisso financeiro relevante em moeda estrangeira cuja variação cambial não estivesse integralmente protegida por operação de hedge.

O quadro a seguir apresenta a mutação líquida das operações de hedge sobre empréstimos e debêntures:

	Controladora e consolidado
Passivo em 31.12.2024	(307.426)
Juros e variações monetárias	(154.251)
Variações cambiais	(131.339)
Ajuste a valor justo por meio do resultado	277.489
Amortização de juros	119.774
Passivo em 30.09.2025	(195.753)

a.2) Operações de hedge de fluxo de caixa sobre obrigações

A Companhia mantinha contratado em 30.09.2025 NDFs, com o objetivo de proteger a totalidade dos pagamentos futuros em moeda estrangeira decorrentes dos compromissos estabelecidos nos contratos de construção do Conjunto Fotovoltaico Assú Sol. Os NDFs foram contratados em 21.11.2022 e o valor nominal, em 30.09.2025, era de US\$ 2.874 mil os quais estão firmados com o Itaú e têm seus vencimentos entre outubro e novembro de 2025.

Em 30.09.2025, as perdas não realizadas dos referidos NDF totalizavam uma posição passiva, líquida de R\$ 399 (R\$ 54.670 em 31.12.2024). A contrapartida está reconhecida diretamente no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". As empresas do conjunto Fotovoltaico Assú Sol possuem regime tributário no lucro presumido. Dessa forma, a Companhia não constituiu impostos fiscais diferidos sobre os efeitos desta operação.

a.3) (Perdas) ganhos não realizados em operações de hedge de fluxo de caixa

As (perdas) ganhos não realizados em operações de hedge de fluxo de caixa originados no período que estão apresentadas na "Demonstração dos resultados abrangentes" são as seguintes:

	Consolidado	
	30.09.2025	30.09.2024
Hedge de fluxo de caixa – obrigações	(56.309)	360.796
(Perdas) ganhos não realizados em operações de HFC	(56.309)	360.796

b) Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros e/ou índices flutuantes

A Companhia apresenta uma análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros expostos a riscos da variação de taxas de juros e/ou de índices flutuantes. O cenário-base provável para 30.09.2026 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil):

Risco de variação das taxas de juros e índices	Variação 12 meses	Cenário Provável	Sensibilidade		
	30.09.2025	30.09.2026	Provável	Δ + 25% ⁽¹⁾	Administração
TJLP	9,0%	9,1%	0,1 p.p.	2,3 p.p.	-0,6 p.p.
CDI	14,9%	12,1%	-2,8 p.p.	3,0 p.p.	0,0 p.p.
IPCA	5,2%	4,3%	-0,9 p.p.	1,1 p.p.	-0,1 p.p.
IGP-M	2,8%	4,8%	2,0 p.p.	1,2 p.p.	-4,3 p.p.

(1) A sensibilidade de 25% é calculada sobre o cenário provável de 2026, considerando um cenário pessimista (redução para ativos e aumento para passivos).

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices dos últimos 12 meses, observados em 30.09.2025, e os previstos no cenário provável dos próximos 12 meses, a findar em 30.09.2026 e demonstram os eventuais impactos adicionais de 12 meses. As variações que poderão impactar o resultado consolidado, e, consequentemente, o patrimônio líquido nos próximos 12 meses, em comparação aos últimos 12 meses, caso tais cenários se materializem no resultado consolidado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) das estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e/ou índices flutuantes para os próximos, são estas:

	Saldos em	Sensibilidade		
	30.09.2025	Provável	Δ + 25%	Administração
Risco de aumento (passivo)				
Empréstimos e financiamentos				
IPCA	12.891.363	102.399	(122.897)	16.515
Dólar – com swap para o CDI	781.072	10.663	(12.624)	-
TJLP	1.783.892	(1.851)	(38.182)	9.422
Debêntures				
IPCA	4.907.195	69.173	(83.027)	11.223
CDI	1.054.714	24.841	(29.410)	-
IPCA - com swap para o CDI	3.057.820	84.379	(100.006)	-
PRE – com swap para o CDI	4.484.790	117.924	(139.707)	-
Ações Preferenciais Resgatáveis				
CDI	511.408	12.260	(14.516)	-
Concessões a pagar (Uso de Bem Público)				
IPCA	3.814.169	32.549	(39.206)	3.617
IGP-M	1.459.871	(27.410)	(17.214)	58.939
Risco de redução (ativo)				
Ativo financeiro de concessão				
IPCA	3.565.031	(31.072)	(67.259)	(36.075)

c) Risco relacionado ao preço de energia nas operações de trading

Os saldos patrimoniais, referentes às transações de *trading* em aberto estão abaixo apresentados:

	Consolidado					
	30.09.2025			31.12.2024		
	Ativo	Passivo	Ganho Líquido	Ativo	Passivo	Ganho Líquido
Classificação no balanço patrimonial						
Circulante	82.711	(80.370)	2.341	34.844	(29.139)	5.705
Não circulante	22.859	(21.637)	1.222	7.289	(6.986)	303
	105.570	(102.007)	3.563	42.133	(36.125)	6.008

A mutação dos saldos referente às transações de *trading* em aberto é a seguinte:

	Consolidado
Saldo em 31.12.2024	6.008
Perda não realizada reconhecida no período	(2.445)
Saldo em 30.09.2025	3.563

c.1) Análise de sensibilidade sobre as operações de trading

O principal fator de risco que impacta a precificação das operações de *trading* é a exposição aos preços de mercado da energia.

No processo de tomada de decisão relacionada às atividades de *trading*, a Administração da Companhia utiliza análises de sensibilidade considerando percentis da volatilidade histórica do preço de energia para o produto.

Os percentis são medidas que dividem a amostra, por ordem crescente dos dados, em 100 partes, cada uma com uma percentagem de dados aproximadamente igual, considerando, neste caso, a volatilidade histórica do preço de cada produto de energia. Portanto, o 25º percentil (P25) e o 75º percentil (P75) determinam os 25% e 75% menores preços observados, respectivamente.

A seguir são apresentadas as análises de sensibilidade considerando essa metodologia:

	Consolidado		
	30.09.2025	Cenário P25	Cenário P75
Instrumentos financeiros derivativos - <i>trading</i>	3.563	3.583	3.541

A variação da taxa de desconto não impacta de forma importante o valor justo apurado, visto a curta *duration* da carteira de *trading* em aberto, motivo pelo qual não foi apresentada análise de sensibilidade.

d) Risco de gerenciamento de capital

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024
Instrumentos de dívida	15.934.382	11.853.514	29.472.254	24.134.936
Efeitos de <i>hedge</i>	195.753	307.426	195.753	307.426
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(7.185)	(13.545)	(508.166)	(357.369)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.114.339)	(1.659.976)	(4.625.662)	(3.958.758)
Dívida líquida	15.008.611	10.487.419	24.534.179	20.126.235
Patrimônio líquido	12.304.166	11.266.701	13.462.871	12.280.398
Endividamento total/Patrimônio líquido	1,2	0,9	1,8	1,6

e) Risco de liquidez

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 30.09.2025. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do período.

	Controladora					Contábil
	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	
Fornecedores	279.355	16.902	16.404	88.167	400.828	346.908
Concessões a pagar (Uso de Bem Público)	864.752	1.678.452	1.732.319	3.243.509	7.519.032	5.158.136
Taxas de juros pós-fixadas:						
Empréstimos e financiamentos ¹	1.049.094	470.904	444.816	2.567.326	4.532.140	2.877.526
Debêntures ¹	2.400.514	4.512.034	6.038.578	9.178.558	22.129.684	13.056.856
	4.593.715	6.678.292	8.232.117	15.077.560	34.581.684	21.439.426

	Consolidado					Contábil
	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	
Fornecedores	926.233	77.543	90.452	974.790	2.069.018	1.300.595
Concessões a pagar (Uso de Bem Público)	878.266	1.705.416	1.759.283	3.382.390	7.725.355	5.274.040
Taxas de juros pós-fixadas:						
Empréstimos e financiamentos ¹	2.335.691	3.010.545	2.885.617	13.703.629	21.935.482	15.456.327
Debêntures ¹	2.180.511	4.996.784	6.160.554	9.294.600	22.632.449	13.504.519
Ações preferenciais resgatáveis	78.859	172.968	205.407	560.206	1.017.440	511.408
	6.399.560	9.963.256	11.101.313	27.915.615	55.379.744	36.046.889

(1) Líquidos dos efeitos do *hedge*.

f) Categoria dos instrumentos financeiros

		Controladora		Consolidado	
	Hierarquia	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024
Ativos financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras	Nível 1	1.096.480	1.640.401	4.436.645	3.727.076
Instrumentos financeiros derivativos - <i>hedge</i> de valor justo	Nível 2	48.011	55.305	48.011	55.305
Instrumentos financeiros derivativos - <i>trading</i>	Nível 2	-	-	105.570	42.133
Custo amortizado					
Caixa e depósitos bancários à vista	N.A.	17.859	19.575	189.017	231.682
Contas a receber de clientes	N.A.	650.051	577.797	1.346.230	1.182.340
Depósitos vinculados	N.A.	35.258	41.675	560.145	397.956
Ativo financeiro de concessão	N.A.	-	-	3.565.031	3.465.079
Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes					
Instrumentos financeiros derivativos - <i>hedge</i> de fluxo de caixa	Nível 2	-	-	67	54.670
		1.847.659	2.334.753	10.250.716	9.156.241
Passivos financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
Empréstimos em moeda estrangeira	Nível 2	781.072	874.171	781.072	874.171
Debêntures	Nível 2	7.542.610	2.885.585	7.542.610	2.885.585
Instrumentos financeiros derivativos - <i>hedge</i> de valor justo	Nível 2	243.764	362.731	243.764	362.731
Instrumentos financeiros derivativos - <i>trading</i>	Nível 2	-	-	102.007	36.125
Custo amortizado					
Fornecedores	N.A.	346.908	367.974	1.300.595	1.432.007
Empréstimos em moeda nacional	N.A.	2.096.454	1.633.830	14.675.255	12.969.109
Ações preferenciais resgatáveis	N.A.	-	-	511.408	487.287
Debêntures	N.A.	5.514.246	6.459.928	5.961.909	6.918.784
Concessões a pagar (Uso de Bem Público)	N.A.	5.158.136	5.304.952	5.274.040	5.369.104
Obrigações vinculadas à aquisição de ativos¹	N.A.	30.086	-	60.350	30.932
Ressarcimento às distribuidoras¹	N.A.	-	-	491.753	417.217
Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes					
Instrumentos financeiros derivativos - <i>hedge</i> de fluxo de caixa	Nível 2	-	-	466	-
		21.713.276	17.889.171	36.945.229	31.783.052

(1) Apresentado como parte das rubricas "Outros passivos circulantes" e "Outros passivos não circulantes".

g) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros somente foram identificadas diferenças significativas entre os valores apresentados no balanço patrimonial e os respectivos valores de mercado nos instrumentos financeiros abaixo apresentados. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

Na determinação dos valores de mercado foram utilizados os fluxos de caixa futuros, descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes.

	Controladora			
	30.09.2025		31.12.2024	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	2.096.454	2.131.732	1.633.830	1.667.666
Empréstimos em moeda estrangeira	781.072	781.069	874.171	874.168
Debêntures	13.056.856	12.699.990	9.345.513	8.750.727
Concessões a pagar (Uso de Bem Público)	5.158.136	4.747.080	5.304.952	5.119.353
	21.092.518	20.359.871	17.158.466	16.411.914

	Consolidado			
	30.09.2025		31.12.2024	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo				
Ativo financeiro de concessão	3.565.031	3.223.099	3.465.079	3.482.187
	3.565.031	3.223.099	3.465.079	3.482.187
Passivos				
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	14.675.255	14.831.680	12.969.109	13.306.199
Empréstimos em moeda estrangeira	781.072	781.069	874.171	874.168
Ações preferenciais resgatáveis	511.408	527.199	487.287	504.381
Debêntures	13.504.519	13.723.054	9.804.369	9.527.744
Concessões a pagar (Uso de Bem Público)	5.274.040	4.842.681	5.369.104	5.182.139
	34.746.294	34.705.683	29.504.040	29.394.631

NOTA 14. INSTRUMENTOS DE DÍVIDA

Os instrumentos de dívida são compostos pelo saldo de empréstimos e financiamentos, debêntures e ações preferenciais resgatáveis.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024
Empréstimos e financiamentos	2.877.526	2.508.001	15.456.327	13.843.280
Debêntures	13.056.856	9.345.513	13.504.519	9.804.369
Ações preferenciais resgatáveis	-	-	511.408	487.287
	15.934.382	11.853.514	29.472.254	24.134.936
Passivo circulante	2.600.862	1.659.643	3.155.508	2.620.932
Passivo circulante	13.333.520	10.193.871	26.316.746	21.514.004
Instrumentos de dívida	15.934.382	11.853.514	29.472.254	24.134.936

a) Composição

	Controladora					
	30.09.2025			31.12.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Mensurados ao custo amortizado						
Empréstimos e financiamentos						
BNDDES	66.985	2.020.873	2.087.858	-	1.629.543	1.629.543
Encargos	8.596	-	8.596	4.287	-	4.287
	75.581	2.020.873	2.096.454	4.287	1.629.543	1.633.830
Debêntures						
ENGIE – 6ª emissão	183.383	-	183.383	180.305	173.482	353.787
ENGIE – 7ª emissão	114.821	219.908	334.729	360.448	322.358	682.806
ENGIE – 9ª emissão	670.167	904.185	1.574.352	659.726	1.504.508	2.164.234
ENGIE – 10ª emissão	222	439.961	440.183	10.020	424.004	434.024
ENGIE – 11ª emissão	-	2.538.193	2.538.193	-	2.450.668	2.450.668
ENGIE – 12ª emissão	499.614	1.430.802	1.930.416	-	1.791.382	1.791.382
ENGIE – 13ª emissão	-	1.422.076	1.422.076	-	1.241.523	1.241.523
ENGIE – 14ª emissão	-	2.011.735	2.011.735	-	-	-
ENGIE – 15ª emissão	-	2.120.480	2.120.480	-	-	-
Encargos	276.002	225.307	501.309	162.401	64.688	227.089
	1.744.209	11.312.647	13.056.856	1.372.900	7.972.613	9.345.513
	1.819.790	13.333.520	15.153.310	1.377.187	9.602.156	10.979.343
Moeda estrangeira – com hedge						
Mensurados ao valor justo						
Empréstimos e financiamentos						
Scotiabank	526.086	-	526.086	-	591.715	591.715
MUFG ¹	250.428	-	250.428	275.387	-	275.387
Encargos	4.558	-	4.558	7.069	-	7.069
	781.072	-	781.072	282.456	591.715	874.171
Instrumentos de dívida	2.600.862	13.333.520	15.934.382	1.659.643	10.193.871	11.853.514

(1) MUFG Bank LTD. é a nova denominação do Bank of Tokyo.

Os saldos dos instrumentos de dívida na controladora, líquidos dos efeitos do *hedge*, estão apresentados a seguir, conforme composição detalhada abaixo:

	Controladora					
	30.09.2025			31.12.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.600.862	13.333.520	15.934.382	1.659.643	10.193.871	11.853.514
Efeitos do <i>hedge</i> (swap) de valor justo						
Posição ativa	-	(48.011)	(48.011)	-	(55.305)	(55.305)
Posição passiva ¹	54.432	189.332	243.764	5.435	357.296	362.731
Instrumentos de dívida líquidos dos efeitos do <i>hedge</i>	2.655.294	13.474.841	16.130.135	1.665.078	10.495.862	12.160.940

(1) A posição passiva do *hedge* está apresentada como parte das rubricas "Outros passivos circulantes" e "Outros passivos não circulantes".

	Consolidado					
	30.09.2025			31.12.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Mensurados ao custo amortizado						
Empréstimos e financiamentos						
BND	700.989	11.779.445	12.480.434	532.699	10.318.983	10.851.682
BASA	44.149	1.335.028	1.379.177	24.000	764.808	788.808
BNB	12.511	764.303	776.814	42.170	1.255.903	1.298.073
Encargos	38.830	-	38.830	30.546	-	30.546
	796.479	13.878.776	14.675.255	629.415	12.339.694	12.969.109
Debêntures						
ENGIE – 6ª emissão	183.383	-	183.383	180.305	173.482	353.787
ENGIE – 7ª emissão	114.821	219.908	334.729	360.448	322.358	682.806
ENGIE – 9ª emissão	670.167	904.185	1.574.352	659.726	1.504.508	2.164.234
ENGIE – 10ª emissão	222	439.961	440.183	10.020	424.004	434.024
ENGIE – 11ª emissão	-	2.538.193	2.538.193	-	2.450.668	2.450.668
ENGIE – 12ª emissão	-	1.430.802	1.430.802	-	1.292.154	1.292.154
ENGIE – 13ª emissão	-	1.422.076	1.422.076	-	1.241.523	1.241.523
ENGIE – 14ª emissão	-	2.011.735	2.011.735	-	-	-
ENGIE – 15ª emissão	-	2.120.480	2.120.480	-	-	-
Jaguara – 1ª emissão	188.590	201.780	390.370	182.255	281.320	463.575
Miranda – 1ª emissão	129.885	140.689	270.574	124.329	195.053	319.382
São Pedro II - 1ª emissão	9.677	97.996	107.673	9.214	99.127	108.341
São Pedro IV - 1ª emissão	8.300	84.053	92.353	7.903	85.023	92.926
Cachoeira - 2ª emissão	30.569	122.356	152.925	-	-	-
Encargos	209.384	225.307	434.691	164.719	36.230	200.949
	1.544.998	11.959.521	13.504.519	1.698.919	8.105.450	9.804.369
Ações preferenciais resgatáveis	32.959	478.449	511.408	10.142	477.145	487.287
	2.374.436	26.316.746	28.691.182	2.338.476	20.922.289	23.260.765
Moeda estrangeira – com hedge						
Mensurados ao valor justo						
Empréstimos e financiamentos						
Scotiabank	526.086	-	526.086	-	591.715	591.715
MUFG ¹	250.428	-	250.428	275.387	-	275.387
Encargos	4.558	-	4.558	7.069	-	7.069
	781.072	-	781.072	282.456	591.715	874.171
Instrumentos de dívida	3.155.508	26.316.746	29.472.254	2.620.932	21.514.004	24.134.936

(1) MUFG Bank LTD. é a nova denominação do Bank of Tokyo.

Os saldos dos instrumentos de dívida no consolidado, líquidos dos efeitos do *hedge*, estão apresentados a seguir, conforme composição detalhada abaixo:

	Consolidado					
	30.09.2025			31.12.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Empréstimos, financiamentos, debêntures e ações preferenciais resgatáveis	3.155.508	26.316.746	29.472.254	2.620.932	21.514.004	24.134.936
Efeitos do <i>hedge</i> (swap) de valor justo						
Posição ativa	-	(48.011)	(48.011)	-	(55.305)	(55.305)
Posição passiva ¹	54.432	189.332	243.764	5.435	357.296	362.731
Instrumentos de dívida líquidos dos efeitos do hedge	3.209.940	26.458.067	29.668.007	2.626.367	21.815.995	24.442.362

(1) A posição passiva do *hedge* está apresentada como parte das rubricas "Outros passivos circulantes" e "Outros passivos não circulantes".

b) Mutação

	Controladora			Consolidado			
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Total	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	APR	Total
Saldos em 31.12.2024	2.508.001	9.345.513	11.853.514	13.843.280	9.804.369	487.287	24.134.936
Ingressos	297.392	4.086.014	4.383.406	809.250	4.086.014	-	4.895.264
Aquisição de subsidiárias	-	-	-	852.204	154.015	-	1.006.219
Juros	110.000	796.993	906.993	173.523	786.597	55.807	1.015.927
Variações monetárias	68.050	225.549	293.599	433.389	261.135	-	694.524
Juros e V.M. capitalizados	-	-	-	399.164	-	-	399.164
Variações cambiais	(131.339)	-	(131.339)	(131.339)	-	-	(131.339)
Ajuste a valor justo	40.226	342.431	382.657	40.226	342.431	-	382.657
Amortização de principal	-	(1.235.803)	(1.235.803)	(476.315)	(1.396.417)	-	(1.872.732)
Amortização de juros	(14.804)	(503.841)	(518.645)	(487.055)	(533.625)	(31.686)	(1.052.366)
Saldos em 30.09.2025	2.877.526	13.056.856	15.934.382	15.456.327	13.504.519	511.408	29.472.254

b.1) Principais transações realizadas em 2025

b.1.1) Debêntures em moeda nacional

b.1.1.1) Emissão de novas debêntures

Em 14.03.2025, ocorreu a liquidação financeira da 14ª emissão de debêntures simples pela controladora, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 séries, nos termos da Resolução CVM nº 160/2022, no montante total de R\$ 2.000.000 (R\$ 1.955.869, líquidos dos custos de emissão). A fim de proteger a totalidade dos fluxos de caixa futuros da emissão, a Companhia contratou operações de *swap* no período da liquidação, para ambas as séries. A operação de *swap* referente à Série 1 foi contratada com Banco Safra, enquanto para a série 2 foram contratadas 2 operações de *swap* juntos aos Bancos XP Investimentos e Santander, nos montantes de R\$ 812.500 e R\$ 187.500, respectivamente. Os recursos provenientes dessa emissão de debêntures serão destinados à execução do plano de investimentos da Companhia e à formação de capital de giro.

Debênture	Valor	Quantidade	Condições de pagamento	Vencimento	Principal	Juros
			Remuneração (a.a.)			
14ª Emissão – Série 1	1.000.000	1.000.000	14,3509% com <i>swap</i> para CDI - 0,29%	01.2032	2 parcelas anuais a partir de 01.2031	Anuais a partir de 01.2027
14ª Emissão – Série 2	1.000.000	1.000.000	IPCA + 7,5568% com <i>swap</i> para CDI -0,23%	01.2032	2 parcelas anuais a partir de 01.2031	Anuais a partir de 01.2027

Em 14.07.2025, ocorreu a liquidação financeira da 15ª emissão de debêntures simples pela Controladora, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 séries, nos termos da Resolução CVM nº 160/2022, no montante total de R\$ 2.200.000 (R\$ 2.130.145, líquidos dos custos de emissão). Esta emissão foi classificada como debêntures verdes, alinhada ao *Green Finance Framework* da Companhia e validada por parecer independente especializado (SPO). A fim de proteger a totalidade dos fluxos de caixa futuros da emissão, a Companhia contratou operações de *swap* no período da liquidação, para as séries 1 e 2. As operações de *swap* referentes às duas séries foram contratadas com o Banco Itaú, em montante equivalente ao valor de cada série. Os recursos provenientes dessa emissão de debêntures serão destinados à execução do plano de investimentos da Companhia e à formação de capital de giro.

Debênture	Valor	Quantidade	Condições de pagamento	Vencimento	Principal	Juros
			Remuneração (a.a.)			
15ª Emissão – Série 1	750.000	750.000	12,8775% com <i>swap</i> para CDI - 0,59%	06.2035	3 parcelas anuais a partir de 06.2033	Anuais a partir de 06.2027
15ª Emissão – Série 2	1.450.000	1.450.000	IPCA + 6,8555% com <i>swap</i> para CDI -0,73%	06.2035	2 parcelas anuais a partir de 06.2034	Anuais a partir de 06.2027

b.1.1.2) Ingresso por aquisição de subsidiárias

Em agosto de 2025, a Companhia concluiu aquisição da UHE Cachoeira Caldeirão que possui debêntures emitidas, sendo as principais condições contratuais descritas a seguir:

Empresa	Juros (a.a.)	Condições de pagamento		Ingresso	Covenants
		Vencimento	Principal e juros		
Cachoeira Caldeirão	IPCA + 7,2743%	06.2030	Semestral	154.015	ICSD ¹ ≥ 1,20 e ICP ² ≥ 20%

(1) Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida.

(2) Índice de Capitalização: Patrimônio líquido / Ativo total.

b.1.2) Financiamentos em moeda nacional

b.1.2.1) Liberação de financiamentos

Em maio de 2025, foi liberado o montante de R\$ 300.000 (R\$ 297.392, líquidos dos custos de captação) para a controladora, referente ao financiamento com o BNDES contratado em 2024. Além dessa liberação, na controladora, foi concedida a liberação no montante de R\$ 112.500 (sem deduções referentes a custos de captação) para as controladas indiretas Assu Sol 1, 2, 3, 5 e 8, referente ao restante da totalidade do valor dos créditos dos financiamentos com o BNB contratados em 2024. Os recursos destinados ao financiamento da construção do Conjunto Fotovoltaico Assu Sol.

Ainda em maio de 2025, foi liberado o montante de R\$ 406.995 (R\$ 399.358, líquidos dos custos de captação) para as controladas indiretas que compõem o Conjunto Eólico Santo Agostinho, referente ao financiamento com o BNDES contratado em 2021. Os recursos serão destinados ao financiamento da construção do Conjunto Eólico Santo Agostinho.

b.1.2.2) Ingresso por aquisição de subsidiárias

Em agosto de 2025, a Companhia concluiu a aquisição das UHEs Santo Antônio do Jari e Cachoeira Caldeirão. Estes ativos possuem financiamentos firmados com o BNDES, sendo as principais condições contratuais descritas a seguir:

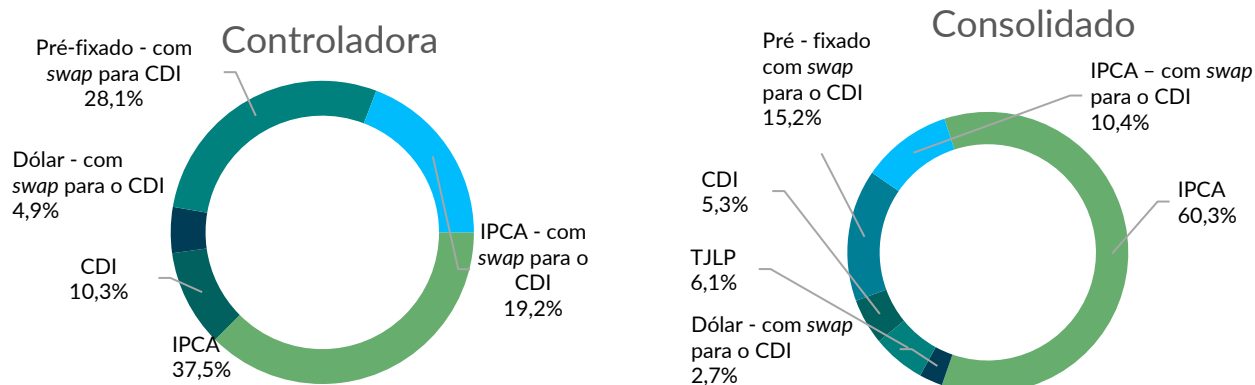
Empresa	Juros (a.a.)	Condições de pagamento		Ingresso	Covenants
		Vencimento	Principal e juros		
Cachoeira Caldeirão	TJLP + 2,1200%	10.2037	Mensal	534.317	ICSD ¹ ≥ 1,20 e ICP ² ≥ 20%
Jari	TJLP + 1,8600%	05.2031	Mensal	317.887	ICSD ¹ ≥ 1,20 e ICP ² ≥ 25%

(1) Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida.

(2) Índice de capitalização ou Índice de capital próprio: Patrimônio líquido / Ativo total.

c) Composição das dívidas por indexadores e moeda

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024
Empréstimos e Financiamentos				
Moeda nacional				
TJLP	-	-	1.783.892	994.475
IPCA	2.096.454	1.633.830	12.891.363	11.974.634
Moeda estrangeira – com hedge				
Dólar – com swap para o CDI	781.072	874.171	781.072	874.171
	2.877.526	2.508.001	15.456.327	13.843.280
Debêntures				
IPCA	3.874.836	4.923.676	4.907.195	5.910.218
CDI	1.639.410	1.536.252	1.054.714	1.008.566
IPCA – com swap para o CDI	3.057.820	575.402	3.057.820	575.402
PRE – com swap para o CDI	4.484.790	2.310.183	4.484.790	2.310.183
	13.056.856	9.345.513	13.504.519	9.804.369
Ações Preferenciais Resgatáveis				
CDI	-	-	511.408	487.287
	15.934.382	11.853.514	29.472.254	24.134.936



d) Vencimentos dos instrumentos de dívida apresentados no passivo não circulante

	Controladora				
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Instrumentos de dívida	Efeitos de hedge	Instrumentos de dívida líquidos de hedge
Outubro a dezembro de 2026	23.986	-	23.986	-	23.986
2027	96.434	1.023.025	1.119.459	57.838	1.177.297
2028	97.274	1.154.490	1.251.764	38.782	1.290.546
2029	98.193	1.176.529	1.274.722	23.006	1.297.728
2030	99.200	1.486.057	1.585.257	49.382	1.634.639
2031 a 2035	514.814	5.055.714	5.570.528	(27.687)	5.542.841
2036 a 2040	551.877	1.129.236	1.681.113	-	1.681.113
2041 a 2045	443.608	171.499	615.107	-	615.107
2046	95.487	116.097	211.584	-	211.584
Total	2.020.873	11.312.647	13.333.520	141.321	13.474.841

	Consolidado					
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	APR	Instrumentos de dívida	Efeitos de hedge	Instrumentos de dívida líquidos de hedge
Outubro a dezembro de 2026	208.050	187.269	12.065	407.384	-	407.384
2027	844.441	1.239.578	10.761	2.094.780	57.838	2.152.618
2028	867.008	1.200.898	28.261	2.096.167	38.782	2.134.949
2029	880.897	1.223.711	40.761	2.145.369	23.006	2.168.375
2030	893.473	1.530.724	50.761	2.474.958	49.382	2.524.340
2031 a 2035	4.371.725	5.160.509	335.840	9.868.074	(27.687)	9.840.387
2036 a 2040	3.646.341	1.129.236	-	4.775.577	-	4.775.577
2041 a 2045	2.066.421	171.499	-	2.237.920	-	2.237.920
2046 a 2047	100.420	116.097	-	216.517	-	216.517
Total	13.878.776	11.959.521	478.449	26.316.746	141.321	26.458.067

e) Compromissos contratuais (covenants)

Não houve alteração nos compromissos financeiros contratuais (covenants) quando comparados aos apresentados na Nota 14 – Instrumentos de dívida das demonstrações financeiras de 31.12.2024, exceto pelos efeitos da aquisição das UHEs Santo Antônio do Jari e Cachoeira Caldeirão em agosto de 2025. Os compromissos financeiros estabelecidos nos contratos de empréstimos e financiamentos não geraram inadimplemento pela Companhia e suas controladas. Os compromissos são apurados anualmente, conforme estabelecido nestes contratos, exceto os contratos da controladora, os quais são apurados trimestralmente.

NOTA 15. CONCESSÕES A PAGAR (Uso de Bem Público)

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024
Usina Hidrelétrica Cana Brava	3.094.246	3.158.133	3.094.246	3.158.133
Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra	1.424.099	1.509.346	1.424.099	1.509.346
Usina Hidrelétrica São Salvador	639.791	637.473	639.791	637.473
Usina Hidrelétrica Estreito	-	-	64.552	64.152
Usina Hidrelétrica Jari	-	-	35.773	-
Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão	-	-	15.579	-
	5.158.136	5.304.952	5.274.040	5.369.104
Classificação no balanço patrimonial				
Passivo circulante	823.280	789.209	836.217	796.725
Passivo não circulante	4.334.856	4.515.743	4.437.823	4.572.379
	5.158.136	5.304.952	5.274.040	5.369.104

b) Mutação das concessões a pagar

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31.12.2024	5.304.952	5.369.104
Ingresso por aquisição de subsidiária ¹	-	50.646
Atualização do valor presente	360.856	364.928
Variações monetárias	111.443	115.085
Amortizações	(619.115)	(625.723)
Saldos em 30.09.2025	5.158.136	5.274.040

(1) Os valores de ingresso por aquisição de subsidiária estão contidos na rubrica "Outros passivos" no quadro "d.2.3) Ativos Adquiridos" vide Nota 9 – Investimentos.

c) Vencimentos das concessões a pagar apresentadas no passivo não circulante

	Controladora	Consolidado
Outubro a dezembro 2026	194.644	204.513
2027	735.759	747.305
2028	671.472	682.072
2029	612.957	622.690
2030	559.580	568.496
2031 a 2035	1.479.202	1.507.861
2036 a 2048	81.242	104.886
Concessões a pagar	4.334.856	4.437.823

NOTA 16. OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

a) Composição

	Controladora e Consolidado					
	30.09.2025			31.12.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Obrigações contratadas	34.228	212.458	246.686	31.791	230.071	261.862
Contribuição e custo do serviço corrente	46	-	46	46	-	46
Déficit não contratado	2.839	-	2.839	447	1.906	2.353
Passivo atuarial registrado	37.113	212.458	249.571	32.284	231.977	264.261

As obrigações com benefícios de aposentadorias reconhecidas no balanço patrimonial estão parcialmente cobertas por obrigações contratadas e/ou reconhecidas por meio de instrumento de confissão de dívida e de termo de acordo firmados pela Companhia com as respectivas Fundações.

A expectativa de liquidação dos valores contratados apresentados no passivo não circulante é esta:

	Controladora e Consolidado
	PREVIG
Outubro a dezembro de 2026	8.626
2027	36.365
2028	38.444
2029	37.798
2030	20.569
2031 a 2035	70.656
	212.458

b) Mutação das obrigações com benefícios de aposentadoria

	Planos		GC	Total
	PREVIG BD-2	PREVIG BD-1		
Passivo registrado em 31.12.2024	261.862	46	2.353	264.261
Contribuição e custo do serviço corrente	-	-	147	147
Pagamentos de obrigações contratadas	(34.759)	-	(2.301)	(37.060)
Juros líquidos sobre passivo atuarial líquido	22.035	-	188	22.223
Passivo registrado em 30.09.2025	249.138	46	387	249.571

NOTA 17. PROVISÕES

a) Composição das provisões

A composição das contingências de riscos prováveis de desembolso futuro e das provisões de desmobilização de ativos de geração é esta:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024
Cíveis				
Desapropriações e servidões administrativas	23.924	22.564	59.045	39.209
Ambientais	27.825	24.284	27.825	24.284
Benefícios de aposentadoria	4.159	3.764	4.159	3.764
Ações diversas	5.053	6.039	58.727	11.567
	60.961	56.651	149.756	78.824
Fiscais				
ICMS sobre venda de energia elétrica	6.317	120.382	6.317	120.382
Ações diversas ¹	13.523	7.239	70.541	8.105
	19.840	127.621	76.858	128.487
Trabalhistas	32.222	30.623	32.547	30.843
Desmobilização de ativos de geração	-	-	412.302	366.094
	113.023	214.895	671.463	604.248
Classificação no balanço patrimonial				
Passivo circulante	5.531	5.531	5.835	5.819
Passivo não circulante	107.492	209.364	665.628	598.429
	113.023	214.895	671.463	604.248

(1) Ingresso de R\$ 50.199 conforme preço de aquisição de subsidiária. Maiores detalhes, vide o item d.2.1 da Nota 9 – Investimentos.

a.1) ICMS sobre venda interestadual de energia elétrica

O cliente, quando da aquisição de energia elétrica da Companhia em 2002, para industrialização (utilização no seu processo produtivo) em seu estabelecimento localizado no Rio Grande do Sul, entendeu que o ICMS não deveria incidir sobre a operação, tendo em vista as disposições constitucionais (alínea “b” do inciso X do parágrafo 2º do artigo 155 da Constituição Federal) e legais (artigos 2º, parágrafo 1º, inciso III, e 3º, inciso III, da Lei Complementar nº 87/1996) aplicadas à matéria, e manifestou sua intenção em questionar referido tributo.

Em novembro de 2005, cliente e Companhia, esta na qualidade de substituta tributária, assinaram termo de responsabilidade e reembolso, no qual o cliente expressamente ratificou e declarou ser o único responsável por todos e quaisquer pagamentos, débitos e passivos, incluindo acréscimos, encargos ou penalidades, referentes ao ICMS incidente na operação relativa à aquisição interestadual de energia da Companhia, obrigando-se a reembolsar a Companhia e mantê-la indene de qualquer valor eventualmente por ela incorrido.

Após consultas do cliente e da Companhia à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, a fiscalização estadual lavrou auto de lançamento constituindo o crédito tributário. Interpostos os recursos cabíveis na esfera administrativa, o auto de lançamento restou julgado procedente.

Por este motivo, em novembro de 2007 foi ajuizada ação ordinária para discutir o direito da Companhia em não submeter à incidência do ICMS as operações interestaduais de energia com o cliente, após o ajuizamento, em outubro de 2007, de medida cautelar preparatória, com pedido de liminar, visando à obtenção de Certidão Positiva com Efeito de Negativa de tributos administrados pela Secretaria da Fazenda, oferecendo-se, para tanto, bens em caução em valor suficiente para garantir o crédito tributário, requerendo-se, ainda, a não inclusão do nome da empresa nos registros do CADIN/RS.

Como garantia do crédito tributário a que se refere o processo, foram oferecidos em caução na medida cautelar imóveis que integram a unidade fabril do cliente no Rio Grande do Sul com respectivas construções civis, benfeitorias, máquinas e equipamentos, tendo sido avaliados e aceitos pelo Juízo.

Posteriormente, em 2012, houve o ajuizamento da execução fiscal pelo Estado do Rio Grande do Sul, sendo nela deferida a conversão da caução tomada nos autos da medida cautelar acima referida, em penhora. Assim, a execução fiscal restou suspensa até o julgamento definitivo da ação ordinária.

Após decisões desfavoráveis nas instâncias anteriores, vários recursos foram interpostos nas instâncias superiores, igualmente sem sucesso. Face às sucessivas decisões desfavoráveis, bem como à jurisprudência do STJ, os advogados, a Companhia e o cliente entenderam por bem reavaliar o risco do processo para provável. Ato contínuo, foi formalizado acordo de pagamento do débito e honorários sucumbenciais, perante o Estado do Rio Grande do Sul e sua Procuradoria Geral. Ressalta-se que tal procedimento e responsabilização da cliente encontra-se amparado pelo termo de responsabilidade e reembolso retro citado, bem como se encontra garantido por imóvel dela. Sendo assim, a provisão e o direito de reembolso, registrado na rubrica "Direito de reembolso de ICMS sobre venda de energia elétrica" foram reconhecidos simultaneamente e apresentados de forma líquida no resultado.

Em abril de 2025, mediante a adesão ao Programa Refaz Reconstrução do Rio Grande do Sul, o cliente e a Companhia, decidiram em comum acordo, realizar a quitação do débito principal, com desconto de 95% sobre multa e juros. Cabe ressaltar que a quitação diz respeito apenas ao débito principal de ICMS e seus acréscimos, e que os honorários sucumbenciais continuam sendo matéria do parcelamento vigente. Tal parcelamento vem sendo adimplido regularmente pelo cliente. Diante da comprovação de baixa definitiva do débito principal e acréscimos, a Companhia procedeu à baixa contábil do R\$ 120.382, mantendo apenas a provisão dos honorários no valor de R\$ 6.317.

b) Riscos possíveis e remotos

b.1) Riscos possíveis

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024
Fiscais	1.803.852	1.705.491	1.821.453	1.709.570
PIS/Cofins sobre reembolso de combustível	928.294	876.866	928.294	876.866
Contingências vinculadas a subsidiária alienada	647.417	603.499	647.417	603.499
Créditos extemporâneos de PIS/Cofins	97.740	91.238	97.740	91.238
Denúncia espontânea	13.797	13.398	13.797	13.398
Outros	116.604	120.490	134.205	124.569
Cíveis	58.873	54.182	140.394	132.753
Trabalhistas	177.112	6.230	177.297	6.308
	2.039.837	1.765.903	2.139.144	1.848.631

Exceto pela atualização do processo de natureza trabalhista, apresentado a seguir, nos nove meses de 2025 não houve atualizações significativas nos principais processos avaliados como sendo de risco possível, os quais estão apresentados na Nota 17 – Provisões e depósitos judiciais, das demonstrações financeiras de 31.12.2024.

b.1.1) Plano Benefício Definido

A Companhia é réu em um processo judicial movido por entidade representativa de assistidos do Plano de Benefícios PREVIG BD-2, gerido pela PREVIG e patrocinado pela Companhia. O processo tem como objetivo o reconhecimento judicial de que eventuais déficits apurados no referido plano de benefício sejam de responsabilidade exclusiva da patrocinadora, bem como a devolução dos valores já descontados dos assistidos representados pela autora. Em primeira instância, em dezembro de 2020, foi proferida sentença que julgou improcedentes os pedidos formulados pela autora, contudo, em julho de 2025, o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina deu provimento ao recurso de apelação interposto pela autora. Em outubro de 2025, foram julgados os embargos de declaração, sem alteração dos efeitos da decisão. Após julgamento favorável à autora, a Companhia alterou o respectivo risco do processo, originalmente categorizado como remoto para possível. O montante atualizado em 30.09.2025 era de R\$ 165.783.

b.2) Riscos remotos

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024
Fiscais	209.435	188.228	283.868	191.158
Cíveis	319.630	450.669	670.124	452.906
Trabalhistas	140.318	123.878	163.854	144.580
	669.383	762.775	1.117.846	788.644

NOTA 18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

a) Imposto de renda e contribuição social

a.1) Composição

Natureza	Controladora				
	30.09.2025				31.12.2024
	Base de cálculo	IR	CSLL	Total	Total
Passivo:					
Repactuação do risco hidrológico	1.785.031	446.258	160.653	606.911	650.401
Depreciação acelerada	997.915	249.479	89.812	339.291	334.493
Custo atribuído ao imobilizado (valor justo)	295.132	73.783	26.562	100.345	115.181
AVJ e AVM sobre debêntures	134.251	33.563	12.083	45.646	162.071
Venda no MAE (atual CCEE) não realizada	100.308	25.077	9.028	34.105	34.105
Encargos financeiros capitalizados	48.464	12.116	4.362	16.478	17.071
Ganhos não realizados em operações de <i>hedge</i>	16.415	4.104	1.477	5.581	16.226
Direito de reembolso de ICMS sobre venda de energia elétrica	6.317	1.579	569	2.148	40.930
Outros	232.426	58.107	20.918	79.025	82.300
		904.066	325.464	1.229.530	1.452.778
Ativo:					
Perdas não realizadas em operações de <i>hedge</i>	192.359	48.090	17.312	65.402	100.339
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	145.421	36.355	13.088	49.443	49.443
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	98.829	24.707	8.895	33.602	29.456
Ajuste a valor justo em combinação de negócios	87.512	21.878	7.876	29.754	33.705
Provisão de redução ao valor recuperável de ativos	48.894	12.224	4.400	16.624	16.624
Direito de reembolso de ICMS sobre venda de energia elétrica	6.317	1.579	569	2.148	40.930
Obrigações com benefícios de aposentadoria	2.809	702	253	955	809
Outros	100.089	25.022	9.007	34.029	33.101
		170.557	61.400	231.957	304.407
Valor líquido		733.509	264.064	997.573	1.148.371

Natureza	Consolidado				
	30.09.2025				31.12.2024
	Base de cálculo	IR	CSLL	Total	Total
Passivo:					
Remuneração do ativo financeiro de concessão	3.926.648	981.662	353.398	1.335.060	1.074.846
Receita/custo de construção de infraestrutura de transmissão	2.176.300	544.075	195.867	739.942	571.095
Repactuação do risco hidrológico	2.040.619	493.718	183.656	677.374	717.422
Apropriação dos encargos financeiros	1.303.882	325.971	117.349	443.320	318.910
Depreciação acelerada	1.360.392	306.639	122.435	429.074	414.293
Intangível de bonificação pela outorga	658.017	164.504	59.222	223.726	202.531
Custo atribuído ao imobilizado (valor justo)	295.132	73.783	26.562	100.345	115.181
Valor justo de direitos de projeto adquirido	211.691	52.923	19.052	71.975	74.380
AVJ e AVM sobre debêntures	134.251	33.563	12.083	45.646	162.071
Venda no MAE (atual CCEE) não realizada	100.308	25.077	9.028	34.105	34.105
Ganhos não realizados em operações de <i>hedge</i>	19.977	4.994	1.798	6.792	19.077
Direito de reembolso de ICMS sobre venda de energia elétrica	6.317	1.579	569	2.148	40.930
Outros	239.869	59.872	21.588	81.460	89.534
		3.068.360	1.122.607	4.190.967	3.834.375
Ativo:					
RBO	2.604.499	651.125	234.405	885.530	758.284
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	795.169	198.792	71.565	270.357	211.794
Perdas não realizados em operações de <i>hedge</i>	192.359	48.090	17.312	65.402	100.339
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	162.068	40.517	14.586	55.103	54.954
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	162.676	39.354	14.641	53.995	32.116
Custo de gestão de infraestrutura da usina	119.685	29.921	10.772	40.693	40.833
Ajuste a valor justo em combinação de negócios	87.512	21.878	7.876	29.754	33.705
Provisão de redução ao valor recuperável de ativos	48.894	12.224	4.400	16.624	16.624
Direito de reembolso de ICMS sobre venda de energia elétrica	6.317	1.579	569	2.148	40.930
Obrigações com benefícios de aposentadoria	2.809	702	253	955	809
Outros	132.459	33.115	11.922	45.037	44.784
		1.077.297	388.301	1.465.598	1.335.172
Valor líquido		1.991.063	734.306	2.725.369	2.499.203
Classificação no balanço patrimonial					
Passivo		2.068.734	762.267	2.831.001	2.519.353
Ativo ¹		(77.671)	(27.961)	(105.632)	(20.150)
Total		1.991.063	734.306	2.725.369	2.499.203

(1) Valor apresentado como parte da rubrica "Outros ativos não circulantes".

a.2) Mutação do imposto de renda e da contribuição social diferidos, líquidos

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31.12.2024	1.148.371	2.499.203
Aquisição de subsidiárias ¹	-	25.523
Impostos diferidos no resultado	(150.798)	200.643
Saldos em 30.09.2025	997.573	2.725.369

(1) Valor correspondente aos saldos de ingressos dos tributos diferidos das UHEs Santo Antônio do Jari e Cachoeira Caldeirão. Mais informações vide Nota 9 - Investimentos.

a.3) Expectativa de realização e exigibilidade

	Controladora		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Outubro a dezembro de 2025	18.075	17.687	41.334	38.630
2026	15.327	76.268	98.745	286.912
2027	61.731	73.802	134.881	262.386
2028	52.456	96.578	120.551	276.531
2029	23.815	101.942	92.340	272.516
2030 a 2032	19.829	401.324	194.173	811.024
2033 a 2035	21.913	269.785	230.418	602.928
2036 a 2038	4.906	68.010	153.833	285.069
2039 em diante	13.905	124.134	399.323	1.354.971
	231.957	1.229.530	1.465.598	4.190.967

b) Conciliação dos tributos no resultado

	Controladora							
	3º trimestre				Acumulado 9 meses			
	2025		2024		2025		2024	
	IR	CSLL	IR	CSLL	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes dos tributos	633.890	633.890	607.879	607.879	1.810.230	1.810.230	3.710.066	3.710.066
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Despesa às alíquotas nominais	(158.473)	(57.050)	(151.970)	(54.709)	(452.558)	(162.921)	(927.517)	(333.906)
Diferenças permanentes								
Equivalência patrimonial	209.568	75.445	186.915	67.289	575.974	207.351	557.917	200.850
Incentivos fiscais ¹	211	-	(11.153)	-	492	-	(9.530)	-
Outros	(17.358)	(5.827)	10.844	(48)	(10.197)	(2.981)	13.437	(881)
	33.948	12.568	34.636	12.532	113.711	41.449	(365.693)	(133.937)
Composição dos tributos no resultado								
Corrente	9.686	3.768	11.951	4.299	2.975	1.387	(351.542)	(129.040)
Diferido	24.262	8.800	22.685	8.233	110.736	40.062	(14.151)	(4.897)
	33.948	12.568	34.636	12.532	113.711	41.449	(365.693)	(133.937)
Alíquota efetiva²	-5,4%	-2,0%	-5,7%	-2,1%	-6,3%	-2,3%	9,9%	3,6%

(1) O incentivo fiscal da redução de imposto de renda, para empreendimentos construídos em região incentivada, é reconhecido como redutor da despesa de imposto de renda e transferido da rubrica "Lucros acumulados" para "Reserva de incentivos fiscais", no patrimônio líquido.

(2) A variação da alíquota efetiva se deve, substancialmente, pelas alienações societárias realizadas no ano de 2024, assim como pela realização do diferido por meio da alienação, em 2025, de ativo regulatório associado ao período de extensão compensatória do Consórcio UHE Machadinho, com uma das consorciadas.

	Consolidado							
	3º trimestre				Acumulado 9 meses			
	2025		2024		2025		2024	
	IR	CSLL	IR	CSLL	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes dos tributos	960.892	960.892	894.954	894.954	2.793.767	2.793.767	4.467.904	4.467.904
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Despesa às alíquotas nominais	(240.223)	(86.480)	(223.739)	(80.546)	(698.442)	(251.439)	(1.116.976)	(402.111)
Diferenças permanentes								
Equivalência patrimonial	41.518	14.947	45.405	16.346	132.971	47.870	123.896	44.602
Incentivos fiscais ¹	12.472	-	3.570	-	49.326	-	43.844	-
Variação entre bases do lucro real e presumido	23.339	7.021	25.165	9.059	68.571	20.484	130.246	46.888
Outros	5.525	(896)	(18.297)	(14.119)	(21.305)	(9.883)	(81.594)	(43.602)
	(157.369)	(65.408)	(167.896)	(69.260)	(468.879)	(192.968)	(900.584)	(354.223)

Composição dos tributos no resultado

Corrente	(118.909)	(49.329)	(134.715)	(57.382)	(319.157)	(142.047)	(713.993)	(287.249)
Diferido	(38.460)	(16.079)	(33.181)	(11.878)	(149.722)	(50.921)	(186.591)	(66.974)
	(157.369)	(65.408)	(167.896)	(69.260)	(468.879)	(192.968)	(900.584)	(354.223)
Alíquota efetiva ²	16,4%	6,8%	18,8%	7,7%	16,8%	6,9%	20,2%	7,9%

(1) O incentivo fiscal da redução de imposto de renda, para empreendimentos construídos em região incentivada, é reconhecido como redutor da despesa de imposto de renda e transferido da rubrica "Lucros acumulados" para "Reserva de incentivos fiscais", no patrimônio líquido. Em 2024, a controlada Companhia Energética Estreito obteve junto ao órgão competente a aprovação da renovação do benefício SUDENE, para o período de 01.01.2024 a 31.12.2033.

(2) A variação da alíquota efetiva se deve, substancialmente, pelas alienações societárias realizadas no ano de 2024, assim como pela realização do diferido por meio da alienação, em 2025, de ativo regulatório associado ao período de extensão compensatória do Consórcio UHE Machadinho, com uma das consorciadas.

NOTA 19. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024
Ressarcimentos às distribuidoras	-	-	491.753	417.217
Fornecedores ¹	67.553	61.191	376.006	332.126
Adiantamento de clientes	-	-	261.110	298.330
Instrumentos financeiros derivativos - <i>hedge</i> ²	243.764	362.731	244.230	362.731
Obrigações vinculadas	30.086	-	60.350	30.932
Obrigações com programa de P&D	12.521	9.667	40.155	29.799
Dividendos e JCP não reclamados	6.084	14.092	6.265	14.273
Outras contas a pagar	32.095	26.759	119.798	126.679
	392.103	474.440	1.599.667	1.612.087
Classificação no balanço patrimonial				
Passivo circulante	100.991	51.580	604.575	496.338
Passivo não circulante	291.112	422.860	995.092	1.115.749
	392.103	474.440	1.599.667	1.612.087

(1) Mais informações vide Nota 12 - Fornecedores.

(2) Mais informações vide Nota 13 - Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros.

a) Ressarcimentos às distribuidoras

A Companhia apresenta em seu passivo montante relativo ao mecanismo de ressarcimento previsto nos contratos de energia elétrica firmados no ACR das Usinas pertencentes aos Conjuntos Eólicos Trairí, Campo Largo e Umburanas – Fase I, Assú V e dos Conjuntos Fotovoltaicos Paracatu, Floresta e ENGIE Energia Solar I. Estes contratos preveem o pagamento por parte das distribuidoras de uma receita fixa, independente da geração verificada mês a mês, e posterior ressarcimento por parte da Companhia. Em 30.09.2025, as movimentações decorrem do reconhecimento de novos montantes de ressarcimento às distribuidoras, os quais foram atenuados pela realização de saldos de ressarcimento de exercícios anteriores.

b) Obrigações vinculadas

A Companhia, por meio de suas controladas, mantinha registrados os seguintes montantes:

	Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024
Vinculadas à aquisição de subsidiárias		
Solaredirect	19.800	19.800
UHE Santo Antônio do Jari	30.086	-
	49.886	19.800
Vinculadas à aquisição dos direitos de desenvolvimento de projetos		
Conjunto Eólico Serra do Assuruá	5.513	5.860
Conjunto Eólico Santo Agostinho	3.166	3.054
Conjunto Fotovoltaico Assú Sol	1.785	2.218
	10.464	11.132
	60.350	30.932

A Companhia registrou o montante de R\$ 30.086 referente à parcela contingente em decorrência de primeira revisão ordinária da garantia física da UHE Santo Antônio do Jari, cuja aquisição foi concluída em 13.08.2025. A referida revisão da garantia física da usina está prevista para ocorrer em 2027, conforme cronograma regulatório aplicável. Mais informações vide Nota 9 – Investimentos.

c) Autoprodução por equiparação

Em fevereiro, março e maio de 2025, a EBE concluiu a venda de ações ordinárias da Assuruá Participações I S.A., Assuruá Participações II S.A. e Assuruá Participações III S.A, respectivamente. As transações têm por objetivo a comercialização de energia na modalidade de autoprodução. Essas transações permitem que o detentor das ações ordinárias adquira energia com isenção tarifária até o limite de sua participação na SPE. Para fins de reconhecimento, a venda se trata de um instrumento com opção de recompra, o CPC 39 (IAS 32) item 16A determina que tal instrumento seja classificado como passivo financeiro e não como item de patrimônio, assim não se espera impacto nos Investimentos, o respectivo passivo foi contabilizado na rubrica “Outros passivos não circulantes”.

NOTA 20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 7.000.000, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária. Conforme o regulamento de listagem do Novo Mercado da B3, a Companhia não poderá emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias.

A Companhia não possui ações em tesouraria e não efetuou transação envolvendo compra e venda de ações de sua emissão nos períodos findos em 30.09.2025 e 31.12.2024.

b) Capital social subscrito e integralizado

O capital social da Companhia, em 30.09.2025 e 31.12.2024, era R\$ 4.902.648, totalmente subscrito e integralizado, representado por 815.927.740 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

O valor patrimonial da ação em reais, em 30.09.2025, era de R\$ 15,08 (R\$ 13,81 por ação em 31.12.2024).

O quadro societário da Companhia, em 30.09.2025 e 31.12.2024, era este:

Acionistas	30.09.2025 / 31.12.2024	
	Lote de ações ordinárias	Participação no capital
ENGIE Brasil Participações Ltda.	560.640.791	68,71%
Banco Clássico S.A.	80.425.026	9,86%
Demais acionistas	174.861.923	21,43%
	815.927.740	100,00%

Em 30.09.2025 o Conselho de Administração, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal detinham a quantidade de 64.738 ações da Companhia (50.122 em 31.12.2024).

c) Reservas de capital

Em 16.03.2022, após o cumprimento das condições precedentes previstas em contrato, foi concluída a operação de aquisição de 100% das ações da ENGIE Solar e da Solairedirect, empresa anteriormente detentora dos Conjuntos Fotovoltaicos Paracatu e Floresta. A operação resultou no registro do montante de R\$ 176.543 em reservas de capital, correspondentes à diferença entre o valor da contraprestação transferida e o valor contábil dos ativos e passivos transferidos.

d) Ajustes de avaliação patrimonial

d.1) Custo atribuído

Conforme previsto nas normas contábeis, a Companhia reconheceu o ajuste do valor justo do ativo imobilizado na data da adoção inicial dos CPC, em 01.01.2009. A contrapartida do referido ajuste, líquido do imposto de renda e da contribuição social diferidos, foi registrada na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido. A realização dessa reserva é registrada em contrapartida da conta "Lucros acumulados", na medida em que a depreciação ou a baixa do ajuste a valor justo do imobilizado são reconhecidas no resultado da Companhia.

d.2) Outros resultados abrangentes

A conta registra as variações dos valores justos, líquidos do imposto de renda e da contribuição social diferidos das seguintes transações: (i) obrigações com os benefícios de aposentadoria dos planos de benefícios definidos patrocinados pela Companhia; (ii) efeitos de mudança de participação oriunda da incorporação da Aliança pela controlada em conjunto TAG; (iii) *hedges* de fluxo de caixa sobre empréstimos/financiamentos e debêntures em moeda estrangeira firmados, pelo Conjunto Eólico Serra do Assuruá e pelo Conjunto Fotovoltaico Assú Sol; e (iv) efeitos de outros resultados abrangentes de participação em controlada em conjunto pela TAG.

NOTA 21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	Controladora			
	3º trimestre		Acumulado 9 meses	
	2025	2024	2025	2024
Receita operacional bruta				
Ambiente de Contratação Regulado ¹	720.427	747.200	2.291.023	2.173.848
Ambiente de Contratação Livre ²	562.329	472.937	2.296.935	1.287.018
Transações de energia no mercado de curto prazo	108.850	35.183	136.201	149.227
Outras receitas	22.055	19.860	68.232	62.400
	1.413.661	1.275.180	4.792.391	3.672.493
Deduções da receita operacional				
PIS e Cofins	(128.920)	(111.941)	(428.954)	(321.596)
Pesquisa e desenvolvimento	(7.229)	(5.220)	(24.182)	(23.639)
ICMS	(5.830)	(5.268)	(17.396)	(15.315)
ISSQN	(1.052)	(985)	(3.034)	(2.935)
	(143.031)	(123.414)	(473.566)	(363.485)
Receita operacional líquida	1.270.630	1.151.766	4.318.825	3.309.008

(1) Distribuidoras de energia elétrica.

(2) Consumidores livres e comercializadoras de energia elétrica.

	Consolidado			
	3º trimestre		Acumulado 9 meses	
	2025	2024	2025	2024
Receita operacional bruta				
Ambiente de Contratação Regulado ¹	1.143.484	1.066.234	3.459.823	3.277.298
Ambiente de Contratação Livre ²	1.250.847	1.057.229	3.415.031	3.114.440
Transações de energia no mercado de curto prazo	224.829	82.930	346.924	329.215
Operações de <i>trading</i>	166.258	86.128	290.582	204.906
Serviços prestados	72.993	68.025	223.396	195.029
Indenizações	2.565	7.409	3.431	269.105
Outras receitas	21.821	7.538	51.988	24.430
	2.882.797	2.375.493	7.791.175	7.414.423
Deduções da receita operacional				
PIS e Cofins	(252.667)	(202.297)	(669.297)	(605.777)
Pesquisa e desenvolvimento	(12.132)	(8.867)	(37.086)	(34.832)
ICMS	(6.482)	(5.268)	(18.049)	(15.315)
ISSQN	(1.130)	(985)	(3.138)	(2.935)
	(272.411)	(217.417)	(727.570)	(658.859)
Outras				
Receita de construção de infraestrutura de transmissão	385.670	65.946	1.196.147	147.962
Remuneração de ativo de contrato	235.125	203.827	799.418	679.251
Remuneração de ativo financeiro de concessão	112.075	109.000	383.276	364.952
	732.870	378.773	2.378.841	1.192.165
Receita operacional líquida	3.343.256	2.536.849	9.442.446	7.947.729

(1) Distribuidoras de energia elétrica.

(2) Consumidores livres e comercializadoras de energia elétrica.

NOTA 22. DETALHAMENTO DOS GASTOS OPERACIONAIS POR NATUREZA

a) Custos operacionais

	Controladora			
	3º trimestre		Acumulado 9 meses	
	2025	2024	2025	2024
Compras de energia ¹	473.014	423.844	1.634.852	657.953
Encargos de uso de rede elétrica e de conexão	104.765	107.462	319.149	332.624
Depreciação e amortização	96.765	95.918	288.932	287.711
Pessoal	43.444	49.510	147.733	149.610
Transações no mercado de energia de curto prazo ¹	4.985	5.788	122.297	17.123
<i>Royalties</i>	39.764	47.291	98.613	140.260
Materiais e serviços de terceiros	32.074	27.171	89.078	69.467
Seguros	15.524	11.455	40.867	33.385
Outros	2.606	12.450	24.561	30.542
	812.941	780.889	2.766.082	1.718.675
Classificação no resultado				
Custos operacionais	804.784	772.231	2.740.766	1.694.238
Custo dos serviços prestados	8.157	8.658	25.316	24.437
	812.941	780.889	2.766.082	1.718.675

	Consolidado			
	3º trimestre		Acumulado 9 meses	
	2025	2024	2025	2024
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	343.975	71.480	1.131.334	145.906
Depreciação e amortização	345.124	262.700	975.794	752.552
Compras de energia ¹	387.907	393.916	909.414	1.117.158
Encargos de uso de rede elétrica e de conexão	207.791	175.811	591.554	524.575
Materiais e serviços de terceiros	149.637	121.129	412.398	319.074
Transações no mercado de energia de curto prazo ¹	137.119	16.096	303.080	53.808
Pessoal	74.014	64.712	208.089	189.912
Royalties	53.133	57.916	123.046	171.256
Seguros	44.374	30.737	115.708	85.813
Outros	103.169	38.788	106.093	77.047
	1.846.243	1.233.285	4.876.510	3.437.101
Classificação no resultado				
Custos operacionais	1.838.099	1.224.619	4.851.170	3.412.447
Custo dos serviços prestados	8.144	8.666	25.340	24.654
	1.846.243	1.233.285	4.876.510	3.437.101

(1) Para maiores informações vide item "a.1" abaixo.

a.1) Compras de energia

	Controladora			
	3º trimestre		Acumulado 9 meses	
	2025	2024	2025	2024
Compras de energia				
Compras de energia para gerenciamento do portfólio	473.014	423.844	1.634.852	657.953
	473.014	423.844	1.634.852	657.953
Transações no mercado de energia de curto prazo				
Compras no mercado de curto prazo	4.985	5.788	122.297	17.123
	4.985	5.788	122.297	17.123

	Consolidado			
	3º trimestre		Acumulado 9 meses	
	2025	2024	2025	2024
Compras de energia				
Compras de energia para gerenciamento do portfólio	238.454	314.728	647.330	921.398
Operações de <i>trading</i>	149.717	83.028	259.639	186.517
Perdas não realizadas em operações de <i>trading</i>	(264)	(3.840)	2.445	9.243
	387.907	393.916	909.414	1.117.158
Transações no mercado de energia de curto prazo				
Compras no mercado de curto prazo	137.119	16.096	303.080	53.808
	137.119	16.096	303.080	53.808

b) Despesas com vendas, gerais e administrativas

	Controladora			
	3º trimestre		Acumulado 9 meses	
	2025	2024	2025	2024
Pessoal e administradores	50.810	51.814	162.876	150.257
Materiais e serviços de terceiros	57.751	46.895	119.769	127.999
Depreciação e amortização	10.782	9.747	32.248	30.479
Propaganda e publicidade	5.739	7.051	16.726	16.118
Contribuições e doações	843	1.136	3.886	4.381
Seguros	1.164	342	1.525	1.000
Outros	3.720	7.195	16.326	14.534
	130.809	124.180	353.356	344.768

Classificação no resultado

Despesas com vendas	12.070	13.712	39.093	35.974
Despesas gerais e administrativas	118.739	110.468	314.263	308.794
	130.809	124.180	353.356	344.768

	Consolidado			
	3º trimestre		Acumulado 9 meses	
	2025	2024	2025	2024
Pessoal e administradores	53.218	51.984	169.341	150.738
Materiais e serviços de terceiros	60.820	49.925	129.422	136.258
Depreciação e amortização	10.913	9.843	32.537	30.772
Propaganda e publicidade	5.739	7.051	16.726	16.118
Contribuições e doações	2.401	3.250	9.098	9.181
Seguros	1.352	372	1.723	1.070
Outros	5.931	7.938	20.737	16.603
	140.374	130.363	379.584	360.740

Classificação no resultado

Despesas com vendas	15.607	15.879	52.013	43.146
Despesas gerais e administrativas	124.767	114.484	327.571	317.594
	140.374	130.363	379.584	360.740

NOTA 23. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora			
	3º trimestre		Acumulado 9 meses	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	77.759	61.997	198.480	245.204
Renda de depósitos vinculados	1.272	828	3.592	2.411
Juros e variação monetária sobre:				
Alienação de subsidiária	5.159	4.935	14.465	14.625
Créditos e contas a receber	2.890	6.375	9.193	6.927
Depósitos judiciais	4.026	991	6.728	19.329
Outras receitas financeiras	1.294	521	13.112	4.442
	92.400	75.647	245.570	292.938
Despesas financeiras				
Juros e variação monetária sobre:				
Instrumentos de dívida	410.521	240.147	1.200.592	676.549
Hedge de valor justo sobre instrumentos de dívida	85.820	23.529	154.251	90.822
Obrigações com benefícios de aposentadoria	4.229	8.048	22.223	24.659
Provisões	2.957	3.217	10.474	(4.448)
Outros	1.525	1.460	4.774	17.706
Variação cambial sobre:				
Instrumentos de dívida	(20.734)	(21.991)	(131.339)	138.173
Hedge sobre instrumentos de dívida	20.734	21.991	131.339	(138.173)
Ajuste a valor justo	432	11.558	105.168	43.465
Outras despesas financeiras	1.579	2.458	3.461	4.655
	507.063	290.417	1.500.943	853.408
Despesas de concessões a pagar (Uso de Bem Público)	126.496	172.595	472.299	529.410
Resultado financeiro	541.159	387.365	1.727.672	1.089.880

	Consolidado			
	3º trimestre		Acumulado 9 meses	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	178.431	107.346	450.241	400.305
Renda de depósitos vinculados	17.897	10.127	42.994	26.879
Juros e variação monetária sobre:				
Alienação de subsidiária	5.159	4.935	14.465	14.625
Créditos e contas a receber	3.952	10.274	17.254	12.908
Depósitos judiciais	9.177	1.061	12.963	19.856
Outras receitas financeiras	5.734	(1.138)	38.420	14.224
	220.350	132.605	576.337	488.797
Despesas financeiras				
Juros e variação monetária sobre:				
Instrumentos de dívida	533.565	372.835	1.710.451	1.238.828
Hedge de valor justo sobre instrumentos de dívida	85.820	23.529	154.251	90.822
Provisões	9.083	8.048	32.316	24.659
Obrigações com benefícios de aposentadoria	4.229	3.861	22.223	9.247
Outros	14.107	11.150	35.384	41.664
Variação cambial sobre:				
Instrumentos de dívida	(20.734)	(21.991)	(131.339)	138.173
Hedge sobre instrumentos de dívida	20.734	21.991	131.339	(138.173)
Ajuste a valor justo	432	11.558	105.168	43.465
Outras despesas financeiras	10.436	14.255	32.891	32.722
	657.672	445.236	2.092.684	1.481.407
Despesas de concessões a pagar (Uso de Bem Público)	129.168	174.576	480.013	536.267
Resultado financeiro	566.490	487.207	1.996.360	1.528.877

NOTA 24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui transações com partes relacionadas, cujas informações mais detalhadas podem ser observadas na Nota 25 – Transações com partes relacionadas das demonstrações financeiras de 31.12.2024. As principais transações são estas:

- Compra e venda de energia;
- Operação e manutenção;
- Serviços administrativos e financeiros;
- Garantias; e
- Avais e fianças.

Não houve alteração significativa nas transações com partes relacionadas no período de nove meses findo em 30.09.2025.

a) Valores reconhecidos em contas patrimoniais

a.1) Controladora

	ATIVO			PASSIVO			
	Contas a receber		Dividendos	Fornecedor		JCP / dividendos	Debêntures ¹
	Energia	Serviços e outros ativos		Energia	Outros		
30.09.2025							
EBC	203.042	47	-	-	-	-	-
EBV	17.868	16	2.132	114.541	-	-	-
ECP e controladas	2.656	13.823	141.969	4.502	8	-	584.695
ENGIE Trading	-	422	-	160	-	-	-
CEE	-	766	-	-	-	-	-
Jaguara	6.494	-	219.270	20.100	-	-	-
ETP II e controladas	-	734	22.942	-	23	-	-
TAG	-	3	-	-	-	-	-
Miranda	3.592	-	-	11.557	-	-	-
Itasa	-	250	-	26.110	-	-	-
ENGIE Participações	-	13	-	-	3.750	985.990	-
Outras	1	3.645	-	3.537	9.283	-	-
Total	233.653	19.719	386.313	180.507	13.064	985.990	584.695
31.12.2024	128.395	16.562	1.283.421	166.229	3.988	1.039.214	527.690

(1) Saldo composto por principal e encargos.

a.2) Consolidado

	ATIVO	PASSIVO
	Contas a receber	Fornecedor
	Serviços e outros ativos	Outros
30.09.2025		
Solairedirect Holding Brasil	257	-
ENGIE S.A	24	-
TAG	3	-
Solairedirect Investment	-	19.800
ENGIE Renouvelables SAS	-	8.910
Engie Brasil Participações	13	3.750
Tractebel Engineering	-	372
ENGIE Brasil Soluções Participações	1.040	-
Outras	471	-
Total	1.808	32.832
31.12.2024	656	23.444

b) Valores reconhecidos em contas de resultado

b.1) Controladora

	Receita			Custo	Custos e Despesas	Despesas financeiras
	Venda de energia	Serviços de O&M	Serviços de administração	Compra de energia	Serviços de terceiros	
3º trimestre de 2025						
EBC	419.069	-	143	-	-	-
ECV	-	-	48	298.906	-	-
ECP e controladas	17.744	-	3.872	31.386	-	21.697
Jaguara	19.011	-	-	56.558	-	-
CEE	19.164	893	136	-	-	-
Miranda	10.810	-	-	32.602	-	-
ENGIE Trading	-	-	143	456	-	-
Itasa	-	7.986	-	40.537	-	-
Outras	(89)	6.536	340	9.996	981	-
Total	485.709	15.415	4.682	470.441	981	21.697
3º trimestre de 2024	389.832	14.487	3.736	423.771	373	-

	Receita			Custo	Custos e Despesas	Despesas Financeiras
	Venda de energia	Serviços de O&M	Serviços de administração	Compra de energia	Serviços de terceiros	
Acumulado 9 meses de 2025						
EBC	1.635.531	-	428	-	-	-
ECV	161.657	-	144	1.236.550	-	-
ECP e controladas	55.273	-	8.459	33.252	-	57.010
CEE	32.490	6.254	409	-	-	-
Jaguara	30.876	-	-	139.589	-	-
Miranda	16.887	-	-	80.881	-	-
ENGIE Trading	2.889	-	428	1.424	-	-
Itasa	-	23.538	-	136.631	-	-
Outras	10.199	14.552	2.571	18.072	13.234	-
Total	1.945.802	44.344	12.439	1.646.399	13.234	57.010
Acumulado 9 meses de 2024	1.005.012	43.376	10.884	675.361	1.274	-

As transações com partes relacionadas compreendem, principalmente: (i) compra e venda de energia; (ii) serviços de operação e de manutenção de usinas; (iii) prestação de serviços administrativos e (iv) garantias concedidas a terceiros.

b.2) Consolidado

	3º trimestre		Acumulado 9 meses	
	Custo	Custos e Despesas	Custo	Custos e Despesas
	Compra de energia	Serviços de terceiros	Compra de energia	Serviços de terceiros
2025				
Jirau Energia	5.870	-	14.294	-
Geramamoré Participações	73.513	-	73.741	-
ENGIE S.A	-	4.152	-	4.152
ENGIE Renouvelables SAS ¹	-	(3.814)	-	7.647
Engie Brasil Participações	-	3.750	-	11.250
Tractebel Engineering	-	857	-	2.108
Total	79.383	4.945	88.035	25.157
2024	10.704	519	18.828	1.860

(1) No 3º trimestre de 2025, a Companhia reverteu provisões de custos de serviços de terceiros com a ENGIE Renouvelables SAS em valores superiores aos realizados no período.

c) Remuneração das pessoas chaves da Administração e do Conselho Fiscal

As remunerações relacionadas às pessoas chave da Administração, composta por Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Comitê de Auditoria Estatutário, e do Conselho Fiscal, foi aprovada em AGO, realizadas nos dias 25.04.2025 e 25.04.2024, respectivamente. Os montantes reconhecidos nos períodos foram:

	3º trimestre		Acumulado 9 meses	
	2025	2024	2025	2024
Remuneração fixa	4.281	4.749	14.613	14.374
Remuneração variável	3.686	3.032	7.263	7.640
Encargos sociais	1.327	1.237	5.879	4.041
Outros	678	503	1.902	1.872
	9.972	9.521	29.657	27.927

Os administradores não possuem remuneração baseada em ações da ENGIE Brasil Energia. Ademais, o pessoal-chave da Administração da Companhia não detém controle sobre partes relacionadas da entidade, bem como não realiza transações relevantes neste âmbito.

NOTA 25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento referentes aos trimestres findos em 30 de setembro de 2025 e 2024 estão apresentadas de forma consolidada nas tabelas a seguir:

	3º trimestre de 2025				
	Energia elétrica			Transporte	Consolidado
	Geração	Transmissão	Trading	de gás	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.549.655	642.836	150.765	-	3.343.256
Custos operacionais	(1.318.870)	(377.919)	(149.454)	-	(1.846.243)
LUCRO BRUTO	1.230.785	264.917	1.311	-	1.497.013
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(133.370)	(4.755)	(2.249)	-	(140.374)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(6.320)	240	-	-	(6.080)
Alienação de subsidiária	10.740	-	-	-	10.740
	(128.950)	(4.515)	(2.249)	-	(135.714)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	166.073	166.073
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	1.101.835	260.402	(938)	166.073	1.527.372

	3º trimestre de 2024				
	Energia elétrica			Transporte	Consolidado
	Geração	Transmissão	Trading	de gás	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.167.255	290.639	78.955	-	2.536.849
Custos operacionais	(1.061.671)	(92.425)	(79.189)	-	(1.233.285)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	1.105.584	198.214	(234)	-	1.303.564
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(122.219)	(6.803)	(1.341)	-	(130.363)
Outras receitas operacionais, líquidas	2.461	25.476	-	-	27.937
Alienação de participação societária em controlada em conjunto	-	-	-	(597)	(597)
	(119.758)	18.673	(1.341)	(597)	(103.023)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	181.620	181.620
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	985.826	216.887	(1.575)	181.023	1.382.161

Acumulado 9 meses findos em 30.09.2025					
	Energia elétrica			Transporte	Consolidado
	Geração	Transmissão	Trading	de gás	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	7.105.373	2.073.335	263.738	-	9.442.446
Custos operacionais	(3.412.851)	(1.201.574)	(262.085)	-	(4.876.510)
LUCRO BRUTO	3.692.522	871.761	1.653	-	4.565.936
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(359.950)	(13.688)	(5.946)	-	(379.584)
Outras receitas operacionais, líquidas	11.818	39.754	-	-	51.572
Alienação de subsidiária	20.309	-	-	-	20.309
	(327.823)	26.066	(5.946)	-	(307.703)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	531.884	531.884
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	3.364.699	897.827	(4.293)	531.884	4.790.117

Acumulado 9 meses findos em 30.09.2024					
	Energia elétrica			Transporte	Consolidado
	Geração	Transmissão	Trading	de gás	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	6.873.509	886.019	188.201	-	7.947.729
Custos operacionais	(3.042.518)	(198.822)	(195.761)	-	(3.437.101)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	3.830.991	687.197	(7.560)	-	4.510.628
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(332.047)	(24.591)	(4.102)	-	(360.740)
Reversão de <i>impairment</i>	30.957	-	-	-	30.957
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(32.647)	26.054	(7)	-	(6.600)
Alienação de participação societária em controlada em conjunto	-	-	-	1.336.133	1.336.133
Alienação de subsidiária	(9.180)	-	-	-	(9.180)
	(342.917)	1.463	(4.109)	1.336.133	990.570
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	495.583	495.583
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	3.488.074	688.660	(11.669)	1.831.716	5.996.781

NOTA 26. SEGUROS

a) Riscos operacionais e lucros cessantes

A Companhia é participante da apólice de seguro Danos Materiais e Lucros Cessantes – PDBI – do programa de seguros corporativos de sua controladora ENGIE. A vigência da apólice do PDBI vai até 31.05.2026, os valores em risco cobertos são de R\$ 23.451.129 na controladora e de R\$ 55.984.741 no consolidado, a saber:

Tipo de usina	Controladora		Consolidado	
	Danos materiais	Lucros cessantes	Danos materiais	Lucros cessantes
Usinas hidrelétricas	19.437.648	3.889.572	30.609.654	5.043.612
Usinas Complementares (eólica, biomassa, solar e PCH)	121.872	2.037	15.827.110	3.800.909
Sistemas de Transmissão	-	-	703.456	-
	19.559.520	3.891.609	47.140.220	8.844.521

Em 13.08.2025, foi concluída a aquisição, pela Companhia, das UHEs Santo Antônio do Jari e Cachoeira Caldeirão. Nesta data, as usinas passaram a integrar a apólice de Danos Materiais e Lucros Cessantes da Companhia.

O limite máximo combinado para indenização de danos materiais e lucros cessantes é de R\$ 3.814.860, por evento.

b) Riscos de engenharia

A Companhia mantém contratada apólice de seguro para o Conjunto Eólico Serra do Assuruá, Conjunto Fotovoltaico Assu Sol e Sistema de Transmissão Asa Branca, cujos limites para danos materiais são de, respectivamente, R\$ 1.000.000, R\$ 3.033.960 e R\$ 500.000.

c) Outras coberturas

A Companhia possui seguros para cobertura de riscos em transportes nacionais e internacionais, responsabilidade civil de conselheiros, de diretores e de administradores, violência política e terrorismo, *cyber*, extensivos às suas controladas, bem como seguro de vida em grupo para os seus empregados e diretores.

NOTA 27. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui contratos de longo prazo, cujas informações mais detalhadas podem ser observadas na Nota 28 – Compromissos de longo prazo das demonstrações financeiras de 31.12.2024.

Os principais compromissos de longo prazo da Companhia são estes:

- Contratos de utilização do sistema;
- Contratos de operação e manutenção;
- Contratos de aquisição e construção de usinas e sistemas de transmissão;
- Contratos de modernização e desenvolvimento;
- Contratos de repactuação do risco hidrológico;
- Contratos bilaterais de compra e venda de energia elétrica.

No primeiro e terceiro trimestre de 2025 o contrato de fornecimento dos módulos fotovoltaicos para o projeto do Conjunto Fotovoltaico Assú Sol foi aditivado. O primeiro termo aditivo foi assinado em 28.02.2025, com acréscimo de R\$ 6.495 ao valor original do contrato, totalizando R\$ 864.843. Posteriormente, em 17.09.2025, foi celebrado um segundo termo aditivo, no valor de R\$ 14.320, elevando o montante atualizado do contrato para R\$ 879.163.

Em 25.04.2025 a Companhia assinou o termo aditivo do contrato de fornecimento de rastreadores de módulos fotovoltaicos (*trackers*) para a implantação do mesmo projeto, o que gerou um aumento de R\$ 3.151, totalizando o montante atualizado em R\$ 462.999. A entrada em operação comercial integral está prevista para o segundo semestre de 2025.

Em 20.05.2025, a Companhia assinou o contrato para o fornecimento dos equipamentos de pátio do Lote 1 do Leilão 02/2024 de Graúna Transmissora de Energia S.A. no valor de R\$ 156.156. A data estimada para a entrada total em operação é dezembro de 2029.

Exceto pelos eventos descritos, não houve alteração significativa nos compromissos de longo prazo no período de nove meses findo em 30.09.2025.

NOTA 28. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações complementares ao fluxo de caixa foram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Dividendos destinados por controladas e controladas em conjunto	610.789	1.304.346	360.687	490.000
Dividendos adicionais e intercalares	1.067.848	-	1.085.394	1.333
Dividendos e JCP prescritos ¹	7.701	12.013	7.701	12.013
Parcela contingente na aquisição de subsidiária ²	30.086	-	30.086	6.587
ICMS sobre venda de energia elétrica	(114.065)	10.858	(114.065)	10.858
Crédito de imposto de renda e contribuição social	20.889	42.879	(23.524)	13.667
Fornecedores de imobilizado e de intangível	(12.319)	11.032	(278.208)	344.078
Imposto de renda sob JCP	(9.431)	-	-	-
Renúncia de dividendos de subsidiárias adquiridas	-	-	(48.971)	-
Ativos líquidos de controladas adquiridas ²	-	-	1.406.837	1.204.362
Baixa de investimento pela alienação de participação societária em controlada em conjunto	-	(1.430.335)	-	(1.430.335)
Pagamento de parcela não efetiva do <i>hedge</i> de obrigações	-	-	-	(83.135)
Baixa de investimento pela alienação de subsidiária	-	(34.975)	-	(34.975)

(1) Dividendos prescritos que retornaram ao Patrimônio Líquido da Companhia.

(2) Mais informações vide Nota 9 – Investimentos.

NOTA 29. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Incorporação Companhia Energética Estreito

Visando melhorar o desempenho financeiro e administrativo da Companhia, em 22.09.2025 foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da investida CEE, sociedade de capital fechado e controlada direta da ENGIE Brasil Energia, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação previamente aprovado pela Diretoria Executiva em 07.05.2025. Como resultado da operação, a CEE será extinta de pleno direito e a Companhia tornar-se-á sua sucessora. O patrimônio líquido da CEE, apurado com base no valor contábil e em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada, totalizou R\$ 1.691.583. A incorporação passou a produzir efeitos contábeis e societários a partir de 01.10.2025.

b) Aumento de capital social

Em 05.11.2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta de aumento de capital no montante de aproximadamente R\$ 1,96 bilhão, por meio da capitalização de reservas de lucros, com a emissão de ações bonificadas na proporção de uma nova ação para cada 2,5 ações ordinárias existentes. Com a efetivação da operação, o capital social será elevado de R\$ 4,9 bilhões para R\$ 6,86 bilhões, permanecendo dentro do limite do capital autorizado, atualmente fixado em R\$ 7 bilhões.

c) Liquidação de dívida

Após o encerramento das Informações Trimestrais (ITR), a Companhia realizou a liquidação de parte de suas obrigações financeiras, conforme previsto em sua estratégia de gestão de capital e estrutura de financiamento. A operação envolveu a liquidação de dívida contratada no valor de R\$ 250.428 junto a instituição financeira MUFG Bank LTD. A liquidação foi realizada com recursos próprios, sem impacto relevante na liquidez da Companhia, e está alinhada ao compromisso da Companhia, com a disciplina financeira e a sustentabilidade de sua estrutura de capital.

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Romary dos Anjos Silva
Gerente do Departamento de Contabilidade
Contadora - CRC SC 036047/O-2

COMENTÁRIOS SOBRE O COMPORTAMENTO DAS PROJEÇÕES EMPRESARIAIS

Identificação das projeções

a) Objeto da projeção

Investimentos em participações societárias, na manutenção, construção de novos sistemas de transmissão e revitalização e ampliação do parque gerador.

A demonstração dos montantes de investimentos da Companhia segrega valores dispostos em dois grupos:

- Investimentos financiados com capital próprio, incluindo aquisições; e
- Investimentos financiados com dívidas, incluindo dívidas assumidas nas aquisições.

Todos os modelos de projeção estão contemplados no item “d” abaixo.

As projeções realizadas são estimativas, as quais a Companhia entende serem razoáveis, que normalmente dependem de eventos futuros. Portanto, não podem ser consideradas como promessa de desempenho por parte da Companhia e de seus administradores.

b) Período projetado e o prazo de validade da projeção

A ENGIE Brasil Energia divulga trimestralmente ao mercado suas projeções de investimentos para o ano corrente e os dois anos subsequentes, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

c) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia

As projeções de investimentos da Companhia se baseiam principalmente nestas premissas:

- Cronograma de manutenções das unidades geradoras;
- Diagnósticos de equipamentos;
- Obrigações regulatórias; e
- Iniciativas estratégicas.

Os valores informados, projeção e realizado, não consideram juros sobre a construção (Juros Sobre Capital de Terceiros).

A Administração pode influenciar todas as premissas, exceto as obrigações regulatórias que escapam ao seu controle.

Em caso de alteração relevante nas premissas acima, as projeções podem ser revisadas.

d) Valores dos indicadores que são objetos das projeções

Os montantes projetados referente aos períodos findos em 30.06.2025 e 30.09.2025, bem como os montantes realizados referentes em 30.09.2025 encontram-se nas tabelas apresentadas a seguir. Tais valores estão expressos em milhões de reais e não contemplam os juros sobre os financiamentos capitalizados durante o período de construção das usinas.

d.1. Terceiro trimestre de 2025

Projeções para os anos de 2025, 2026 e 2027, vigente no 3º trimestre de 2025 (3T25):

Descrição \ Período de projeção	2025	2026	2027
Financiado com dívida	5.807	1.332	-
Financiado com capital próprio	517	1.257	2.550
Total	6.324	2.589	2.550

Projeções para os anos de 2025, 2026 e 2027, vigente no 2º trimestre de 2025 (2T25):

Descrição \ Período de projeção	2025	2026	2027
Financiado com dívida	5.807	1.332	-
Financiado com capital próprio	750	964	2.637
Total	6.557	2.296	2.637

Variações nas projeções informadas entre 3T25 e 2T25:

Descrição \ Período de projeção	2025	2026	2027
Financiado com dívida	-	-	-
Financiado com capital próprio	(233)	293	(87)
Total	(233)	293	(87)

Análise das variações relevantes:

As alterações em relação ao último período apresentado decorreram, substancialmente, alteração no cronograma financeiro do Sistema de Transmissão de Asa Branca e do Sistema de Transmissão Graúna, do cronograma financeiro na modernização da UHE Jaguará, do valor final da aquisição das UHEs Santo Antônio do Jari e Cachoeira Caldeirão. Além da revisão dos montantes esperados para manutenção do parque gerador.

As projeções atualizadas referem-se principalmente:

- 2025: da alteração no cronograma financeiro do Sistema de Transmissão de Asa Branca, da revisão do cronograma da implantação do reforço de Ponta Grossa, parte do Sistema de Transmissão Gralha Azul, da atualização do montante a ser consumido na modernização da UHE Jaguará, do valor final da aquisição das UHEs Santo Antônio do Jari e Cachoeira Caldeirão e da revisão dos montantes esperados para manutenção do parque gerador.
- 2026 e 2027: da alteração no cronograma financeiro do Sistema de Transmissão de Asa Branca, a da alteração no cronograma financeiro do Sistema de Transmissão de Graúna e às alterações no cronograma financeiro da modernização da UHE Jaguará.

Investimentos realizados no período de três meses findo em 30.09.2025:

Os investimentos da ENGIE Brasil Energia no 3T25 foram de R\$ 3.550 milhões, dos quais (i) 2.944 milhões na conclusão da aquisição das UHEs Santo Antônio do Jari e Cachoeira Caldeirão, sendo R\$ 2.286 milhões pagos ao vendedor no fechamento da operação como preço de compra ajustado e assunção de R\$ 658 milhões de dívida líquida (dívida total descontado caixa e depósitos vinculados); (ii) R\$ 542 milhões aplicados na construção dos novos projetos: R\$ 317 milhões no Sistema de Transmissão Asa Branca, R\$ 78 milhões no Conjunto Fotovoltaico Assú Sol, R\$ 77 milhões na implantação do Conjunto Eólico Assuruá, R\$ 38 milhões na Sistema de Transmissão Graúna e R\$ 32 milhões na expansão do Conjunto Fotovoltaico de Paracatu; (iii) R\$ 70 milhões foram destinados à revitalização do parque gerador, principalmente das usinas hidrelétricas e conjuntos fotovoltaicos; e (iv) R\$ 11 milhões destinados à modernização da UHE Jaguará, R\$ 1 milhão destinados à modernização da UHE Ponte de Pedra e efeito negativo de R\$ 18 milhões destinados à modernização da UHE Salto Osório, resultado dos ajustes de adiantamentos e provisões incorridas durante a execução das melhorias.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES EXECUTIVOS DA COMPANHIA

Os Diretores Executivos da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Informações Trimestrais da Companhia (individual e consolidada), bem como, concordam com a revisão dos auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., referenciadas no Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes apresentado.

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor-Presidente

Pierre Auguste Gratien Leblanc
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Gabriel Mann dos Santos
Diretor de Regulação, Estratégia e Comunicação

Guilherme Slovinski Ferrari
Diretor de Energias Renováveis e Armazenamento

Felipe de Queiroz Batista
Diretor Jurídico e de Ética

Marcos Keller Amboni
Diretor de Gestão e Comercialização de Energia

Sophie Brigitte Sylviane Angrand Quarré de Verneuil
Diretora de Recursos Humanos

Gustavo Henrique Labanca Novo
Diretor de Transmissão de Energia

Thais Soares
Diretora de Sustentabilidade

Florianópolis, 05 de novembro de 2025.

RELATÓRIO DE REVISÃO ESPECIAL DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos administradores e acionistas da

ENGIE Brasil Energia S.A.

Florianópolis – SC

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da ENGIE Brasil Energia S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e pela elaboração das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 e norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outro assunto

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Blumenau (SC), 5 de novembro de 2025

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S/S Ltda.

CRC SC-000048/F

Adilvo França Junior

Contador CRC - BA-021419/O

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Os membros efetivos do Comitê de Auditoria recomendam a aprovação das informações contidas nas Informações Trimestrais da Companhia, bem como, concordam com a revisão dos auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., referenciadas no Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes apresentado.

Paulo de Resende Salgado
Coordenador do Comitê de Auditoria

Manoel Eduardo Lima Lopes
Membro do Comitê de Auditoria

Antônio Carlos Corrêa Benavides
Membro do Comitê de Auditoria

Florianópolis, 05 de novembro de 2025